



UNIVERSIDADE FEDERAL DO PARÁ
INSTITUTO DE FILOSOFIA E CIÊNCIAS HUMANAS
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM HISTÓRIA SOCIAL DA AMAZÔNIA

RAIMUNDO NONATO LISBOA CLARINDO

**RUMO ÀS TERRAS DE PIMENTAIS: MIGRAÇÃO DE CAMETAENSES PARA TOMÉ-
AÇÚ E OS JAPONESES, DÉCADAS DE 1950 - 1970**

Belém-PA
2023

RAIMUNDO NONATO LISBOA CLARINDO

**RUMO ÀS TERRAS DE PIMENTAIS: MIGRAÇÃO DE CAMETAENSES PARA TOMÉ-
AÇÚ, DÉCADAS DE 1950 – 1970**

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação em História Social da Amazônia, do Instituto de Filosofia e Ciências Humanas, da Universidade Federal do Pará como requisito parcial à qualificação do curso de Mestrado, sob a orientação da Prof. Dr. Francivaldo Alves Nunes.

Linha de pesquisa: população, família, migração e gênero

Belém-PA
2023

RAIMUNDO NONATO LISBOA CLARINDO

**RUMO ÀS TERRAS DE PIMENTAIS: MIGRAÇÃO DE CAMETAENSES PARA TOMÉ-
AÇÚ E OS JAPONESES, DÉCADAS DE 1950 – 1970**

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação em História Social da Amazônia, do Instituto de Filosofia e Ciências Humanas, da Universidade Federal do Pará, como requisito parcial à qualificação do curso de Mestrado, sob a orientação da Prof. Dr. Francivaldo Alves Nunes.

Linha de pesquisa: população, família, migração e gênero

Data de aprovação:
Conceito:

Banca examinadora

Prof. Dr. Francivaldo
Universidade Federal do Pará

Prof. Dr. Antônio Otaviano Vieira Júnior
Universidade Federal do Pará

Profª. Drª. Cristina Costa da Rocha
Universidade Estadual do Piauí

Prof. Dr. Alan Dutra Cardoso
INCT Proprietas

AGRADECIMENTOS

Agradeço a Deus pela oportunidade de explorar e discutir um tema tão rico, multifacetado e rememorar o período em que meus familiares participaram desse processo migratório. Este trabalho não teria sido possível sem o apoio incansável de muitos envolvidos cuja generosidade e sabedoria foram fundamentais para a realização desta dissertação.

Expresso minha profunda gratidão ao meu orientador, Francivaldo Alves Nunes, cujas discussões estimulantes e colaboração enriqueceram imensamente o desenvolvimento deste trabalho.

Agradeço a minha família pelo apoio incondicional em mais essa etapa da vida, em especial a minha esposa Rose e meu filho Gael, cujo apoio emocional foi o alicerce em momentos de desafio.

Um agradecimento especial aos participantes da pesquisa, sem cujas experiências e perspectivas este trabalho não teria a profundidade e relevância que possui.

Agradeço a banca de qualificação pelas contribuições que enriqueceram este trabalho.

Agradeço às instituições que forneceram os recursos necessários para a condução desta pesquisa, e à minha família e amigos, cujo apoio emocional foi o alicerce em momentos de desafio. Por fim, mas não menos importante, agradeço à comunidade acadêmica por receber este trabalho, esperando que ele contribua significativamente para o campo de estudo e inspire futuras investigações. É com um sentimento de realização e humildade que compartilho os resultados deste esforço coletivo, na esperança de que ele possa iluminar novos caminhos e abrir novas portas para o conhecimento.

RESUMO

Antes da emancipação política de Tomé-Açu em relação ao município de Acará, no Pará, essa região era conhecida como colônia do Vale do Acará, ficando com esta nomenclatura até 1959. Em meados da década de 50, a economia dessa região já atraía sujeitos de vários municípios paraenses, especialmente os cametaenses, devido às oportunidades de trabalho na agricultura da *pipper nigrum* (pimenta-do-reino), introduzida em 1933, pelos imigrantes japoneses, que por lá desembarcaram em 1929, mediante incentivo do então governador, Dionísio Bentes. Assim, esta dissertação recupera a “saga migratória” dos cametaenses para Tomé-Açu: recrutamento, traslado, chegada, contato com os nipônicos, cotidiano, entre outros aspectos relevantes nesse processo de deslocamento que levou milhares de pessoas a deixar seus lares, no município de Cametá, e descer o rio Tocantins em busca de melhores condições de vida, servindo de mão de obra nas atividades agrícolas dos nipônicos. Por meio de fontes bibliográficas, imagéticas, relatos orais e legislações, tecemos trilhas para a compreensão dos fatores motivacionais que levou essa população do Baixo Tocantins a partir para as terras de pimentais.

Palavras-chave: Cametaenses. Japoneses. Migração. Trabalho. Tomé-Açu.

ABSTRACT

Before the political emancipation of Tomé-Açu in relation to the municipality of Acará, in Pará, this region was known as the Vale do Acará colony, remaining with this name until 1959. In the mid-1950s, the economy of this region was already attracting subjects from several municipalities in Pará, especially those in Cameta, due to the job opportunities in the agriculture of piper nigrum (black pepper), introduced in 1933, by Japanese immigrants, who landed there in 1929, with the encouragement of the then governor, Dionísio Bentes. Thus, the present dissertation recovers the migratory saga of the Cametaenses to Tomé-Açu: recruitment, transfer, arrival, contact with the Japanese, daily life, among other relevant aspects in this process of displacement that led thousands of people to leave their homes, in the municipality of Cametá, and go down the Tocantins River in search of better living conditions, serving as labor in the agricultural activities of the Japanese. Through bibliographical sources, images, oral reports and legislation, we weave trails to understand the motivational factors that led this population from the lower Tocantins to leave for the lands of pepperis.

Keywords: Cametaenses. Japanese. Migration. Work. Tomé-Açu.

LISTA DE ILUSTRAÇÕES

Figura 1 - Localização da Área de estudo	10
Figura 2 - Cartaz que incentivava a imigração de japoneses camponeses para ocupar as terras gratuitas do Brasil, e cultivar a "árvore que dava ouro": o café	23
Figura 3 – Cais de Tomé-Açu: desembarque da 1ª leva de imigrantes (1929).....	24
Figura 4 – Lei nº 2.746 de 13 de novembro de 1928	25
Figura 5 – Mapa do Brasil – Pará e Tomé-Açu.....	28
Figura 6 – Mapa de distribuição dos lotes de terras em Tomé-Açu	29
Figura 7 – Primeiras famílias imigrantes em Tomé-Açu e o Senhor Hajime Yamada.	34
Figura 8 – Plantação de pimentais.....	37
Figura 9 - Planta e casa construída dos primeiros imigrantes	38
Figura 10 – Barco Universal	39
Figura 11 – Fases de plantio da pimenta	41
Figura 12 – Lei n.º 4.148 que sancionou o “dia da pimenta-do-reino”	43
Figura 13 – Veículo chegando a Tomé-Açu	44
Figura 14 - Residência dos Onuma 1940 e 1950	45
Figura 15 - Vista aérea da colônia de Tomé-Açu.	46
Figura 16 - Ferramentas utilizadas pelos japoneses no início da colonização.....	48
Figura 17 – Dados de pimenteiros plantadas por ano	49
Figura 18 - Padrinhos de novos imigrantes	50
Figura 19 - Vista aérea da colônia de Tomé - Açu	56
Figura 20 - Localização da rota migratória cametaense para o município de Tomé-Açu, ano de 1960	63
Figura 21 - Migrantes subindo o rio Acará Mirim	66
Figura 22 - Chegada dos migrantes por via fluvial - lancha	71
Figura 23 - Porto de Tomé-Açu, recrutamento de trabalhadores pelos japoneses.	79
Figura 24 - Modelo de construção da infraestrutura da fazenda	81
Figura 25 - Derrubada da mata em Tomé-Açu	83
Figura 26 - Queimada da floresta para o plantio da pimenta-do-reino.....	87
Figura 27 - Destocagem do solo para o plantio da pimenta-do-reino	89
Figura 28 - Colheita do arroz, cacau, repolho e secagem da pimenta-do-reino.....	90
Figura 29 – Trabalhadores nos pimentais.....	92
Figura 30 – Migrantes cametaenses (Cecília, Honorato e Maria Amélia).	110
Figura 31 - Nélio Moreira Rodrigues	113
Figura 32 – Nário Tavares em sua pequena mercearia	115
Figura 33 – Migrante cametaense – O barqueiro, João Gonçalves Moreira.....	116
Figura 34 – Entrevistada Dona Rosa Tavares Coutinho	120
Figura 35 - Joaquim Gonzaga Coelho	124
Figura 36 – Benedito Waterloo Barra Veloso	124
Gráfico 1 - Pesquisa de população de Tomé-Açu em 1970.	71
Quadro 1 - Infraestrutura criada pela Companhia Nipônica de Plantação do Brasil S/A	25
Quadro 2 – Trabalhadores transitórios (Junho de 1962).....	69

SUMÁRIO

SUMÁRIO	8
INTRODUÇÃO	9
CAPÍTULO I: DE VALE DO ACARÁ AO MUNICÍPIO DE TOMÉ-AÇU	19
1.1 Os Japoneses e a transformação econômica de Tomé-Açu.....	19
1.2 Pimenta-do-reino, o “diamante negro”.....	32
CAPÍTULO II: A MIGRAÇÃO DOS CAMETAENSES E A TERRA DE PIMENTAIS	53
2.1 Descendo o Tocantins: da estrada líquida à empoeirada	54
2.2 O cotidiano dos cametaenses nos pimentais.....	77
CAPÍTULO III: FIM DE SAFRA: OS QUE FICAM E OS QUE VOLTAM	97
3.1 A VOLTA E O REFAZER DA VIDA EM CAMETÁ	97
3.2 Ainda migrante ou a possibilidade de ser colono.....	117
CONCLUSÃO	126
FONTES ORAIS	130
REFERÊNCIAS	133
ANEXO A – MAPAS	143
ANEXO B – LEI Nº 2.746 DE 13 DE NOVEMBRO DE 1928	148

INTRODUÇÃO

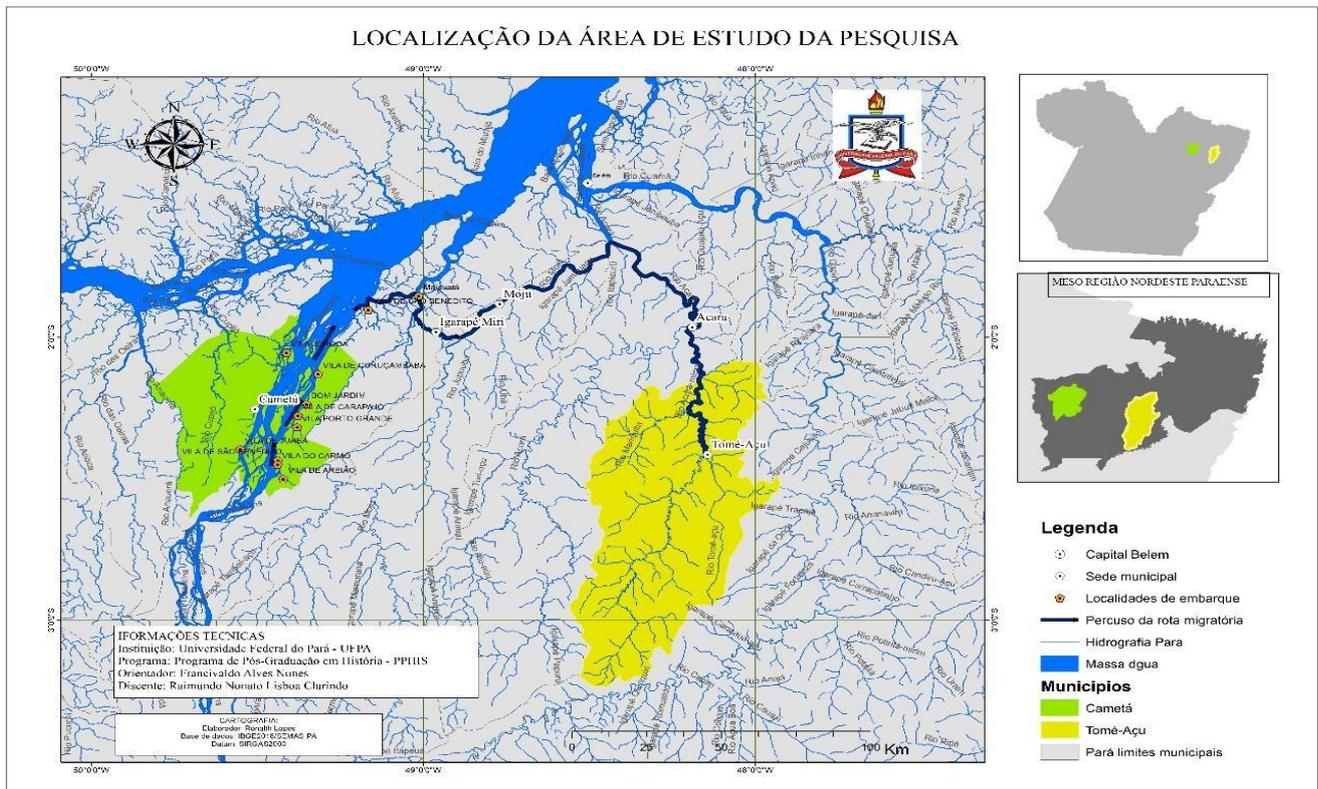
Os migrantes cametaenses, objeto de nosso estudo, fizeram e fazem parte do processo de colonização da região do Acará, Tomé-Açu, principalmente nas décadas de 1950 a 1970, período de maior produção da pimenta-do-reino¹ na região. A alta produtividade dos pimentais elevou a região a se tornar a maior produtora de pimenta-do-reino do mundo, chegando a atingir, no ano de 1968, a produção de 5.700 toneladas. Devido alta valorização no mercado nacional e internacional ficou conhecida como “diamante negro”. As infundáveis fazendas de pimentais dos japoneses necessitavam de abundante mão de obra para mantê-las em condição de produção e lucratividade. Apesar da grande oferta de trabalho nos pimentais, essa não era a única atividade laboral desempenhada pelos migrantes da região do Baixo Tocantins, como demonstraremos no decorrer da dissertação.

Achamos pertinente estudar esse deslocamento ao município de Tomé-Açu, localizado na mesorregião nordeste do estado do Pará, à margem esquerda do rio Acará, ocupando uma área de 5.179,2 km², distante de Belém, capital do estado, 167 milhas náuticas², o que corresponde a 270 km, por apresentar uma singularidade se comparado aos demais municípios desse estado – recebeu imigrantes (japoneses) e posteriormente migrantes (cametaenses). Apesar de nosso foco ser o deslocamento dos cametaenses, é importante frisar que este pedaço de chão foi local e endereço de trabalhadores das mais diversas localidades do Pará e do Brasil: Cametá, Abaetetuba, Castanhal, Ceará, Bahia, Maranhão, Piauí etc.

¹ A pimenta-do-reino (*piper nigrum*) é uma planta semi-haste trepadeira, da família da piperácea. Originária do sul da Índia, desenvolve-se arrastando-se em troncos de árvores e fixando-se com suas gavinhas.

² Milhas náuticas: é uma unidade de medida de comprimento ou distância, equivalente a 1 852 metros usada na medição de distâncias marítimas. Usamos essa unidade de medida na dissertação devido a locomoção, até 1972, ocorrer exclusivamente pelos rios.

Figura 1 - Localização da Área de estudo



Fonte: Dados da pesquisa (2022)

Conforme demonstrado acima (mapa 01), destacamos nossa área de localização de estudo, dois municípios do estado do Pará: Cametá (verde) e Tomé-Açu (amarelo), bem como demos ênfase nos principais locais: Vila do Carmo, Vila de Areião, Vila de São Benedito, Vila de Carapajó, Vila de Curuçambaba etc., que serviam de captura/embarque e de abastecimento de mantimentos para a viagem desses trabalhadores(as) do Baixo Tocantins.

Importante ressaltar, caro leitor, que durante o recorte temporal estudado, como não existia estrada de terra firme que ligasse esses dois municípios, as viagens ocorriam somente por via aquática. As artérias aquáticas enfatizadas também no mapa acima, demonstra toda a importância que o rio tinha e tem para o “caboclo amazônida”, termo usado para identificar essas populações do interior do Pará. O rio é o meio de locomoção/transporte, sobrevivência e de histórias de vidas. Toda essa relação particular com as águas na Amazônia desempenha um papel crucial na cultura, economia e subsistência das comunidades locais. As viagens nas lentas embarcações até o destino final, Tomé-Açu, levavam de 2 a 3 dias. Neste traslado, muitas histórias foram construídas, destinos mudados, percepções criadas, amizades formadas, conhecimento e experiências

adquiridas, alegrias, sofrimentos etc. Esse mix de laços, estratégias e motivações buscamos analisar e demonstrar no deslocamento dessa parcela de cametaenses.

Essa pesquisa propõe-se a compreender a participação histórica dos migrantes cametaenses, demonstrando os fatores motivacionais que levaram a essa “partida” rumo a Tomé-Açu: descolamento, chegada, forma de trabalho, relação com os japoneses, posse de terra para cultivo, entre outros. Para Sousa (2019), estudar este processo será importante para compreendermos, por exemplo, o porquê mais de 50% da população de Tomé-Açu, no ano de 1971, era formada por cidadãos cametaenses, conforme apontou a pesquisa solicitada pela câmara de vereadores de Tomé-Açu. Investigar, também, qual fato criou a dinâmica migratória, levando em consideração os fatores condicionantes de atração a este movimento.

A justificativa da pesquisa no âmbito científico, disciplinar e social dar-se-á mediante o fato de que na década de 1950, antes mesmo da emancipação política de Tomé-Açu em relação ao Acará, a economia da região já atraía sujeitos de vários municípios paraenses e de outros estados, por conta das oportunidades de trabalho na agricultura da pimenta-do-reino. Neste sentido, diante da relevância do estudo, surgiram as indagações problemas dessa pesquisa: Quais fatores motivacionais fizeram com que os cametaenses migrassem ao município de Tomé-Açu? Como se deu esse processo migratório? Qual a contribuição dos japoneses para esse processo?

A metodologia adotada caracterizou-se como exploratória e descritiva por possibilitar ao pesquisador a busca de informações ou dados existentes e, ao mesmo tempo, levantar ou descrever um fato, a partir de dados primários. Os instrumentos adotados na pesquisa foram: entrevistas orais, análises em revistas e jornais da época. No procedimento foi utilizado a pesquisa documental, bibliográfica e oral, dentro do recorte temporal de 1950 a 1970.

Através de legislações, fontes imagéticas e principalmente orais, que segundo Thompson (1992) possibilita penetrar mais profundamente na história, chegando até experiências que não estão registradas em documentos escritos. As entrevistas foram realizadas com cametaenses (homens e mulheres) que migraram para às terras de pimentais em busca de melhores condições de vida, frente às dificuldades principalmente econômicas que vivenciavam em Cametá.

A presente pesquisa foi construída tendo por base depoimentos de mais de 30 entrevistados que participaram desse deslocamento por vários anos em um tipo de

migração conhecida como bate-volta (somente para trabalharem na safra da pimenta). Tivemos o cuidado de selecionar pessoas solteiras, casadas e crianças (na época), hoje, senhores e senhoras, para analisarmos a percepção e objetivos de cada um. Também conversamos com pessoas, como o senhor Honorato Clarindo e Antônio Lisboa entre outros entrevistados, que migraram e desempenhavam trabalhos aos japoneses fora dos pimentais, demonstrando que a oferta de trabalho não se limitava exclusivamente aos pimentais, apesar dele ser o foco da maioria dos trabalhadores no período estudado.

Entre os entrevistados abordamos, também, pessoas que não migraram para que pudéssemos fazer a contraposição: dos que foram: foram porquê? Dos que não foram: não foram porquê? opiniões relevantes, favoráveis e contrárias ao deslocamento, fundamentadas em fatos e razões internas e inerentes ao ser humano que são explicitadas nesta relevante e importante pesquisa que busca ser mais fiel possível a realidade migratória retratada/externalizada por quem a viveu: o migrante cametaense. Pois conforme pontua, Lima (2016), os cametaenses também fizeram e fazem parte da história de Tomé-Açu. Afinal, muitos deles estão presentes na realidade histórica e cultural da região e mantiveram relações de trabalho, política, econômica e sociais com os japoneses. Importantes autores que ajudaram a construir o município de Tomé-Açu.

Buscando não deixar lacunas na pesquisa, tivemos o cuidado de ir até Tomé-Açu por quatro vezes, adentrando nos mais diversos ramais da zona rural (Mariquita, Arraia, Água Branca, Canindé, Vila Forquilha etc.), além de percorrermos bairros da cidade com o objetivo de localizar e saber o porquê muitos migrantes não mais retornaram a sua terra de origem, Cametá, ficando, deste modo, em Tomé-Açu. Fizemos isso, porque entendemos que em estudos migratórios o afirmar e o generalizar tudo é deslizar e deixar de captar informações e fatos que não são o centro da percepção do pesquisador, mas que ocorrem no processo. No “fechar das mãos” em informações mais palpáveis e triviais, por entre os dedos podem escapar fenômenos tão importantes e ricos de detalhes quanto os captados.

Em Cametá, visitamos centros culturais, prelaia, secretaria de cultura, biblioteca municipal, museu, CEPALC etc. Estivemos em vilas, mapeamos os principais portos de embarque dos migrantes, percorremos ilhas, furos e braços de rios. Nessa odisseia em busca de fontes conseguimos localizar em Tamanduá Costa, Furo São José, o único barqueiro vivo que realizava o traslado, Cametá – Tomé-Açu, trata-se do senhor conhecido na localidade e redondezas como: João Puíto. João Gonçalves Moreira, 76 anos, nascido na Costa do Tamanduá, Furo São José, município de Cametá, ganhou a vida no final da

década de 50, como barqueiro, transportando passageiros para Tomé-Açu. Trabalhou por 15 anos descendo e subindo o rio Tocantins. Além de fazer o traslado de migrantes: Cametá -Tomé-Açu/Tomé-Açu - Cametá, início e final da safra. Depois de anos no “para lá e para cá”, percebeu que dava para ganhar mais dinheiro, porém os detalhes desse importante personagem da migração dos cametaenses será discutido e mais explorado no transcorrer deste trabalho.

Ainda falando de personagens memoráveis e que ajudaram a construir e a desenvolver Tomé-Açu com seu suor, está a senhora Maria das Dores Costeira, a famosa e conhecida Tia Costeira, da localidade de Merajuba, a quem todos tínhamos um profundo respeito e admiração por tudo que ela representa (seriedade, positividade, honestidade, amizade e respeito) bons adjetivos construídos ao longo de sua vida. Quando nos concedeu a entrevista tinha 90 anos, agricultora, viúva, migrou com suas 5 crianças para Tomé-Açu, porque sua roça foi ao fundo. Não tendo de onde tirar sustento para sua família, devido ao apodrecimento das mandiocas por conta do excesso de água, perdendo toda sua produção, viu na migração uma possibilidade de transcender a situação delicada que passava.

Entendemos que as entrevistas orais desempenham um papel crucial nas pesquisas em história, oferecendo uma perspectiva única e valiosa sobre eventos, experiências e culturas passadas, contribuindo para a preservação de memórias, experiências pessoais, além de possibilitar a inclusão de perspectivas sub-representação, oferecendo, deste modo, uma visão mais abrangente e inclusiva do passado, sendo complemento aos registros escritos. Elas tornam, ainda, que ocorra a humanização do evento, pois ao ouvir de quem viveu o fenômeno o registro torna-se mais palpável, portanto, tangível. Assim, as entrevistas possibilitam ao historiador uma maneira de acessar e compreender de uma forma mais envolvente, além de promover uma história mais inclusiva e diversificada.

Alessandro Portelli (2002) acredita na importância de se ouvir as vozes das pessoas comuns para entender o passado de maneira mais completa e inclusiva. O autor argumenta que a história não deve ser apenas sobre eventos e figuras proeminentes, mas também sobre experiências e perspectivas das pessoas comuns. A teoria de Portelli está centrada na valorização das pessoas comuns e na análise das narrativas como uma forma de entender o passado de maneira mais complexa e multifacetada. Essa leitura nos auxiliou a ser mais sensíveis e a valorizar cada frase verbalizada dos entrevistados. Cada palavra foi tida como algo precioso e fonte de conhecimento para materializarmos e reconstruirmos o deslocamento à terra de pimentais.

Ginzburg (2002), conhecido principalmente por seu trabalho em história cultural e social, bem como por suas contribuições para o campo da micro-história. Sua abordagem teórica e metodológica tem se notabilizado por seu interesse na análise detalhada de fontes primárias e sua ênfase na compreensão de experiências individuais dentro de um contexto mais amplo. Comungando desse mesmo princípio Levi (2002), conhecido também por sua ênfase na micro-história, aborda estudo de eventos e pessoas específicas em contextos locais a fim de proporcionar uma compreensão mais completa da holística de um fenômeno.

Lopes (1973), Muniz (2002) e Rossini (1986) que trabalham com a migração no contexto capitalista, enfatizam a questão econômica como a principal na decisão de deslocamento do indivíduo ou grupo. Tal tendência mostrou-se presente nas conversas quando os entrevistados mencionaram o fator motivador, a causa. Apesar do destaque econômico, quando trabalhamos com migração a palavra generalizar pode levar a deslizes diante da complexidade das pessoas que se movimentam, haja vista alguns entrevistados(as) terem demonstrado como fator relevante na decisão de migrar, o de terem em Tomé-Açu: um amigo, um irmão, primo, tio que já tinha ido para a terra da pimenta e por lá já estava trabalhando, demonstrando a presença e a importância das redes sociabilidade.

Vendrame (2018), ressalta a importância de analisar em estudos sobre migração as redes sociais e vínculos interpessoais, bem como as estratégias de sobrevivência e deslocamento. As ideias da autora fizeram retirar o antolho no modo de enxergar e analisar esse processo de forma mais detalhada e, portanto, precisa. Por trás de um fator lógico e preciso, o fator econômico, por exemplo, faz com que haja movimentação de pessoas. Para além deste, há outros imbuídos nesse ciclo e que merecem ser não só observados, mas retratados nas explicações da imigração/migração. Apesar de entender a importância dos laços de sociabilidade e sua influência nos indivíduos em migrar, acredita-se que o fator econômico foi o determinante na migração estudada.

Abornoz (2009) argumenta que a migração não é simples e tampouco existe consenso em torno dela. De maneira geral, refere-se a deslocamentos de um lugar a outro, pois há movimentações que possuem uma origem e um destino imbuídas de um propósito, de se fixar ou residir em outro território. Tais movimentações tendem a formar fluxos de trânsito de uma região a outra, dentro de um mesmo país, como no caso das chamadas “migrações internas.” Diante das colocações do autor, observamos que a distância/proximidade entre Cameté e Tomé-Açu, mostrou-se favorável a intensidade

desse fluxo interno de pessoas, já que esses municípios paraenses são relativamente próximos, 281 quilômetros ou 180 milhas náuticas.

Silva (2018) em seu livro, “Migração, Terra e Trabalho: nordestinos no território amazônico (décadas de 1960-1990)”, nos traz mais um dado importante desse fluxo: os cametaenses como os nordestinos, e os maranhenses, entraram em Tomé-Açu para servirem de força de trabalho nas plantações de pimenta. Os cametaenses mantiveram uma relação menos ambiciosa com os japoneses do que os sujeitos do nordeste, pois muitos cametaenses tinham terras na região do Baixo Tocantins, sua ida para Tomé-Açu era em busca de trabalhos temporários na colheita da pimenta-do-reino, assim não brigavam por terras, fato contrário aos desejos dos maranhenses.

De fato, as pessoas nascidas no município de Cametá, quando decidiam pôr-se em movimento mostraram uma característica peculiar, realizavam uma migração de “bate e volta”, ou seja, iam trabalhar, principalmente, na colheita da pimenta-do-reino e assim que terminava a safra (período da colheita), regressavam. Ocorrência esta percebida no cruzamento das memórias compartilhada pelos entrevistados, fato ratificado no transcorrer desta dissertação, contudo, a máxima da matemática: “para toda regra há uma exceção”, não foi deixada de lado em nossa minuciosa análise, haja vista alguns cametaenses terem ficado tornando-se colonos ou mesmo moradores da cidade.

Esta dissertação apresenta-se em três capítulos: O capítulo I: **De Vale do Acará ao Município de Tomé-Açu**, tem como subtítulos: **1.1: os japoneses, os pimentais e a transformação econômica de Tomé-Açu; 1.2: A força atrativa da *pipper nigrum***. Neste item buscaremos entender como se deu o processo de desenvolvimento do município de Tomé Açu, que foi emancipado em setembro de 1959 e culminou por receber populações de vários municípios do Pará e até mesmo de outros estados brasileiros, pois antes dele se tornar conhecido como à terra dos pimentais, em que se evocava nos documentos oficiais como terra das oportunidades, fruto do desenvolvimento econômico, impulsionado pela introdução da *pipper nigrum* (pimenta-do-reino) e de outros cultivos como o cacau, mas sem grande expressividade econômica, ele era apenas um distrito do município de Acará, conhecido como Vale do Acará.

Nesse aspecto, a história da região se confunde com a introdução do cultivo da pimenta, assim como da migração de diversos grupos, entre os quais, homens e mulheres que saíram do município de Cametá, localizado no nordeste do estado do Pará, para servirem de mão de obra principalmente nos pimentais. Considerando esta história de

migrações, buscaremos ainda, neste primeiro capítulo, recuperar o processo histórico de formação desta região, considerando os aspectos: imigratórios, migratórios e econômicos, a partir da introdução do cultivo da pimenta-do-reino e de outras atividades agrícolas praticadas pelos japoneses.

No Capítulo II: **A migração de cametaenses para a terra de pimentais**, retrata a chegada da informação em Cametá que Tomé-Açu tinha oferta de trabalho em abundância e oportunidade de ganhar dinheiro, com isso, uma significativa parcela da população se lançou ao rio, rumo a Tomé-Açu, para trabalhar principalmente nos pimentais. Muitos desses migrantes traziam a família com crianças até mesmo de colo, alimentados pelo sonho de que conseguiriam mudar de vida ou conseguir um “dinheirinho”, como bem diziam. A viagem era sacrificante, dois a três dias, até ao desembarque no trapiche de Tomé-Açu.

Considerando as observações anteriores, neste segundo capítulo, pretendemos identificar e analisar as formas de recrutamento desses trabalhadores, o traslado, as formas de transporte, a alimentação, a chegada, o contato com os patrões/japoneses, o perfil desses migrantes e o cotidiano dos pimentais. Para conseguir os objetivos propostos neste capítulo, dividimos em duas partes. O primeiro item: **2.1: Descendo o Tocantins: da estrada líquida à empoeirada** e o segundo item: **2.2: O cotidiano dos cametaenses nos pimentais**.

Já no capítulo III: **Ainda migrante ou a possibilidade de ser colono**. A migração dos cametaenses (bate-volta) ocorria mais intensamente no início do período da safra, junho, período em que os cachos de pimenta-do-reino ficavam vermelhos e necessitavam ser colhidos manualmente. Essa dinâmica necessitava de mão de obra abundante, pois do contrário, os cachos pretavam, caíam e se perdia a produção das pimenteiras. Com o fim da safra, a maioria dos cametaenses retornavam para o município de Cametá com seus ganhos dos dias de árduos de trabalhos ao sol escaldante do verão paraense – desde o nascente ao poente. No entanto, em meio a esses grupos que iam e vinham (vai e vem) alguns (iam) e ficavam de vez, permanecendo, deste modo, em Tomé-Açu.

Neste capítulo, vamos tratar do retorno de alguns migrantes, tentando compreender as perspectivas com a volta, como avaliavam essa situação e os elementos motivadores do retorno. Também estaremos preocupados com os cametaenses que ficavam em Tomé-Açu, principalmente buscando compreender os motivos da estadia e as formas de trabalho e ocupação que desenvolviam para assegurar sua permanência. Para conseguir os

objetivos propostos neste capítulo, dividimos em duas partes. O primeiro item: **3.1 - A volta e o refazer da vida em Cametá** e o segundo item: **3.2 - Ainda migrante ou a possibilidade de ser colono**. Vamos utilizar como principal elemento as entrevistas orais, tanto com colonos cametaenses que retornaram para o seu município de origem, Cametá, como os que decidiram ficar, assim, fixando residência em Tomé-Açu. Baseado nas entrevistas que fizemos, proveniente das visitas no núcleo urbano de Quatro Bocas³, adentrando para as estradas de chão batido, percorremos ramais nas quatro direções, chegando às diversas fazendas como: a Fazenda Onuma, Fazenda Yamaki, Fazenda Marikita, Fazenda Suzuk, Fazenda Roda D'água, Fazenda Konagano, Fazenda Sakaguchi, Fazenda Cacao Branco, Fazenda Água Branca, Fazenda Boa Vista, onde plantaram os dois primeiros pés de pimenta-do-reino e a Fazenda de Michinori Konagano, referência por introduzir na região o sistema agroflorestal.

Nestes locais, conversamos com os japoneses, donos das fazendas, como o senhor Michinori Konagano e também com colonos cametaenses, como o senhor Raimundo Caldas, 88 anos, agricultor, antigo morador da ilha de Jurubatuba, interior de Cametá. Estivemos também nos ramais: Ipinga e Forquilha, este último, um pequeno povoado bastante habitado por cametaenses, disseram que é o local predileto dos cametaenses e de fato foi o que constatamos. Nele, conseguimos conversar com inúmeros cametaenses que prestaram e prestam serviços ainda para os japoneses e outros que já conseguiram o seu pedacinho de chão e trabalham para si. Esses desdobramentos da migração dos cametaenses foram todos coletados para auxiliar na escritura da dissertação e entendermos o porquê dessa fixação em Tomé-Açu.

Trataremos ainda do retorno de alguns migrantes cametaenses, tentando compreender as perspectivas com a volta. Como avaliavam essa situação? que conhecimentos traziam consigo, devido o contato com os japoneses (interação social)? quais os elementos motivadores para um possível retorno e por que não permaneciam definitivamente nos pimentais (Tomé-Açu)?

Já no item 3.2 - ainda migrante ou a possibilidade de ser colono, abordaremos a trajetória dos que ficaram em Tomé-Açu. No caso, procuramos analisar as motivações para permanecer, as expectativas com o trabalho, as formas de ocupação e as estratégias de assegurar a permanência. Assim, nos dedicamos demonstrar se estes permaneceram

³ Vila que pertence ao município de Tomé-Açu.

atuando nos pimentais dos japoneses ou conseguiram assegurar o acesso à terra e que estratégias utilizavam para se tornarem colonos.

CAPÍTULO I: DE VALE DO ACARÁ AO MUNICÍPIO DE TOMÉ-AÇU

Neste item do primeiro capítulo analisaremos a imigração dos japoneses para a Amazônia – Pará/Tomé-Açu. Em que contexto chegam, do surgimento dos pimentais, da importância de trabalhadores no exercício da lavoura, dos debates quanto a mão de obra para o trabalho nos pimentais e do grande desenvolvimento que trazem à região da colônia de Acará, posteriormente Tomé-Açu, já fruto desse desenvolvimento econômico, pois ele foi crucial para sua emancipação em setembro de 1959.

1.1 Os Japoneses e a transformação econômica de Tomé-Açu

Buscando compreender a migração dos cametaenses, percebeu-se que está associada com a imigração dos japoneses e a chegada destes em solo tomeaçense. O senhor Hajime Yamada, em entrevista que nos concedeu, verbalizou uma frase, com alto significado histórico e que expressa a relação entre a migração de japoneses e cametaeses: “a esta terra fomos atraídos e atraímos”. Em outras palavras, aqui eles chegaram, conseguiram desenvolver, na base do trabalho árduo, a região, colônia do Vale do Acará, posteriormente Tomé-Açu e atraíram migrantes de vários municípios do Pará e até de outros estados do Brasil (Cametá, Belém, Castanhal, Bragança, Maracanã, Ceará, Maranhão, Rio Grande do Norte, Bahia, Amapá, Pernambuco etc.) disponibilizando, principalmente, trabalho remunerado.

Pensar o imigrante japonês enquanto sujeito histórico desse processo é valorizá-lo e permitir que suas memórias sejam arquivadas e conhecidas, deixando de ser lembranças, tornando-se documento (Ricouer, 2007, p. 189). Assim, materializar essa história é propagar conhecimento. Pensar o fenômeno migratório, neste município paraense, sem pensar nos japoneses é desconsiderar a história de suas vidas, o trabalho que realizaram e todo desenvolvimento agrícola que trouxeram para o Vale do Acará, Tomé-Açu, juntamente com trabalhadores de diversos municípios paraenses e estados brasileiros. Desconsiderar estes sujeitos como não pertencentes a esse processo é negar a própria história da dinâmica migratória paraense.

Antes de sua emancipação em setembro de 1959, Tomé-Açu, no Pará, fazia parte do município de Acará, com a denominação de Colônia do Vale do Acará. Em 01 de setembro de 1959, mediante lei nº 1.725, Tomé-Açu tornou-se município, assim, no auge da pimenta-do-reino, a Colônia foi desmembrada do município do Acará, com sua

emancipação assinada pelo governador da Pará, Coronel Luiz Geolás de Moura Carvalho, posteriormente os tomeaçuenses elegeram um representante local para concorrer nas eleições. Esse representante foi Ney Carneiro Brasil, da Coligação Democrática Acaraense, primeiro prefeito eleito democraticamente⁴.

Assim, antes da Colônia do Vale do Acará/Tomé-Açu se tornar o centro da migração interna no Pará, onde se insere os cametaenses, objeto desse estudo, ela recebeu uma parcela significativa de japoneses, resultado de acordos políticos entre os governos do Brasil e do Japão, cada um com suas razões e motivos específicos, que desembarcaram e acabaram por desenvolver essa parte do Pará, através de uma agricultura diferenciada e capaz de gerar significativo lucro, fator que desenvolveu economicamente a região e acabou atraindo sujeitos em busca de ofertas trabalho, como os cametaenses que vieram para essa região do Pará com o objetivo de obter dinheiro para posteriormente retornar, ao final da safra da pimenta-do-reino. Nesse vai e vem, muitos acabaram fixando moradia, inicialmente prestando serviço aos japoneses e posteriormente alguns se tornaram pequenos colonos, moradores do município de Tomé-Açu.

Antes mesmo de nosso recorte temporal, 1950 – 1970, os cametaenses já se deslocavam a Tomé-Açu em embarcações (canoas) movidas manualmente com auxílio de remos, ajudando os japoneses a desbravar as matas e a construir o, hoje, município de Tomé-Açu. Antes da década de 50 esse tímido processo migratório já era notado, conforme enfatizado por Nagai (2002, p. 25):

Os cametaenses viam na colônia japonesa um bom lugar para se empregar e ganhar dinheiro. Vinham para permanência temporária, ajudar os japoneses na roça. No início, esses habitantes da região do Baixo Tocantins vinham por via fluvial, único meio de acesso a Tomé-Açu na época, em pequenos barcos conhecidos como canoa movidos a remo, antes da década de 50. Já na época da produção da pimenta, começaram a chegar em embarcação motorizada.

Antes de aprofundarmos na migração dos cametaenses, capítulo II, iremos evidenciar a importância dos japoneses na região de Vale do Acará, de modo que falar dos nipônicos e dos momentos envoltos a sua chegada no Pará, bem como os desdobramentos na Colônia, é fornecer ao leitor informações importantes para um maior entendimento desse processo migratório.

⁴ SILVA, Antonio da Silva e. **A história do município de Tomé-Açu**. 4. ed. rev. ampl. Tomé-Açu, Pa: Imprensa independente, 2019.

No inverno de 1924, provavelmente no mês de agosto, uma importante figura chamada Dionísio Bentes visitou a embaixada do império do Japão sediada em Petrópolis, no estado do Rio de Janeiro. Tratava-se de alta personalidade que a partir de 1º de fevereiro do ano seguinte tomaria posse como governador do estado do Pará. Que possuía em sua capital, Belém, na época, 200 mil habitantes. Shichita Tatsuke, o primeiro Embaixador do Japão no Brasil que havia assumido o posto no dia 16 de agosto de 1923, após sua missão como ministro da embaixada do Japão na Holanda, recebeu respeitosamente o seu ilustre visitante (Maruoka, 1994).

Dionísio Bentes, futuro governador, propôs ao embaixador Tatsuke:

O Pará possui um imenso e fértil terreno ao longo da bacia fluvial Amazônica. Entretanto, como a sua população é pequena, a falta de mão de obra e o conseqüente atraso no desenvolvimento é notável. O governo do Pará gostaria de contar com os imigrantes japoneses para auxiliar no desenvolvimento do estado. As terras necessárias para o cultivo serão fornecidas pelo estado, em qualquer local e tamanho que preferirem (Comissão..., 2006, p. 63).

Conforme Ishizu (2007) e Tsunoda (1988), o Governador do estado do Pará, Dionísio Ausier Bentes (1925 – 1929), atento aos benefícios trazidos ao estado de São Paulo por meio do trabalho de imigrantes japoneses, especialmente no que diz respeito ao incremento na agricultura, mostra-se simpático e disposto a negociar com o governo nipônico a admissão de trabalhadores japoneses em seu território.

Cabe-nos ressaltar, que o estado do Pará possuía grandes áreas territoriais consideradas por órgão oficiais como terra desabitadas, devolutas, tidas pelo próprio governo e as autoridades locais como um “problema” que precisava ser resolvido. No caso, o “Problema da Amazônia”, que residia na colonização desses espaços que deveria ser feita por meio do governo e força de trabalho nacional, ou mesmo com a introdução de capital estrangeiro, a fim de integrar a Amazônia ao mundo (Ruellan, 1991)

Há de se levar em conta também que o estado, nesse período, estava muito ligado à economia extrativista, sendo interesse dos “homens públicos” promover a agricultura na região e assim ocupar as áreas consideradas despovoadas da Amazônia (Ishizu, 2007). Utilizando-se dessa prerrogativa evidenciada por Ishizu, disponibilizavam imensas áreas de terras com a justificativa de “desenvolvimento”.

Com a proposta, por parte do governo do Pará, em doar grandes áreas aos japoneses, seu embaixador no Brasil, Shichita Tatsuke, demonstrou profundo interesse, pois foi uma importante notícia para o Japão que não encontrava saída em relação a imigração, já que em 1924, nos Estados Unidos foi implantado uma lei de anti-imigração

japonesa. E para piorar ainda mais a situação, após seguidas intempéries da natureza, a região central de Kanto foi devastada por um terremoto. A partir deste momento o Japão mais do que nunca teve que contar com o apoio do Brasil para as imigrações internacionais.

Sem falar que durante a Era Meiji (1868 a 1912), o país passou por uma série de reformas políticas, sociais, econômicas e culturais, que modernizaram e industrializaram o país, transformando-o de uma sociedade feudal em uma potência industrial. Colocando fim ao Xogunato da família Tokugawa que controlou o Japão por cerca de 250 anos, isolando-o e dificultando a emigração (Kurihara; Nishizawa, 2014, p. 196).

A modernização da economia Japonesa considerada “feudal” por alguns autores gera, segundo Ishizu (2007), uma camada camponesa que está fora dos novos padrões econômicos propostos, ocasionando sérios problemas de ordem social para o país, por esse motivo era necessário fazer emigrar essa mão de obra para outro lugar.

O Tratado de Amizade, Comércio e Navegação assinado em 1895, firmado entre o Brasil e Japão, referia-se a um acordo diplomático entre os dois países para estabelecer relações de amizade, promover o comércio e regularizar a navegação entre suas respectivas jurisdições. Há de se pontuar, portanto, que ele não estabelecia qualquer entendimento em relação à imigração, mas foi importante para que o Brasil e o Japão dialogassem sobre essa possibilidade de iniciar o fluxo imigratório. Assim, a imigração asiática passa a ser cogitada no momento em que as fazendas cafeeiras necessitavam de trabalhadores, já que os imigrantes europeus haviam “causado problemas” ao governo brasileiro, como os italianos, deportados sob acusações de “anarquismo”.

Sakurai (1998), afirma que o Brasil não se constituía como primeiro foco de atração desse fluxo de mão de obra. Foi somente a partir das restrições da entrada de indivíduos de raça amarela em países como Estados Unidos, por exemplo, que o governo nipônico passou a estreitar os laços de amizade com as autoridades brasileiras.

A partir da década de 1920, além dos estados de São Paulo e do Paraná, famílias japonesas também se dirigiram para outras regiões do Brasil. No norte do país, mais especificamente no Pará, foram estabelecidas colônias de imigrantes nipônicos (Tomé-Açu, Castanhal, Monte Alegre, Marabá etc.) em terras concedidas pelo governo paraense. Essas colônias foram criadas por companhias japonesas com o objetivo específico de promover a imigração e de se beneficiar através da exploração agrícola. (Carneiro; Takeuchi, 2010).

Em São Paulo, nos cafezais, os japoneses que lá chegaram serviam de mão de obra, eram “peões”. Já os que chegaram ao Pará, tinham como possibilidade ser donos de terras

e mais tarde, patrões. Porém, tinha um preço: enfrentar o que, na época, era considerado o “inverno verde”, a Amazônia, e todos os perigos de áreas nunca antes exploradas: a Colônia do Vale do Acará - Tomé-Açu.

A desconstrução dos “perigos da Amazônia” era feita através de intensa propaganda, difundindo essa região como a terra das oportunidades, das vastas terras que precisavam ser exploradas/desenvolvidas. As propagandas criaram uma imagem positiva da região, atraindo japoneses em busca de novas oportunidades.

Figura 2 - Cartaz que incentivava a imigração de japoneses camponeses para ocupar as terras gratuitas do Brasil, e cultivar a "árvore que dava ouro": o café



Fonte: Cruz, Rosa e Kaeisi (2008)

Na figura acima, o cartaz diz: “agora vamos com a família toda para a América do Sul”. Há de se evidenciar a pessoa apontando com o indicador para o Brasil.

A República Brasileira, ainda sob domínio das grandes oligarquias latifundiárias, também receberá ajuda destes para custear viagens e receber mão de obra para suas lavouras de café. A imigração, considerada um sucesso em São Paulo e outros estados brasileiros como: Paraná, Rio Grande do Sul, Mato Grosso do Sul, Santa Catarina, etc., chegava a vez do Pará.

Quando os imigrantes japoneses vieram para a Amazônia em 1929, haviam transcorrido 21 anos da chegada do navio *Kasato Maru* em 1908, ao porto de Santos. De alguma forma, a despeito das dificuldades de comunicação na época, os imigrantes tinham alguma noção sobre o país, mitificado pelos recrutadores que pregavam riqueza fácil e

oferta de terra, cujas dimensões impressionavam aqueles acostumados a pequenas áreas no Japão. O conhecimento da realidade, logo após a chegada a Amazônia, deu lugar à luta para garantir a sobrevivência. Sendo obrigados a encontrar meios de sobrevivência independente do auxílio externo.

Assim, o processo migratório paraense ganhou contorno significativo quando o navio *Minala-Marú* ancorou em Belém, em 16 de setembro do ano de 1929, trazendo os primeiros imigrantes japoneses para a região amazônica. Após 5 dias de repouso, um grupo de 43 famílias, totalizando 189 pessoas, partiu de Belém a bordo de um navio da *Nantaku*,⁵. Em 21 de setembro de 1929, esses imigrantes chegaram à colônia (área de imigração) de Acará (atual Tomé-Açu), no estado do Pará.

Figura 3 – Cais de Tomé-Açu: desembarque da 1ª leva de imigrantes (1929).



Fonte: CAMTA (1954).

Cercados pelo verde da floresta, sem saber a que direção seguir, iniciaram as atividades de exploração e derrubada das matas. Essa região foi selecionada após uma pesquisa de viabilidade de migração realizada pela missão *Fukuhara*⁶, da empresa privada *kanebo* que fora incumbida pelo governo japonês que, sem recursos financeiros, recorreu a seu presidente, Yamaji Muto. Em 8 de março de 1926, enviou a primeira missão à Amazônia a fim de efetuar estudo da área oferecida pelo governo do Pará no final do século

⁵ Nantaku (Nanbei Takushoku Kabushiki Kaisha), em português, Companhia Nipônica de Plantação do Brasil. órgão responsável pelo assentamento dos imigrantes japoneses na Colônia de Tomé-Açu.

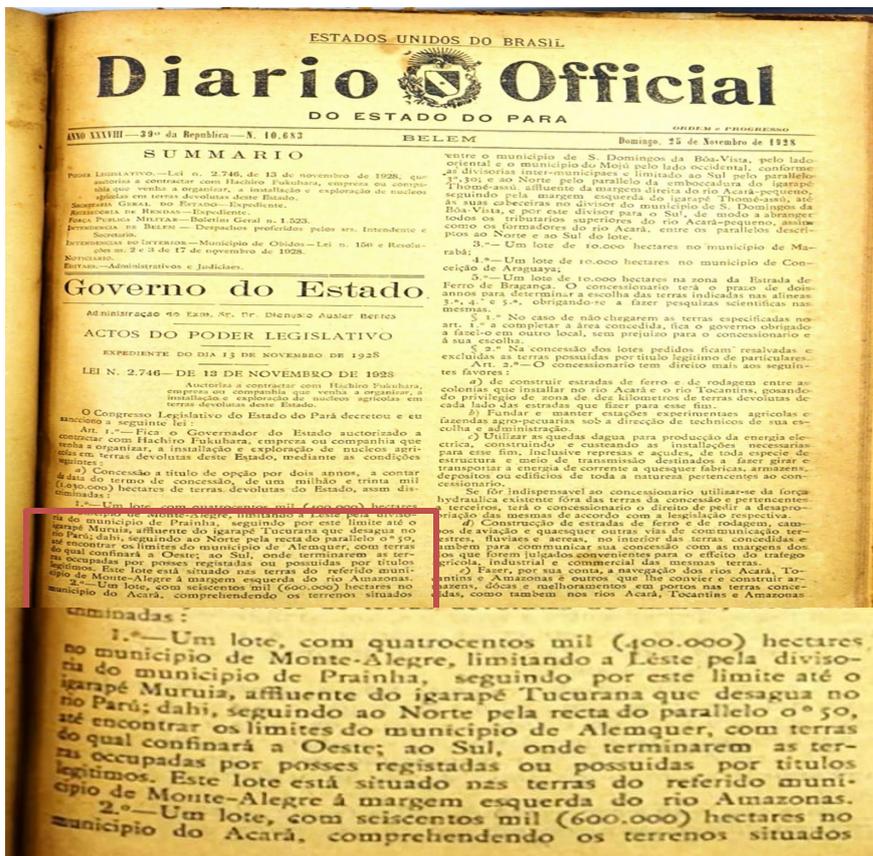
⁶ Fukurara tinha por objetivo analisar as áreas disponibilizadas pelo governo paraense, a fim de verificar sua adequação para o cultivo.

XX.

A missão denominada de *Fukurara* consistia em explorar e compreender melhor as características geográficas, ambientais, agrícolas e potenciais de desenvolvimento da região. Por conta desses estudos prévios, a primeira área oferecida pelo governo do Pará, nas proximidades do rio capim foi recusada, com isso a missão direcionou seu foco para o nordeste paraense, deferindo a área próximo ao rio Acará mirim (Tomé-Açu). Baseado nas ponderações, é possível inferir que mesmo com toda problemática pela qual o Japão passava, o governo teve a responsabilidade de mandar uma expedição para verificar a viabilidade de imigração e se poderiam tirar/obter vantagens posteriormente com a exploração.

Em 13 de novembro de 1928, houve a doação de 600.000 hectares de terras, mediante a lei Nº 2.746 de 13 de novembro de 1928, proposta por Dionísio Bentes⁷, (1925/1929) para desenvolverem a região através de práticas agrícolas, conforme aponta a Associação Pan-Amazônia Nipo-Brasileira (2004).

Figura 4 – Lei nº 2.746 de 13 de novembro de 1928



Fonte: Centur (2023).

⁷ Dionísio Ausier Bentes - médico e influente político do partido republicano, foi governador do Pará de 01/02/1925 - 28/01/1929

A referida lei autorizava o governo do Pará a contratar com Hachiro Fukuhara para que organizasse, instalasse e explorasse núcleos agrícolas em terras devolutas do Estado. Ao todo, foram concedidos 1.030.000 (um milhão e trinta mil hectares) sendo: 400.000 em Monte Alegre; 600.000 em Acará/Tomé-Açu; 10.000 em Marabá; 10.000 em Conceição do Araguaia e um lote de 10.000 hectares na Zona da Estrada de Ferro de Bragança.

Até que a lei 2.746 fosse publicada no Diário Oficial do Estado, em 13 de novembro de 1928, importantes acontecimentos contribuíram para que esse deslocamento ocorresse: a relação entre Brasil e Japão e os momentos históricos, sociais e econômicos que passavam. No Japão, por exemplo, crise demográfica, Revolução Meiji. No Brasil, o fim do tráfico negreiro e do ciclo da borracha.

Maria Ferreira Emmi, em seu livro: “Um século de imigrações internacionais na Amazônia (2013)” diz que a imigração japonesa foi tardia, em 1929. Destacando um fato curioso, pois nessa época a região sofria as consequências da decadência da borracha. A chegada dos japoneses também está relacionada com a economia da borracha, não com o auge, mas, inversamente, com a crise. A oferta da Amazônia como área de opção para receber imigrantes japoneses é motivada pelo desejo das elites governamentais do Pará e do Amazonas de encontrar alternativas, novos rumos econômicos, para minorar os problemas econômicos e sociais decorrentes da crise da borracha.

A imigração nipônica para o município de Tomé-Açu foi planejada e gerenciada por empresas capitalistas japonesas (Nantaku, Companhia Imperial de Emigração) que almejavam conquistar lucros. Apesar de facilitarem o processo migratório, fornecendo informações, assistência logística e orientação aos imigrantes em sua jornada para os países de destino, por detrás acreditavam nas imensas possibilidades que a Amazônia oferecia: fornecimento de madeira, produção de cacau, algodão, arroz e outros produtos que seriam exportadas ao Japão para obter lucro (Maruoka, 1994).

É pertinente frisar que as propostas de ocupação da Amazônia eram marcadas pelas ideias de progresso, presente em discursos de políticos, intelectuais e jornalistas desde o século XIX e se estendendo de diferentes formas, servindo de base e direcionamento para vários projetos, mas seguindo a mesma lógica: desenvolver e ocupar a Amazônia, ignorando ou prejudicando as populações nativas em seus modos de vida. (Nunes; Romani; Souza, 2015).

Nessa reflexão cabe enfatizar que antes da chegada dos japoneses na Colônia do Vale do Acará/Tomé-Açu, já havia, nessa região, uma população tradicional que habitava

as terras, os índios Tembés, cujas aldeias cultivavam uma agricultura de subsistência e faziam parte da nação *Tenetebara*, que em tupi guarani significa “nós somos gentes verdadeiras”. Tinham a mesma língua e tradições culturais dos índios Guajajara do Estado do Maranhão, de onde provavelmente vieram (Silva, 2019).

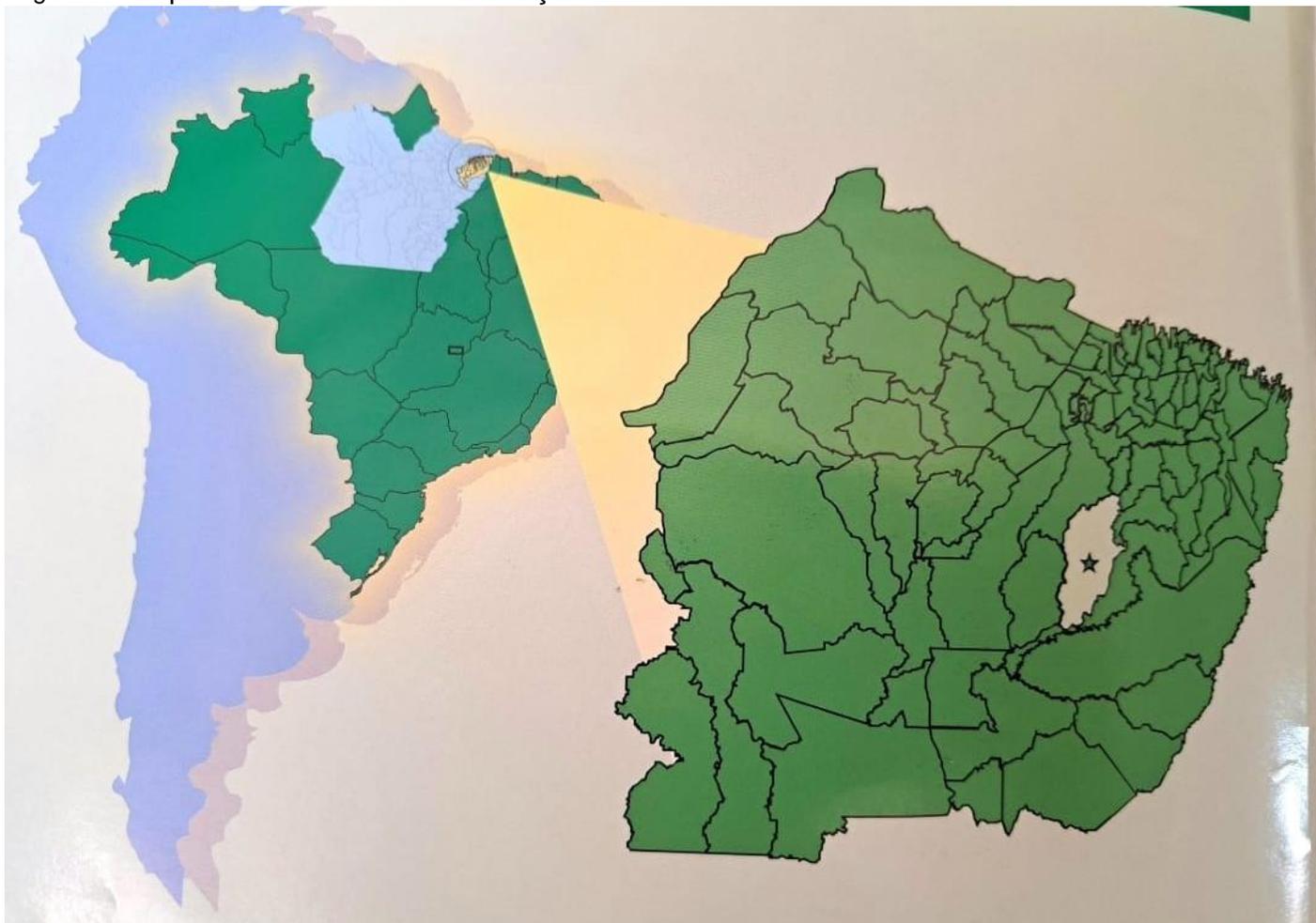
Dieges (1997) acredita que se consolidou ao longo de séculos um discurso que veem a região como um “paraíso desabitado”, no qual seria necessário implementar projetos para estabelecer nela a civilização ocidental com progresso e desenvolvimento. Estes discursos, advindos de conceitos construídos de fora para dentro da região amazônica, colocam os indígenas não como sujeitos agentes de processos de desenvolvimento, segundo seus próprios paradigmas, mas como passivos de propostas imperativas advindas de outros lugares. Estas propostas, segundo esta lógica deveria ser implementada independentemente de sua vontade e incluindo-os apenas como atingidos e não como sujeitos, pois se referem a eles como se não existissem ou como obstáculos.

Com a concessão de terra garantida na zona do Acará, Hachiro Fukuhara voltou ao Japão com relatórios positivos para o governo e para empresas de colonização que estavam interessadas em estender seus negócios para região amazônica e assim, rapidamente organizaram capital para tal empreendimento.

Como apontam Sakurai (1998) e Tsunoda (1988) a imigração para colonizar a bacia amazônica contou com apoio do governo nipônico e paraense, juntamente com capital privado de algumas empresas de emigração. Aqui podemos perceber uma semelhança com a primeira experiência ocorrida em São Paulo, no que diz respeito aos dois lados da corrente estarem interessados em fazer progredir suas economias.

De um lado, o governo nipônico ainda necessitando emigrar mão de obra para outros continentes, e o estado paraense por sua vez estava interessado em desenvolver a agricultura na região e assim povoar os chamados “espaços vazios”. Sem contar que desde a queda da economia da borracha, não se encontrara no Estado um produto que elevasse o saldo da balança paraense. É diante dessa conjuntura que se instala nas áreas ainda pertencentes ao município do Acará à colônia japonesa de Tomé-Açu.

Figura 5 – Mapa do Brasil – Pará e Tomé-Açu.



Fonte: Sindicato dos Produtores de Tomé-Açu, 2009.

A área na qual a colônia de imigrantes japoneses foi instalada em Tomé-Açu tinha por meta principal, segundo Nagai (2002, p. 11) “a exploração em desenvolvimento e benefício da região”. De acordo com as proposições de ambos os governos, em 1928, foi favorável ao que havia sido proposto pelo governo paraense. Então, criou-se a empresa denominada *Nanbei Takushoku Kaisha* (NANTAKU), que teria a tarefa de enviar e assentar os colonos na América do Sul. Tendo entre seus objetivos, conforme Carneiro e Takeuchi (2010), a garantia da colonização além-mar, a compra, venda e administração de terras, além da promoção de atividades comerciais relacionadas aos núcleos de colonos.

De acordo com Maruoka (1994) Como a verba para tal empreendimento não havia sido destinada pelo governo japonês, a empresa passou a ser administrada pela *Kanegafushi Bouseki Kabushiki Kaisha* (KANEBO), companhia privada de fiação e tecelagem. Um dos diretores, Hachiro Fukuhara, foi nomeado presidente da Nantaku. Após isso, criou uma empresa nacional denominada de Companhia Nipônica de Plantação S/A,

Após a seleção dos candidatos era solicitado a cada pessoa responsável pela família emigrante a assinatura de um contrato no qual constavam várias cláusulas:

- a) **Ao emigrante era concedido um auxílio de 200 iens, por parte do governo, para as despesas da viagem;**
- b) **O emigrante deveria possuir recursos próprios de 300 iens para despesa e custeio inicial do primeiro ano na colônia, o valor deveria ser depositado aos cuidados da Companhia de Imigração, uma conta seria aberta em nome do imigrante e, ao rendimento, seria acrescido juros de 5% ao ano;**
- c) **O terreno seria emprestado ao imigrante e deveria possuir uma casa que serviria de residência;**
- d) **A colheita teria sua distribuição de 70% - 30% (setenta por cento a família e trinta por cento a empresa). O terreno poderia ser vendido caso houvesse interesse pela compra, cada imigrante deveria depositar 10% da receita em dinheiro para futura aquisição de outro, caso desejasse.**
- e) **A industrialização e a venda dos produtos determinados pela Companhia seriam entregues a ela;**
- f) **O tratamento de doenças tropicais adquiridas seria dispensado de custo.**

No processo de recrutamento, as companhias de imigração priorizavam as famílias na seleção. Essa preferência tinha fundamentos importantes. Primeiramente, a migração em grupo, com famílias completas, era vista como mais estável e propícia para o estabelecimento de comunidades coesas nas colônias. Uma vez instaladas, as companhias acreditavam que as famílias encontrariam maior dificuldade em migrar ou mesmo deslocar-se para outros locais, o que contribuiria para a permanência e desenvolvimento das colônias. Além disso, a presença de famílias garantia uma continuidade geracional, permitindo a transmissão de conhecimentos e tradições entre os membros. Portanto, a preferência por famílias era uma prática comum durante o processo de imigração japonesa para o Pará e outras regiões.

Dessa forma, passado os acordos diplomáticos, bem como as análises minuciosas das áreas destinadas à colonização, a missão chefiada por Hachiro Fukuhara recebeu do Governador da época 600.000 hectares no Município do Acará como já exposto no capítulo anterior. A escolha dessa região em detrimento a área do rio Capim, se deu não só devido

uma maior fertilidade do solo, mas também devido uma melhor navegabilidade do rio Acara Mirim que facilitaria posteriormente o despacho de produtos produzidos dentro da colônia.

Seguindo as análises de Ishizu (2007) é possível perceber que a Companhia Nipônica de Plantação do Brasil fez investimentos vultosos para o desenvolvimento da colonização, como a infraestrutura (ver Quadro 1) criada na colônia nesse período para receber seus trabalhadores. Silva (2016) aponta que antes de embarcar com direção ao Brasil assinavam um contrato estabelecendo dentre muito quesitos que os 25 hectares cedidos pela Companhia de Emigração deviam ser cultivados e entregues 70% para o produtor e 30% para a Nantaku (APANB, 1999, p. 49-50) e posteriormente se assim desejasse a área poderia ser adquirida pelo colono por compra.

Quadro 1 - Infraestrutura criada pela Companhia Nipônica de Plantação do Brasil S/A

EDIFICAÇÃO	QUANTIDADE
Escritório	01
Hospital	01 c/16 pavilhões
Serraria	01
Oficina mecânica	01
Usina para descarregar arroz	01
Armazém para colheita	02
Armazém para depósito de materiais	02
Armazém geral	01
Garagem	01
Depósito de querosene e gasolina	01
Barracão para apontar trabalhadores	02
Barraca para trabalhadores	03
Casa de residência	16
Barracas para família dos trabalhadores	10
Casa para visitante	01
Poço d'água	09

Fonte: Elaborado pelo autor da pesquisa (2024).

Apesar de toda estrutura e organização criada para o empreendimento da colonização, partindo das premissas de Tsunoda (1988) e Nagai (2002) é possível perceber que a vida nos primórdios da colônia não era fácil e as dificuldades encontradas eram inúmeras.

Enfrentar a realidade do local foi difícil, em terras de mata fechada e de desmatamento a machado, com fogão de barro à lenha, lamparina à querosene, poço

cavado à céu aberto (um para 4 casas) e transporte à carroça. Ainda enfrentaram dificuldades como não falar o português, alimentação diferente, infraestrutura precária, carapanãs, formigas, saúvas, tucandeira, maruins, mucuins, carrapatos, cabas/marimbondos, aranhas, cobras, onças, doenças como: ameoba, bicho-do-pé (pulgas) anemia, sarampo, febre amarela, malária e dificuldade de acesso à cidade (Belém).

O ato de imigrar constitui um empreendimento de risco, sem saber exatamente o que vai encontrar e sem ter nada para recomençar. O sentido coletivo reforçava a execução de tarefas, sem nenhum prognóstico de sucesso. A maioria dos relatos sobre a imigração japonesa ao Pará, Tomé-Açu, é contada de trás pra frente, na antevisão do planejado, ou seja, fala-se do êxito da colônia por conta da pimenta-do-reino a partir da década de 50, esquecendo das dificuldades e problemas anteriores a mencionada década. Adaptação a um novo país, doenças tropicais, em especial, malária e febre amarela, fracasso na plantação do cacau, introdução dos cultivos de hortaliças pouco valorizados e sem mercado consumidor, falência da companhia de imigração, confinamento durante a segunda guerra mundial etc., contrapontos que dificultava a sobrevivência, principalmente no período da segunda guerra mundial, em que esses imigrantes ficaram confinados em Tomé-Açu.

Conforme Ishizu (2007) a experiência japonesa em Tomé-Açu é considerada por muitos como um exemplo de imigração bem sucedida na Amazônia, uma vez que mesmo diante das inúmeras dificuldades enfrentadas como adaptação ao clima, alimentação, os perigos da floresta amazônica, entre outros. Esses sujeitos superaram as adversidades e hoje compõem a terceira maior colônia japonesa no Brasil. Sendo assim, o município de Tomé-Açu ainda guarda muito da contribuição desses imigrantes, especialmente no tocante de sua constituição e no período em que o mesmo ainda se encontrava como colônia do município do Acará.

1.2 Pimenta-do-reino, o “diamante negro”

Achamos pertinente abordar e acrescentar esse item na dissertação, porque a pimenta foi, sem dúvida, a grande responsável pelo sucesso dos imigrantes japoneses e uma das grandes responsáveis pela abundante oferta de trabalho remunerado, trazendo riqueza aos japoneses e proporcionando desenvolvimento econômico, político, social e cultural a Tomé-Açu. Tornando-se uma colônia próspera e atrativa a migração dos cametaenses e de pessoas de outros municípios paraenses e estados brasileiros.

Assim, quando pensamos em Tomé-Açu somos remetidos a lembrança dos japoneses e da pimenta-do-reino, tudo porque esta última fez com que o município alcançasse progresso econômico, devido exorbitante valorização no mercado nacional e internacional, chegando a ficar conhecida como o “diamante negro”. Na fala de Oshikiri (1994, p. 41) fica perceptível essa valorização, pois “[...] pelo preço de um punhado de pimenta era possível contratar mão de obra por um dia, que custava cerca de C\$: 25 cruzeiros, enquanto a pimenta estava cotada em C\$: 170 cruzeiros o quilo”.

Desde a metade da década de 1930, a plantação da pimenta-do-reino (*piperácea*) vinha sendo desenvolvida na colônia de Tomé-Açu, todavia, só após o final da Segunda Guerra Mundial que a colônia transforma-se na “Terra da Pimenta” e essa especiaria fica conhecida como o “Diamante Negro da Amazônia” (Maruoka, 1994, p. 41).

A própria opção pelo recorte cronológico (1950 a 1970) é calçado no período áureo dessa especiaria, buscando perceber as experiências migratórias de inúmeros sujeitos, entre eles os cametaenses. Na década de 1950, quando acontece o “boom” da pimenta, muitos postos de trabalhos foram criados devido às grandes plantações de pimentais demandarem uma série de atividades: derrubada, plantação, capina, cultivo, colheita, processamento, embalagem etc., gerando empregos diretos e indiretos nas áreas rurais onde eram cultivadas. Porém, há de se evidenciar que no início, na colônia, a vida dos imigrantes japoneses não foi nada fácil.

Uma terra para teimosos. Era assim que Tomé-Açu, município do nordeste paraense, a 230 quilômetros da capital, Belém, era descrito por imigrantes japoneses que viveram lá no final da década de 1920. Naquela época, eles não possuíam nenhum tipo de comunicação. Nem estradas, que ligassem da colônia à capital. A via fluvial era o único acesso de que dispunham (Kasuó, 2020, p.1)

O fragmento do escritor japonês, Ademar Kasuó retrata a dura realidade enfrentada e vivida pelos imigrantes japoneses quando por aqui desembarcaram, Belém, em 16 de setembro de 1929, do Navio Minala Marú. Após descansar por 5 dias em Belém, em um alojamento/barracão da NANTAKU, companhia responsável pelo processo de imigração para o Brasil. Depois do descanso, eis que voltam ao rio no barco a vapor Tefé, da companhia de navegação, Amazon River, atuante na região, a fim de contornar as curvas do rio Guamá ao rio Acará Mirim, onde chegariam ao seu destino (Homma, 2011).

Nesse deslizar, os pescoços imigratórios, hipnotizados pelo verde, admirados pelas revoadas de papagaio e periquito, buscavam o melhor ângulo para que seus olhos pudessem captar as imagens das matas virgens que encantavam e ao mesmo tempo

amedrontavam. Outro país, outra cultura, clima diferente, pessoas estranhas, fauna e flora exóticos com os da terra natal, doenças tropicais etc. Em meio a esse caldeirão de dúvidas e incertezas: pessoas, famílias, mulheres, crianças. À medida que subiam o rio Guamá, ficavam mais distantes dos recursos da cidade de Belém e mais próximos do isolamento e da solidão, no meio do “coração” de uma mata nunca antes explorada, o “inferno verde”.

A memória reconstruída de Yoshio Maruoka (1994) sobre seus traslados: Tomé-Açu/Belém – Belém/Tomé-Açu faz com que arquitetemos tudo o que estes imigrantes enfrentaram no Pará.

Havia diferença de hábitos alimentares. Os alimentos disponíveis estavam limitados ao arroz, feijão, charque, farinha de mandioca, sal e peixe seco. A diferença dos hábitos de vida produzia da mesma forma certo desconforto. Era difícil habituar-se ao odor da carne salgada. Colhia-se as verduras plantadas apressadamente, mas não havia material para se produzir o nukazuke⁸ (Maruoka, 1994, p. 56).

Apesar de todas as dificuldades enfrentadas, conseguiram avançar na exploração da região, principalmente, após a introdução e êxito com a cultura da pimenta-do-reino. No entanto, antes do triunfo vieram as dificuldades. O senhor Hajime Yamada é uma testemunha de toda essa superação.

Figura 7 – Primeiras famílias imigrantes em Tomé-Açu e o Senhor Hajime Yamada.



Fonte: Midori Makino (2021).

⁸ Nukazuke: É um tipo de pickles japonês (tsukemono) produzido com hortaliças colocadas dentro de uma mistura de farelo de arroz fermentado com algas marinhas e soja.

Yamada, em entrevista nos, relatou que: “a esta terra fomos atraídos e atraímos”. Hoje uma das testemunhas do sofrimento e das conquistas dos japoneses que se aventuraram na Amazônia. Nascido em um vilarejo em Hiroshima, onde os pais plantavam arroz e produziam carvão, fez parte da primeira leva de imigrantes (189 pessoas), distribuídas em 43 famílias, que decidiram desbravar a região amazônica. Tinha 2 anos de idade quando veio ao Brasil com os pais Yoshikazu e Sueno, e a irmã Mitsue. Chegou na Amazônia em 1929, com apenas dois anos de idade, em uma época que buscavam, no meio agrícola, substitutos econômicos para o ciclo da borracha após seu auge entre finais do século XIX e início do século XX.

A situação era tão penosa que ainda hoje, Hajime Yamada, o remanescente do grupo de pioneiros, lembra-se da mãe chorando, dizendo que só havia floresta e que teria sido melhor ser mendiga no Japão a enfrentar aquela situação de penúria.

Antes desse imigrante desembarcar, o governo do Pará queria desenvolver a produção de cacau na região, quando decidiu doar um milhão e trinta mil hectares para a Companhia de Colonização da América Latina (Nantaku). Assim os imigrantes recebiam 25 hectares de mata, que precisavam derrubar antes de iniciar a atividade cacauzeira. Mas o cultivo não deu certo, destaca Fukasawa (2012, p. 117)

Com o fracasso do cacau, os imigrantes começaram a plantar arroz e hortaliças para serem vendidos em Belém e também para subsistência. No entanto, devido à falta de costumes da população paraense, parte da produção estragava, sem falar que a logística não favorecia o escoamento, pois a via fluvial era o único meio de se chegar a Belém e o tempo da viagem, somado com a perecibilidade dos produtos jogava contra os japoneses.

Com o fracasso do cultivo do cacau, muitos imigrantes japoneses decidiram investir no plantio de arroz e hortaliças para revender em Belém. A operação de escoamento era uma aventura de logística: da lavoura até o porto de Tomé-Açu levava-se quatro horas de carroça movida por bois, e mais 15 horas em via fluvial até Belém Pará, para no fim, ter que jogar parte da produção porque o consumo era pouco e a sobra considerável⁹.

Esse cenário difícil, somado a doenças tropicais como a malária fizeram Tomé-Açu ser conhecida como o “inferno da Amazônia”. Apesar de dispor de hospital e médicos, proporcionado pela Companhia de Imigração, as mortes eram frequentes. De acordo com Oliveira (2008) “das 600 famílias que se estabeleceram em Tomé-Açu, nos seis primeiros

⁹ Hajime Yamada, imigrante japonês, que chegou à região com a primeira leva, em 1929, aos 2 anos de idade. Quando adulto, foi dono da fazenda Yamada, recebendo inúmeros migrantes cametaense em sua propriedade. Entrevista concedida em 19 de julho de 2021.

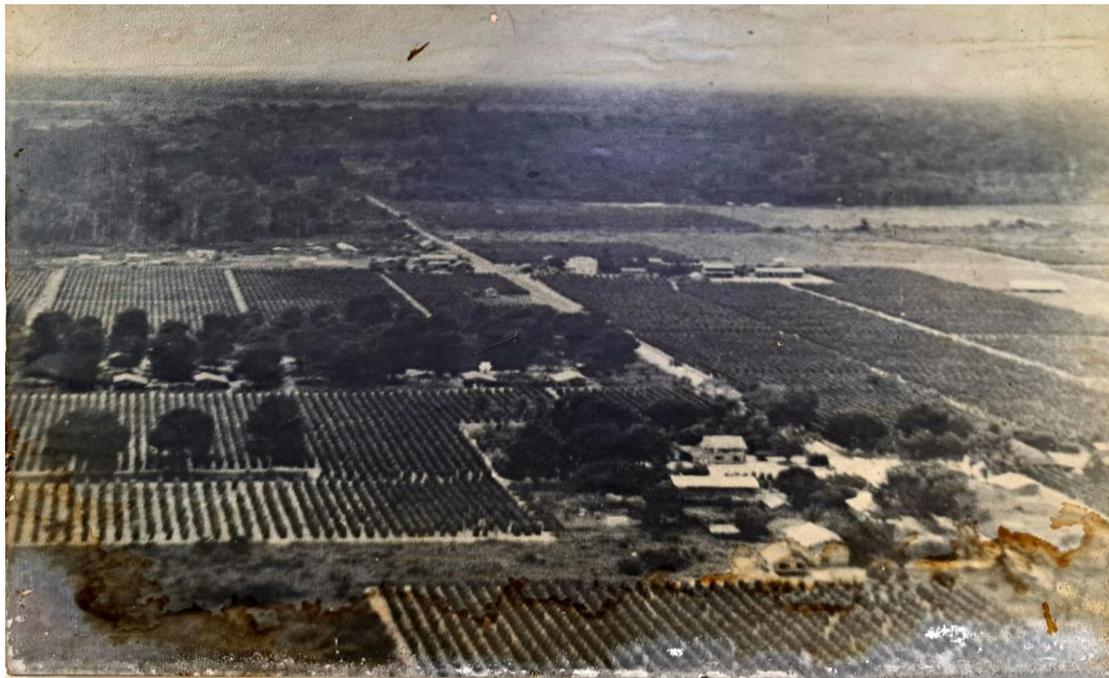
anos de imigração, apenas 40 continuaram na região, pois além do cultivo do cacau não prosperar, a malária ceifava a vida de seus entes queridos, ocasionando migração para São Paulo e Belém a fim de fugir da morte.”

Tsunoda (1988) relata que não se encontrava na colônia um plantio que fosse adequado e gerasse grandes capitais. A grande saída para a situação dos colonos, especialmente depois do fracasso do projeto e a falência da Companhia (*Nantaku*) em 1935, foi o sistema de cooperativismo, que tinha como principal carro chefe a venda de verduras produzidas na colônia e comercializadas na capital paraense, mesmo com dificuldade logística (Silva, 2016; Tsunoda,1988). Dessa forma, a chegada da especiaria (pimenta-do-reino) em solo tomeaçense modifica não só a economia, mas a vida de toda a colônia.

Levando em consideração os trabalhos de Tsunoda (1988) e Nagai (2002), a pimenta-do-reino teria chegado à colônia junto com a décima terceira leva de imigrantes que se dirigia no ano de 1933, a bordo do Navio *Hawai Maru*. Que em decorrência do excesso de passageiros e falta de circulação de ar, houve em sua tripulação um óbito que obrigou a embarcação a uma parada em Cingapura para cremação do corpo. Makinossuke Ussui, representante da *Nantaku*, comprou 20 mudas de pimenta-do-reino. Elas inicialmente foram plantadas na Estação Experimental de Açaizal, mantida pela *Nantaku*. Quando a Companhia encerrou as atividades, Tomoji Kato e Enji Saito transportaram as mudas remanescentes para os seus lotes. Elas se multiplicaram em outras milhares de mudas e fizeram Tomé-Açu tornar-se o maior produtor mundial dessa especiaria.

Nessa época, esse município paraense encontrava-se no mar de prosperidade devido à pimenta-do-reino. De tão valiosa, era chamada de “diamante negro”. Logo tornou-se o principal produto agrícola, depois que o seu preço alcançou índices exponenciais em 1953, consequência do aumento contínuo na produção que vinha ocorrendo desde 1947.

Figura 8 – Plantação de pimentais.



Fonte: Associação Cultural de Tomé-Açu (1960)

Eram pimentais a perder de vista conforme evidencia a imagem da figura 8. O tempo da pobreza e do sofrimento tinha passado. Era hora de colher e viver o período de esplendor da colônia, o tempo da pimenta, como relata Oshikiri (1994, p. 41):

No ano de 1955, emigrei da cidade de Obanawa, província de Yamagata, para Tomé-Açu. Dez anos acabavam de completar, após a guerra. Os aparelhos de rádio estavam então penetrando em todos os lares da minha terra natal em Yagamata. O trabalho no campo era executado por cavalos e bois e a para sair utilizava-se a bicicleta. Quando cheguei a Belém, para depois seguir viagem em uma embarcação fluvial por um afluente do rio Amazonas cercado por uma densa floresta virgem, por um dia e uma noite, até Tomé-Açu. Nesse vilarejo localizado nos confins do mundo para quem vem do Japão, onde cheguei com muito custo, todas as famílias japonesas possuíam caminhões ou tratores, todas tinham um carro ou, quando a família era numerosa, até dois carros. Havia projetores de 16mm em todas as casas, usavam relógios de pulso Rolex dourados, evidenciando o período de fartura quando o dinheiro era abundante. O dólar estava a 38 cruzeiros e valia aproximadamente 10 iens. A pimenta estava cotada no mercado em 170 cruzeiros o quilo. Tudo era exagerado naquela época. Diversos vendedores vinham da distante São Paulo, por via aéreas, atraídos pela fama de Tomé-Açu.

O retrato da velha planta (ver Figura 9), com a materialização da casa ao lado, feito em madeira e coberto com palha, de apenas 20 metros quadrados, traduz o que existia de “conforto” oferecido pela companhia aos imigrantes, quando aqui chegaram. Há de se ressaltar que muitas barracas, como as da imagem ainda não estavam prontas quando os

nipônicos por aqui chegaram, assim as famílias tiveram que compartilhar o espaço de um único barracão com outras pessoas até que eles mesmos conseguissem terminar de construir a moradia.

Figura 9 - Planta e casa construída dos primeiros imigrantes



Fonte: Associação Cultural de Tomé-Açu

No início, depararam-se apenas com uma barraca de 20 metros, suspensa do solo para evitar que insetos e animais entrassem, coberta de palha, sem paredes e sem acesso a água de poço. A dura realidade, que jamais haviam imaginado, causou um choque profundo no grupo. No entanto, sem perder tempo, eles começaram imediatamente a trabalhar, buscando madeira para erguer as paredes internas e externas. Assim, transformaram o simples barraco em um espaço habitável (APANB, 1994, p. 59).

De acordo com Fukasawa (2009), em 1939 foi criada a Cooperativa Agrícola Mista de Tomé-Açu (CAMTA), dos imigrantes japoneses, tornando-se responsável pela comercialização da produção da pimenta. A partir daí a monocultura decola, mas logo é interrompida pela segunda guerra mundial e com ela a situação ficou ainda mais conturbada. Os japoneses foram vistos como inimigos do Estado, sofrendo fortes controles e intervenções, chegando a tal ponto de transformar a colônia em campo de concentração. A colônia de Vale do Acará agora era: Colônia Estadual de Tomé-Açu (CETA).

Após o fim da segunda guerra mundial, a primeira providência foi retomar o controle da cooperativa agrícola que estava 100% sob comando do governo do Pará. Em seguida, foi construído o navio “universal” para transportar os produtos agrícolas o que garantiu a

rota comercial entre Tomé-Açu e Belém. Vale ressaltar que a atividade imigratória, suspensa pela guerra, em 1953 foi reiniciada.

Figura 10 – Barco Universal



Fonte: Associação cultural de Tomé-Açu (1946)

Os membros ativos da colônia japonesa fundaram em março de 1946, a Associação de Jovens Lavradores do Acará. A Associação iniciou suas atividades construindo o navio Universal com capacidade para transportar 18 toneladas. Na imagem acima (figura 10), é possível observar a viagem inaugural do Universal com alguns tripulantes, levando toneladas de pimenta para Belém. Na capital tinham porto próprio.

Todavia, o trabalho com a pimenta envolvia uma série de recursos e uma boa quantidade de mão-de-obra. Inicialmente era necessário preparar as mudas, o que acontecia por volta do mês de novembro ou dezembro. Enquanto as mudas eram cuidadas no viveiro, os trabalhos de abertura, queimada da mata e o levantamento de estacas resistentes à podridão estavam a todo vapor. No final de janeiro, com o solo bem encharcado pelas chuvas, as mudas eram plantadas, em março ou abril fazia-se a limpeza do pimental e em junho, julho iniciava-se a colheita (Tsunoda, 1988).

A culminância do ciclo produtivo com o embarque da pimenta camufla o fluxograma de um intenso e pesado trabalho que serve de prerrogativa antes da venda do produto. A

sequência das imagens abaixo (figura 11) mostra, de forma resumida, as etapas das atividades que um pimental gera:

a) Início do pimental: (figura 11) neste começo é possível observar homens manipulando pesadas estacas de madeira de nome acapu, todas obedecendo fileiras uma após a outra, alinhadas. Essa madeira é bastante resistente à água e por isso, era a preferida dos japoneses, porém sua estrutura apresentava farpas, o que era um problema por perfurar a mão dos trabalhadores que a manuseavam sem auxílio de luvas. Há de se relatar que a área descampada mostrada na foto, antes dela existia uma mata virgem e que precisou ser derrubada, queimada, destocada, demarcada (obedecer fileiras e espaçamento), cavado os buracos, para depois empinar as estacas, conforme os trabalhadores estão fazendo. Nessas estacas verticalizadas a planta trepadeira, *piper nigrum*, (pimenta-do-reino) fixaria suas garras.

b) Pimental já produtivo: (figura 11) Três anos após a plantação, os pimentais começavam seu ciclo produtivo, nesse interstício, a área entre as pimenteiras passava por inúmeras capinas feitas com auxílio da ferramenta chamada de enxada, passava por amarração, para que os galhos da trepadeira fixassem na estaca conhecida tutor na linguagem dos pimentalistas.

c) Pimental em abertura na mata: (figura 11) Como na época era só mata em Tomé-Açu, os pimentais ficavam rodeados por matas virgens, assim como as casas dos japoneses.

d) O período da colheita: (figura 11) Era o que gerava mais postos de trabalho, pois sua colheita era manual, onde se retirava cacho a cacho da árvore. Após a colheita, ocorria a pesagem e era por essa produção que os trabalhadores cametaenses recebiam. Finalizada a pesagem, os sacos ficavam predispostos no barracão aguardando a fase do debulhamento (esse debulhamento era feito por uma máquina que rodava bruscamente com auxílio de motor e uma correia larga), desprendendo os caroços dos cachos (talos).

e) Secagem em lona ao sol: (figura 11) com os caroços separados do cacho, era momento de levar as pimentas ao sol por cerca de uma semana, mexendo 4 vezes ao dia com o auxílio de um rodo em madeira, para que houvesse secagem uniforme. Na fase final desse processo a pimenta ganhava a coloração preta, por isso o apelido “diamante negro”. Vários trabalhadores faziam vigília da especiaria ao sol com o objetivo de livrá-la da chuva e também do furto, pois na época, com a alta do preço, ocorria furtos recorrentes por

larápios (ladrão de pimenta-do-reino), pois assim eram conhecidas as pessoas que realizavam essa prática em Tomé-Açu.

Figura 11 – Fases de plantio da pimenta



Fonte: Souza (2019)

f) **Costura dos sacos:** (figura 11) Terminado o processo de secagem, havia o ensacamento dos caroços secos, seguido da costura manual com ajuda da famosa suvela¹⁰ para fechar/unir a boca das sacolas.

¹⁰ Suvela: Instrumento pontiagudo que com ajuda de barbante servia para costurar as bocas das sacolas com 50 kg com pimenta-do-reino.

g) Armazenamento em galpão: (figura 11) Os imensos galpões armazenavam centenas de toneladas de pimenta para posteriormente ser transportado a Belém.

h) Armazenamento em silos: Como a produção era demasiada, os japoneses armazenavam parte da produção em silos, aguardando o melhor momento para efetuar a venda, sem que houvesse perda da qualidade dos grãos da pimenta.

i) Carregamento, transporte e embarque: Apesar de estarmos falando dos anos 50, 60 e 70, a agricultura em Tomé-Açu contava com auxílio de transportes como tratores, motores e caminhões ajudando, sobretudo, não somente ao transporte de pessoas, mas também a escoar a produção, seja do pimental para os barracões e dos barracões para o trapiche da cidade, de onde seguia para venda. A pimenta branca é resultado da retirada da casca que envolve o caroço. Pois retirando sua proteção (casca) a parte interna tem a coloração branca. A retirada da parte externa resulta em um sabor mais suave da pimenta (“queima” menos). E para finalizar, tínhamos o embarque da pimenta, culminância de todo processo realizado na colônia. Nessa atividade, vários homens faziam enormes filas em um intenso vai e vem com os sacos de 50 quilos de pimenta nas costas, do caminhão/trator até o porão do barco que iria realizar o transporte por via fluvial até Belém.

O lucro com a venda da pimenta, favoreceu as possibilidades de investimentos, pelos japoneses, em uma agricultura incipiente, mas que já fazia uso da mecanização para ajudar na produção e conseqüentemente na obtenção de maiores lucros. De acordo com (APANB, 2001, p. 95), “em 1961, Tomé-Açu possuía 101 carros, sendo a 2º cidade do estado do Pará em números de automóveis, ficando só atrás de Belém”. Os altos investimentos em veículos era proporcionado pelo exorbitante aumento do valor de mercado desse commodity. Silva (2019, p. 107) também destaca esse maiúsculo aumento em poucos intervalos de tempo: “em 1946 o quilo subiu de 5 mil reis para 100 devido interrupção das importações e a destruição das plantações em outros países por causa da segunda guerra mundial, como a da Indonésia que detinha o 1º lugar na produção. Esta, devido ao conflito armado, passou a priorizar a plantação de gêneros alimentícios”.

Em sua fase áurea, a pimenta-do-reino teve tanto destaque que foi designado o dia estadual da pimenta, voltado ao festejo desse produto agrícola. O governador Alacid da Silva Nunes, sancionou em 02 de julho de 1968, a lei nº 4.148, publicada no Diário Oficial de 10 de julho. É uma breve lei, com apenas um artigo, que oficializou o dia 1º de setembro como o dia da pimenta. Ressalta-se que o objetivo do “dia da pimenta-do-reino” era

promover o consumo interno da especiaria e informar à sociedade paraense sua importância socioeconômica e os benefícios nutricionais e terapêuticos. Já o da lei sancionada por Alacid foi incentivar a produção que havia se expandido pelo Vale do Acará e estava dando retorno econômico significativo.

Diz a lei:

[...] nesse dia 1º de setembro, o município que houver apresentado maior índice de produção no ano anterior será escolhido para servir de sede à festa da pimenta, patrocinada pelo Governo do Estado. A lei tornou obrigatória a realização de palestras sobre a importância da pimenta no campo do desenvolvimento socioeconômico da Amazônia.

Figura 12 – Lei n.º 4.148 que sancionou o “dia da pimenta-do-reino”



Fonte: silva (2019)

Conforme relatado na *Revista Bem-Te-Vi*, edição 39 de 2015, o plantio de pimenta-do-reino no ano de 1954 totalizou 440.000 pés, resultando em uma produção de 800 toneladas. Isso marcou o início de um movimento para suspender a importação de pimenta-do-reino. A Cooperativa de Tomé-Açu desempenhou um papel crucial nesse cenário, conquistando espaço em todo o território nacional e dominando completamente o mercado interno com a comercialização do seu produto.

Após a segunda guerra, a pimenta passou a despontar como uma cultura realmente promissora, isto foi o sinal de largada para a produção dessa especiaria no estado do Pará. Em 1947 ela ocupava o 3º lugar no volume das vendas, com 10% na participação global,

em 1950 já ocupava o primeiro lugar (Silva, 2019). Essa posição seria mantida até 1981. Hoje, o quilo da pimenta está menos de R\$10,00 (dez reais), apesar do alto custo investido na produção, Tomé-Açu ainda produz quantidade significativa 624.614 kg em 2021, mas nada comparado com o tempo áureo, décadas de 50 a 70, pois somente em 1968 foram 5.600 toneladas, o que equivale a 5.600.000 (cinco milhões e seiscentos mil quilos). Como relembra o entrevistado Hajime Yamada¹¹:

[...] o desenvolvimento saía em forma de grão e chegava em forma de papel (dinheiro), flutuando pelo rio Acará Mirim. Como não tinha estrada, os caminhões, carros e tratores eram transportados em lanchas ou balsas. Esses veículos vinham de São Paulo, balsa cheia direto para nossa colônia. Todo dono de fazenda de pimental tinha dois, três veículos.

Figura 13 – Veículo chegando a Tomé-Açu

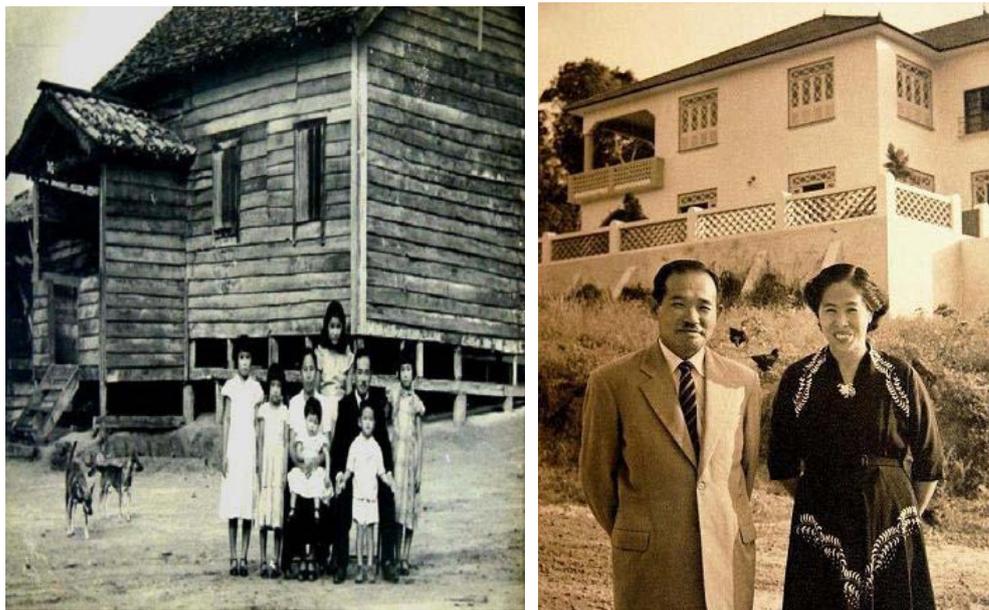


Fonte: Sousa (2019)

Um trabalho mais contemporâneo e interessante para se conhecer as mudanças trazidas com o advento da economia piperácea é o trabalho de Aihara (2008), quando a mesma aborda através da história de sua família as paisagens nipo-brasileiras que vão se constituindo em Tomé-Açu. Um exemplo é a própria morada dos avós.

¹¹ Hajime Yamada, imigrante japonês, que chegou à região com a primeira leva, em 1929, aos 2 anos de idade. Quando adulto, foi dono da fazenda Yamada, recebendo inúmeros migrantes cametaense em sua propriedade. Entrevista concedida em 19 de julho de 2021.

Figura 14 - Residência dos Onuma 1940 e 1950



Fonte: Aihara (2008)

A partir das imagens acima é possível perceber como a economia da pimenta modificou não somente as paisagens, mas também a vida dos moradores da colônia. O produto rendia lucratividade que podia ser vista materialmente, não é à toa que muitos colonos nesse período entusiasmados com o valor da pimenta, dedicaram-se exclusivamente a esse cultivar (monocultura).

A partir do início da década de 50, a comunidade conhece a época de ouro. Orgulhosamente chamada de "diamante negro", a pimenta-do-reino, que promoveu um lucro extraordinário, transformou humildes casas em mansões que se assemelhavam com as de seu país natal (Kumagai, 2002). Os "barões da pimenta" importavam mão de obra (carpinteiros) vindo do Japão para construir suas mansões obedecendo aspectos arquitetônicos de seu país de origem.

A explicação para a alta valorização da pimenta é atribuída, conforme destaca Tsunoda (1988), devido à destruição da produção da Indonésia (maior produtor) pela segunda guerra mundial. Deste modo, o produto cultivado na colônia de Tomé-Açu ganhava mercado não apenas nacionalmente, uma vez que a pimenta utilizada no Brasil "era importada em quase toda sua totalidade", mas também internacionalmente devido à destruição das plantações pela guerra. Ainda sobre essa valorização do produto, Nagai (2002, p. 34) contribui com a seguinte informação: "da condição de importador, o país (Brasil) passou a ser exportador desse produto e Tomé-Açu despontava no cenário mundial

como o maior produtor de pimenta-do-reino do hemisfério, ocupando lugar de destaque em termos econômicos no Pará”.

Com uma demanda e mercado consumidor ainda maior com relação à produção *piperácea*, bem como diante do trabalho decorrente desse plantio, não é à toa que no período de ouro da pimenta (1950 a 1970), muitos indivíduos dirigiram-se a região com o objetivo de empregar-se nos pimentais que cercavam a cidade.

“Naquela época, todo mundo tinha pimental! Quando viajava de teco-teco e via pimental, sabia que estava chegando em Tomé-Açu”, afirmou Aihara (2010, p. 15).

A figura abaixo evidencia inúmeras fazendas de pimentais, fazendo com que tenhamos uma ideia da imensidão e da grandiosidade dos pimentais.

Figura 15 - Vista aérea da colônia de Tomé-Açu.



Fonte: CAMTA (1960).

Nas viagens de avião monomotor entre Belém e Tomé-Açu, os passageiros já reconheciam a proximidade da última cidade devido aos imensos pimentais. O clarão na mata, próximo ao rio Acará Mirim, não apenas indicava prosperidade econômica, interação entre pessoas, troca de conhecimento e conflitos, mas também revelava devastação e uma agressão incipiente ao meio ambiente. Esse problema que hoje afeta sobremaneira a vida dos amazônidas e da população mundial, o desmatamento. Na Amazônia, o desmatamento é uma questão de grande magnitude, com impactos significativos no meio

ambiente, na biodiversidade e nas comunidades locais. Essa problemática merece ser destacada em nosso trabalho para reflexão e, quem sabe, aprofundamento deste tema em outros estudos.

Ainda fazendo reflexão acerca do desmatamento: milhares de hectares abaixo, fauna acuada por conta da derrubada e do barulho que as centenárias árvores faziam ao cair. Após os clarões abertos nas matas, deixavam o sol agir para depois ser a vez dos fachos¹² ditarem o ritmo das labaredas que queimavam e sabrecavam a flora, transformando-as em cinzas, para depois surgirem os pimentais. O entrevistado Nário Tavares¹³ relatou sua vivência:

O chão tremia quando as imensas maçarandubas, jatobá e piquizeiro, angelim vinham ao chão. Imagina o peso de uma árvore que dois machos levavam até três dias para derrubar. Dava para ouvir de longe os estrondos. Os que estavam perto sentiam a terra trepidar sob seus pés. A queda saía quebrando e levando tudo o que tinha pela frente.

Apesar dos rudimentares instrumentos no início da colonização, como demonstrado na figura 14, a ferida na selva era significativa, muitos cametaneses, belenenses, cearenses, maranhenses, rio grandenses etc., em regime de empreitadas, consumiam segundos, minutos, dias, horas, meses e anos com ímpeto e objetivo de “sangrar” a mata. Como de pouco a pouco se chega ao muito, em 1960, de acordo com relatos da CAMTA, mais de 100.000 (cem mil hectares) tinham vindo ao chão.

¹² Ramo com árvores secas incendiado para propagar fogo, à medida que seu portador fosse se deslocando.

¹³ Nário Tavares Rodrigues, 69 anos, agricultor, morador de Merajuba, interior de Cametá. Trabalhou com os japoneses por 13 anos. Foi primeiro e depois levou a família completa. Atingiu o posto de capataz (espécie de administrador da fazenda do seu patrão). Entrevista concedida em 25 de outubro de 2021.

Figura 16 - Ferramentas utilizadas pelos japoneses no início da colonização.



Fonte: Associação Cultural japonesa (2023).

À medida que o cultivo se expandia, a cooperativa também se dedicava a ampliar suas instalações, adotando medidas adequadas às novas condições. Com foco na exportação, a cooperativa tomou medidas para garantir a estabilidade de preços, introduzindo melhorias no sistema de ensacamento, embalagem, inspeção e recibos de venda. Além disso, para garantir a unidade nas operações, a matriz e os postos de vendas em Belém e São Paulo atuavam em cooperação mútua.

De importador o Brasil, em 1956, passou a condição de exportador, enviando o produto de Tomé-Açu para países como a Argentina e Estados Unidos (Cornejo; Yumi, 2012).

Figura 17 – Dados de pimenteiras plantadas por ano



Fonte: CAMTA (1961)

Baseado no relatório da CAMTA, (Figura 15), última linha, a terceira, coluna da esquerda para a direita, mostra a celeridade, crescimento e grandiosidade dos pimentais. Em 1961 eram 1.586.700 (um milhão quinhentos e oitenta e seis mil e setecentos) pés de pimenta-do-reino registrados pela cooperativa. O número expressivo de pimenteiras vai de encontro a oferta de trabalho disponibilizada pelos japoneses para desenvolver essa agricultura que exigia intensa força de trabalho do início à fase final da produção.

Devido a boa situação da pimenta, ainda na década de 50, conforme aponta Kamata (2019), muitos emigrantes saem do Japão, devastado pela guerra, já sabendo do excelente momento agrícola da colônia, em direção ao Pará. Estima-se que entre 1953 e 1976 tenham entrado 6.375 imigrantes japoneses na Amazônia, 69% só no estado do Pará,

muito por conta do momento de valorização da cultura praticada em Tomé-Açu.

Os japoneses, sabendo do bom momento da colônia enviaram novos imigrantes a Tomé-Açu para trabalharem em meio agrícola, cada família já instalada e bem sucedida nesta região paraense recebia essas pessoas aos quais ensinavam os ofícios relacionados ao manuseio da terra. Os chefes das famílias eram tidos como padrinhos desses novos imigrantes.

Figura 18 - Padrinhos de novos imigrantes



Fonte: CAMTA (1953)

Essa relação dos imigrantes com os ditos “padrinhos” era crucial para a adaptação e integração desses “novos nipônicos” na nova terra. Os “padrinhos” ofereciam orientação, apoio e conexões sociais, ajudando os imigrantes a enfrentar os desafios da vida em um ambiente desconhecido.

A cooperativa dos japoneses assumiu a responsabilidade de cuidar do seguro de saúde das famílias dos associados e dos imigrantes que chegavam. Como parte dessas iniciativas, o Dr. Goro Toda foi contratado como médico da cooperativa, vindo de Belém. No âmbito educacional, foram construídas várias escolas de ensino fundamental dentro da colônia, reformando as já existentes e providenciando a vinda de professores. Essas ações visavam ao desenvolvimento integral da comunidade e ao fortalecimento da produção de pimenta-do-reino em Tomé-Açu. Há de se pontuar que para os compatriotas recém

chegados era proporcionado vantagens que estimulavam adaptação ao novo lar.

Com situação vantajosa da monocultura piperaceae, produtores passaram a cultivar pimenta como produto principal ou aumentaram sua área cultivada. Segundo a publicação Relatos Históricos da Cooperativa Agrícola Mista de Tomé-Açu (CAMTA), 95% dos cooperados nessa época dependiam da monocultura de pimenta. “Onde não tinha árvores altas e mata fechada, era só pimental.

Esse ímpeto em aumentar a plantação e focar na monocultura pautava-se na valorização do produtor, pois o preço da pimenta, entre os anos de 1945 e 1952, não parou de subir. Em 1945, o preço da tonelada era de US\$220; já em 1948, saltava para US\$1.368,40, um aumento de mais de 500% no período (CAMTA, 2003). Em apenas 7 anos o preço da *piper nigrum* cresceu de US\$220 para US\$3.381,40, um aumento de 1500%. Com tamanha rentabilidade, os cooperados praticamente abandonaram as outras culturas e passaram a plantar apenas pimenta-do-reino em grande número. Plantaram tanto, que em 1955, a produção brasileira já conseguia atender totalmente a demanda interna. No ano seguinte, o governo federal concedeu à Cooperativa Agrícola Mista de Tomé-Açu autorização para a exportação do produto, que teve como primeiros destinos a Argentina e os Estados Unidos (CAMTA, 2003, p. 35).

“O dinheiro que os associados da Cooperativa de Tomé-Açu arrecadaram, somente no ano de 1954, foi mais de 100 milhões de dólares. O casal Onuma retornou ao japão em avião particular” (Nakagomi, 2012, p. 93). Neste ano, 1954, o quilo chegou à marca de Cr\$180,00 livre para o produtor (CAMTA, 2003). “Lucrava-se tanto que, a situação chegava a dar trabalho por não ter onde guardar dinheiro. Era uma fase em que se colocava dinheiro recebido na mesma sacola utilizada para transportar pimenta e a deixava largada na casa” (Nakagomi, 2012, p. 91).

“Com uma tonelada era possível comprar quase 2 caminhões, e pelo preço de um punhado de pimenta era possível contratar mão de obra por um dia (Nakagomi, 2012, p. 42). De acordo com a APANB (2001, p. 95), “em 1961, Tomé-Açu tinha 101 carros, sendo a 2ª cidade do estado em números de automóveis”. Em 1959 Tomé-Açu foi emancipado, tornando-se o 60º município do Estado do Pará e o 4º em arrecadação, ficando atrás apenas de Belém, Santarém e Castanhal. Depois, chegou a ultrapassar Castanhal, ocupando a 3ª posição. “A CAMTA exportou 1.292,650 quilos de pimenta-do-reino”, contrastando com o início, pois em 1938 a produção da pimenta na colônia era de apenas de 70 quilos.

O bom momento de desenvolvimento econômico, político e social da colônia fez com que houvesse reconhecimento do líder do estado do Pará, Governador Alacid Nunes, que em seu discurso evidencia a resposta positiva dada pelos imigrantes japoneses quanto ao desenvolvimento agrícola. Nesse viés capitalista de mão dupla, apesar das dificuldades evidenciadas de se mudar e viver em uma selva, ambos saíram ganhando (Brasil – Japão). Como evidenciado no discurso do Tenente Coronel Alacid da Silva Nunes:

Vivemos hoje, inegavelmente, uma fase que talvez será marcada, na história deste estado, como aquela em que se iniciou a grande arrancada para o desenvolvimento. Empolga-nos sobremodo a abertura de novos horizontes de progresso. Graças a atenção especial que a Amazônia vem merecendo, nos últimos anos, da parte de todos os setores responsáveis pela vida brasileira. Desde que se lançou a “Operação Amazônia”, ganhamos a certeza de que a completa integração da região no conjunto do desenvolvimento nacional se fará a passos largos, para a concretização dos anseios de progresso e de paz que alimentamos todos nós, homens do norte.

Seria injusto, então, o não reconhecer a inestimável parcela desempenhada, para que chegássemos a fase que vivemos – propícia, sob todos os ângulos, ao da arrancada para o desenvolvimento – pelos extraordinários pioneiros que, como os homens de Tomé-Açu, penetram as regiões até então virgens do contato humano, rasgando rumo ao interior os caminhos que hoje percorremos esperançosos, conhecendo melhor o potencial de riquezas que há na terra que habitamos. Somos gratos a eles, que nos trouxeram de longe, na colonização pela qual respondem, a experiência do trabalho racional, da técnica evoluída, tornando possível estabelecer, onde antes nada havia, um dos grandes centros produtores do Estado, esteio da nossa economia. Merecem nossa admiração por neles reconhecermos a extraordinária capacidade de criar riquezas, antecipando-se, em várias décadas, ao espírito dinâmico que hoje aciona as atividades de quantos vivem na Amazônia. A esses pioneiros, portanto, que confiaram como poucos no futuro paraense e que, mais ainda, plantaram as bases em que hoje nos firmamos para a caminhada do progresso, aqui desejamos registrar a gratidão do Pará – seu povo e seu governo! (Nunes, 1967, p. 3).

CAPÍTULO II: A MIGRAÇÃO DOS CAMETAENSES E A TERRA DE PIMENTAIS

Em meados da década de 50, a economia dessa região já atraía sujeitos de vários municípios paraenses, especialmente os cametaenses, devido às oportunidades de trabalho na agricultura da *pipper nigrum* (pimenta-do-reino), introduzida em 1933, pelos imigrantes japoneses, que por lá desembarcaram em 1929, mediante incentivo do então governador do Pará, Dionísio Bentes¹⁴.

Para Jaqueline Lima (2016) a chegada da informação, em Cametá, que Tomé-Açu tinha oferta de trabalho em abundância e oportunidade de ganhar dinheiro, fez com que uma significativa parcela de sua população se lançasse ao rio, rumo a Tomé-Açu, para trabalhar principalmente nos pimentais. Muitos desses migrantes vinham com a família, participando do trajeto longo e, por vezes, com crianças de colo, alimentados pelo sonho da mudança de vida. Esse sonho de ganhar dinheiro tomava forma quando os cametaenses pisavam em terra firme, no trapiche de Tomé-Açu, e havia contato com os japoneses, para decidir a qual local partir. O “pontapé” da labuta começava a ganhar contorno nos rastros de poeira, à medida que o veículo (trator ou caminhão aberto) se distanciava do porto e saía “cortando as entranhas” das matas nas pistas barrentas com destino aos infindáveis pimentais.

Considerando as observações anteriores, o presente capítulo, pautado no entendimento das discussões de autores, como: João Peixoto (2004), Reiko Muto (2010), Nagai (2002), Jakeline Lima (2016), Bruno Sousa (2020) entre outros. Buscamos rememorar a “saga” migratória dos cametaenses para Tomé-Açu: recrutamento, traslado, chegada, contato com os patrões/japoneses, perfil, cotidiano nos pimentais, entre outros aspectos relevantes nesse processo de deslocamento que levou milhares de pessoas a deixar seus lares, no município de Cametá, e descer o rio Tocantins em busca de melhores condições de vida, servindo de mão de obra nas atividades agrícolas dos nipônicos. Por meio de fontes bibliográficas, imagéticas, relatos orais e legislações, tecemos trilhas para a compreensão dos fatores motivacionais que levaram essa população do Baixo Tocantins

¹⁴ Dionísio Ausies Bentes - médico e influente político do partido republicano, foi governador do Pará de 01/02/1925 - 28/01/1929. O fator decisivo para a ocorrência da imigração japonesa na Amazônia foi a chegada ao poder, que objetivava mudar o estigma de uma região exclusivamente extrativista, que para o governo significava uma irracionalidade, portanto, um entrave para o desenvolvimento do estado do Pará. Somente partindo em busca de uma agricultura moderna seria possível chegar a um desenvolvimento racional. Nesse sentido, o governo convencionou-se que a solução seria incentivar a imigração de indivíduos japoneses para a região, tendo em vista o histórico positivo desses imigrantes nas lavouras de café no estado de São Paulo, no início do século XX.

a partir para as terras de pimentais.

2.1 Descendo o Tocantins: da estrada líquida à empoeirada

Queres encher o bolso? Vem comigo, que te levo para trabalhar em Tomé-Açu, trabalhar para os japoneses. Lá na terra da pimenta. Lá tem todo tipo de serviço e é remunerado, pagam bem [...]¹⁵.

A fala do barqueiro, senhor João Moreira, 75 anos, morador da Costa do Tamanduá, Furo São José, interior do município de Cametá, era um convite conativo, voltado ao convencimento daqueles que estavam pensativos e indecisos em ir ou não. Quanto mais cametaenses convencidos e decididos a migrar, melhor, afinal, era fazendo esse tipo de transporte que ganhava a vida. E mais, foi através desse descer e subir o rio Tocantins que esse importante agente contribuiu para que o fenômeno migratório ocorresse de maneira mais intensa.

A demografia, a população de determinado local, não é alterada unicamente em função da taxa de natalidade ou mortalidade. O processo migratório contribui na modificação de determinadas áreas, desta forma, podemos encontrar o tema migração, avaliado por distintas abordagens. Assim, é possível considerar que o resultado dessas diversas formas de analisar o fenômeno migratório, se dá pelo fato de o mesmo, nunca se apresentar de forma homogênea, sendo um fenômeno de diversas faces. Mito (2008, p. 20), afirma que o “debate teórico sobre a migração interna ganhou força a partir da segunda metade do século XX, especialmente com a escola neoclássica”. Por outro lado, o trabalho de Ravenstein (1885), intitulado “As Leis da Migração”, foi o principal ponto de partida para a discussão.

As Leis de Ravenstein expõem como foco central, que os fatores econômicos são os principais impulsionadores para ocorrer a migração dentro do sistema capitalista. Mito (2008, p. 21), sustenta que a migração é consequência de uma decisão individual, que ocorre a partir de uma análise custo/benefício, onde o migrante escolhe, partir de um lugar, se o local de destino apresentar um diferencial de salário/renda positivo, ou seja, se esse deslocamento aumenta seu bem-estar. Já para Singer (1998, p. 52):

¹⁵ João Gonçalves Moreira, 76 anos, nascido na Costa do Tamanduá, Furo São José, município de Cametá, ganhava a vida nos finais da década de 60, como barqueiro, transportando passageiros para Tomé-Açu, trabalhou por 15 anos descendo e subindo o rio Tocantins.

[...] a migração interna é um processo social, deve-se supor que ele tenha causas estruturais que impelem determinados grupos a se pôr em movimento. Estas causas são quase sempre de fundo econômico –deslocamento de atividades no espaço crescimento diferencial da atividade em lugares distintos e assim por diante, atingindo os grupos que compõem a estrutura social do lugar de origem de um modo diferenciado.

No escopo dessa discussão, o autor atribui as desigualdades regionais como o motor principal das migrações internas, acompanhando a industrialização nos moldes capitalistas. Assim, este processo migratório deriva especialmente das desigualdades regionais, sustentando que o processo migratório acontece em decorrência de fatores de expulsão, e que os fatores de atração orientam estes determinados fluxos. No contexto da sociedade brasileira, marcada notoriamente pelas desigualdades regionais, o processo migratório se expressa através da dinâmica estabelecida entre fatores de expulsão e fatores de atração que orientam o fluxo migratório.

Adentrando na história de colonização do Município de Tomé-Açu, somos remetidos a Cametá, localizado na região do nordeste paraense, e, assim, somos convidados a descer o rio Tocantins e navegarmos com os migrantes cametaenses, que tiveram papel de destaque, tanto pelo quantitativo, quanto pela recorrência de vezes que venceram as milhas que distanciam esses dois municípios, realizando um tipo de migração conhecida, em sua predominância, como migração temporária. Guanais (2012) a classifica como grupos atraídos nos períodos de grande oferta de emprego (safras) e depois regressam ao local de origem com o dinheiro obtido.

Por meio desta pesquisa é possível afirmar que a maior recorrência de migrantes cametaenses era temporária e fez parte do processo de colonização da região do Acará, Tomé-Açu, principalmente nas décadas de 1950 a 1970, período de maior produção da pimenta-do-reino na região. Conforme aponta à Associação Pan-Amazônia Nipo-Brasileira (2004), a alta produtividade dos pimentais elevou a região de Tomé-Açu a se tornar a maior produtora de pimenta-do-reino do Brasil, chegando a atingir, no ano de 1968, uma produção de 5.700 toneladas de “diamante negro”, pois assim ficou conhecida a fruta da *piper nigrum* (pimenta-do-reino), devido alta valorização comercial no mercado nacional e internacional¹⁶, como a Argentina e os Estados Unidos.

¹⁶ ASSOCIAÇÃO PAN-AMAZÔNIA NIPO-BRASILEIRA. **70 anos da imigração japonesa na Amazônia**: (baseado no livro comemorativo aos 60 anos da imigração japonesa na Amazônia, editado em setembro de 1994). Belém: Associação Pan-Amazônia Nipo-Brasileira, 2004.

A valorização dessa especiaria era proporcional à vontade dos japoneses, donos das fazendas de pimentais, em continuar ampliando cada vez mais suas plantações. Os registros da Cooperativa Agrícola Mista de Tomé-Açu (CAMTA), nos contam que só no ano de 1968 foram mais de 360.000 (trezentos e sessenta mil) pés de pimenteiras plantados. Com isso, as fazendas de pimentais, necessitavam de abundante mão de obra para mantê-las em condições de produção e lucratividade. Tornando, desta maneira, essa parte do Pará, o centro de oferta disponível de trabalho remunerado.

O tamanho e a grandeza dos pimentais ainda é presente na memória do senhor João Arnaud Lisboa¹⁷, morador de Vila do Carmo, distrito da cidade de Cametá, um dos principais locais de embarque dos migrantes cametaenses.

[...] meu irmão, eram pimenteiras a perder de vista. Nossa visão não dava conta do final. No horário da tarde, 13 horas, 14 horas da tarde, quando o sol estava “ferendo” olhávamos para o aceiro do pimental e a quentura proveniente do toque do sol na terra brilhava naquela imensidão de área descampada, era o brilho do “ouro”, mas que queimava as nossas costas.

Figura 19 - Vista aérea da colônia de Tomé - Açu



Fonte: CAMTA (1960)

17 João Arnaud Lisboa, 74 anos, morador de Vila do Carmo, distrito do município de Cametá. Migrou para Tomé-Açu durante 9 safras, ou seja, 9 anos e de forma intercalada. Trabalhou em todo ciclo da pimenta-do-reino (roçagem, derrubada, queima, destoca, cavação, plantio, adubagem, podagem, apanha, debulhagem e secagem).

A expressão “a imagem vale mais que mil palavras” ganha vida nessa Figura 19. Demonstra que o relato do senhor João Arnaud se alinha perfeitamente com a realidade de Tomé-Açu. A vastidão dos pimentais se estendiam até onde os olhos não alcançavam, mostrando o desenvolvimento agrícola da piper-nigrum. Ao fundo da imagem é possível avistarmos o rio Acará-Mirim, responsável por escoar toda a produção até a capital do estado do Pará, Belém. É válido destacar que esse rio era a única porta de entrada e saída do município.

Em contraste econômico com Tomé-Açu, o município de Cametá apresentava uma realidade distinta. Sua economia era fundamentada na agricultura de subsistência e na troca de mercadorias (escambo), especialmente nas áreas mais afastadas da cidade, conhecidas como os interiores (centros¹⁸ e áreas de várzeas, ilhas). Sua população cultivava poucas plantações, incluindo mandioca, arroz, milho, cacau e outros. No entanto, os recursos obtidos com a venda desses produtos mal davam para sobrevivência, pois além de serem desvalorizados a quantidade de produção era mínima. No recorte temporal deste estudo, conforme relato dos entrevistados, como o do senhor Honorato Clarindo¹⁹, 74 anos: “só não passavam fome, porque o rio dispunha de muito pescado, pescado em abundância”. Em suas palavras:

[...] o rio Tocantins era nossa “mãe” e quem matava nossa fome e amenizava nossa necessidade de outras fontes de alimentação, porque não tínhamos condições de a todo tempo estar comprando comida, a verdade era que às vezes não tínhamos nem para o açúcar e para o café. O bom era que em qualquer pedaço de malhadeira pegava-se quilos e quilos de curimatã e outros tipos de peixe: tucunaré, aracu, branquinha, jatuarana etc. Outras vezes usávamos o espinhel²⁰ com que capturavam o famoso peixe filhote, dourado, raias e até pirarara. A pesca com tapagens e matapis também era usada e dava resultado com a captura, devido a fartura de pescados e camarão. Nessa época, década de 1950, 1960 e 1970 não se tinha a usina hidroelétrica de Tucuruí²¹ para “estrangular” o nosso rio. Porque, meu amigo, se fossemos depender da venda dos poucos produtos que cultivávamos, passávamos ainda mais necessidade.

¹⁸ Centro: Local de terra firme distante da área aquática (rios e igarapés).

¹⁹ Honorato Clarindo de São Pedro Neto, 74 anos, morador de Merajuba, interior do município de Cametá. Migrou para Tomé-Açu durante 6 safras, ou seja, 6 anos e de forma intercalada. Trabalhou em todo ciclo da pimenta-do-reino (roçagem, derrubada, queima, destoca, cavação, plantio, adubagem, podagem, apanha, debulhagem, seca) além da granja dos japoneses.

²⁰ Espinhel: náilon comprido com vários anzóis presos. Uma espécie de armadilha que se deixa no rio e o peixe se foga sozinho.

²¹ Usina hidrelétrica de Tucuruí, fundada em 22 de novembro de 1984, pelo presidente João Figueiredo. É uma central hidroelétrica no rio Tocantins, município de Tucuruí, a cerca de 460 km de Belém, no estado do Pará, com capacidade geradora de 8370 MW

A narrativa do senhor Honorato, o famoso “Tão”, um caboclo amazônida do interior de Cametá, transcendeu as dificuldades que enfrentava. Ele evidenciou a vital importância do rio para os ribeirinhos do baixo Tocantins. O rio não era apenas um meio de locomoção; era a essência compensatória e provedora de sustento para essas famílias que habitavam e ainda habitam os beiradões do Tocantins. Nesse contexto, Sousa (2022, p. 18) relata que:

[...] outra atividade realizada pelos cametaenses para prover o sustento era o extrativismo, como a coleta de carnaúba e a retirada do leite da seringueira, látex, está última já sem o esplendor do período áureo da borracha, final do século XIX e início do século XX. Tais atividades não davam retorno econômico significativo para viver de forma confortável.

As casas, em especial a da população do interior, refletiam as condições em que grande parte da população habitava: moradias com piso de chão batido, quando em terra firme, ou com assoalho em pachiba²², quando sobre as águas, as chamadas palafitas²³, paredes revestidas com “braço” de miriti e com cobertura em palha, sendo, portanto, um triste retrato da realidade.

Em consonância com o contexto econômico desafiador enfrentado por Cametá, Sacramento (2022), em sua pesquisa intitulada “Em busca de uma vida melhor: A história e memória dos migrantes de Limoeiro do Ajurú”, relata que até o final do século XX, o açaí não era reconhecido como o fenômeno que é hoje, tanto nacional quanto internacionalmente. Esse fruto, que agora possui valor econômico e é exportado da Amazônia para todo o mundo. Transcorre ainda relatando que: Limoeiro do Ajuru, assim como Cametá, município vizinho, além de Igarapé-Miri e muitos outros da ilha do Marajó são grandes produtores e exportadores, hoje, deste produto. No entanto, naquela época, este fruto era extraído basicamente para o consumo das famílias locais, não sendo comercializado.

Do que se pescava, cultivava e coletava, tirando o da alimentação, o restante era trocado por sal, açúcar, café e querosene, para a queima nas lamparinas, pois na época os interiores não eram contemplados por energia elétrica, o que acentuava a dependência desses recursos pela troca (Sacramento, 2022, p. 7). Essa situação reflete o cenário em que a maioria da população cametaense vivia em seu cotidiano: uma economia baseada

²² Pachiba é uma espécie de tábua extraída do caule do açazeiro.

²³ Palafitas é um sistema construtivo feito em cima de estacas, sendo utilizado em regiões alagadiças, como nas áreas ribeirinhas da Amazônia, cuja função é evitar que as casas sejam arrastadas pela correnteza ou alagada pela água dos rios.

na subsistência, com atividades de pesca, coleta e cultivo pouco valorizadas, mas fundamentais para a sobrevivência local.

Nessa perspectiva, o senhor Nélio, 74 anos, compartilha sua memória do “tempo antigo” em que o mesmo chama de tempo difícil.

[...] na época em que vivia com meus pais e depois sozinho, a gente trabalhava na roça, na pescaria. Se mantinha dessas coisas, para a gente sobreviver, sempre com muita dificuldade e arrumando pouco para poder viver. Na nossa roupa não sabia qual era o tecido original de tanto remendo que tinha, quando rasgava. Era difícil. Hoje é difícil, mas naquela época do passado era ainda mais, porque não tinha emprego, não tinha nenhum meio de renda pra ninguém. A gente dependia se pegasse um peixe no rio pra comer e trabalhasse com alguém, na roça, pra defender a farinha e o café com o açúcar. A gente ia sobrevivendo assim com muita dificuldade [...]²⁴.

Em meio a esse triste cenário de dificuldade de trabalho e monetização, círculo este que se redesenhava ano após ano, eis que surgem os barqueiros²⁵ com a informação de que o município de Tomé-Açu passava por boa situação econômica e emprego farto, devido enorme valorização nacional e internacional da pimenta, chamada por muitos de “diamante negro” da Amazônia, como foi apontado no primeiro capítulo. Assim, os migrantes foram seduzidos pelo desejo do trabalho, da remuneração, da vontade de se ganhar e ter dinheiro para mudar ou melhorar de vida, ou seja, ter o tato com o “papel valioso” era uma realidade, mas tinha um preço: coragem de pôr-se em movimento e abandonar a família (migrantes casados), a segurança da casa dos pais (migrantes solteiros) ou ainda, rumar com a família completa ao desconhecido e mais que isso, deslocar-se em uma longa viagem. Era essa uma das realidades enfrentadas pelos cametaenses: deixar tudo para trás e fazer dos rios a sua estrada líquida, único meio de chegar à terra das oportunidades.

Pereira e Tuma Filho (2012) que trabalharam com a migração no contexto capitalista, enfatizam a questão econômica como o principal fator para o deslocamento do indivíduo ou grupo. Essa tendência, também, se mostrou presente nas conversas com os entrevistados desta pesquisa, confirmando que a motivação primordial para o deslocamento dos cametaenses, foi, de fato, econômica, o que vai ao encontro do que Pereira e Filho enfatizaram. Ninguém abandona o seu lar, a proteção da família, seus parentes, os amigos

²⁴ Nélio Moreira Rodrigues, 67 anos, agricultor, nascido na localidade de Japuá, município de Cametá. Migrou com a família. Trabalhou por 15 anos com os japoneses, chegando a atingir o posto de capaz, que era uma espécie de administrador dos serviços nos pimentais. Entrevista concedida em 25 de outubro de 2021.

²⁵ Barqueiros: dono de embarcações movidas a motor e responsáveis pelo recrutamento e transporte dos cametaenses até o porto de desembarque da cidade de Tomé-Açu. Mantinham relação direta com os japoneses, que eram os interessados na força de trabalho dos migrantes.

e o laço afetivo do seu lugar de origem, sem que haja um fato motivador. E esse fator determinante dos cametaenses, para se pôr em movimento, era a falta de monetização, de trabalho, ou seja, o migrar era um meio de obter renda e prover algo melhor para si ou à sua família. Além deste aspecto econômico, há necessidade de evidenciar um outro que em nosso entendimento, após confronto do banco de dados das transcrições, ajudou sobremaneira o migrante na decisão de ir: o de redes sociais, em que o laço de amizade ou grau de parentesco favorecia e encorajava outros a migrarem.

“Eu só fui, porque meu vizinho foi [...]”. “Meu irmão já tinha ido, então não tive medo na hora de ir também [...]”. “Fui solteiro e depois voltei para buscar e ir com minha família”. [...] Meu primo foi e disse que o trabalho não era ruim, assim, fui [...]”. Essas justificativas foram evidenciadas, também, como principais determinantes de suporte na odisseia dessa população do Baixo Tocantins. O fato de ser do mesmo município, o ser cametaense, conterrâneos, como bem diziam. O fator parentesco (irmãos, tios, sobrinhos, primos, vizinhos) ou mesmo, ser de municípios fronteiriços.

As redes sociais mais importantes fundam-se em relações de parentesco, de amizade, de trabalho e na origem comum. Essas relações não são criadas pelo processo migratório, mas são adaptadas por ele e, no decorrer do tempo, são reforçadas pela experiência comum da migração. Assim, a migração pode ser entendida como processo social, organizado por meio de redes forjadas por conexões interpessoais diárias, que caracterizam todos os grupos humanos²⁶. O ponto de vista do autor, é um fator que ocorria e contribuía para a intensificação do deslocamento. Dona Maria Antônia²⁷, migrante e moradora da Vila Juaba, distrito de Cametá, relatou que quase todos os seus primos e tios, com idade equivalente a dela, na época, ou superior, viajaram para Tomé – Açú: “[...] bastou o Tio Dedé ir e pronto! Era só o que os outros queriam. Foram quase todos na safra seguinte e iam para o mesmo patrão japonês, ficando, também, na mesma fazenda”. Granovetter (1973) enfatiza que conhecer pessoas é o que constitui a rede, as formas de relação social são concretas e permeadas de atitudes recíprocas culminando em coesão social.

Nário Tavares Rodrigues²⁸, quando compartilhou sua memória de vivência em Tomé-Açú, prestando serviço aos japoneses, relatou inconscientemente os seus laços

²⁶ Massey apud Soares (2003, p. 240)

²⁷ Maria Antônia, 67 anos, agricultora, nascida na Vila de Juaba, distrito do município de Cametá. Migrou com os pais. Trabalhou por 4 anos com os japoneses. Entrevista concedida em 25 de outubro de 2021.

²⁸ Nário Tavares Rodrigues, 69 anos, agricultor, morador de Merajuba, interior de Cametá. Trabalhou com os japoneses por 13 anos. Foi primeiro e depois levou a família completa. Atingiu o posto de capataz (espécie de administrador da fazenda do seu patrão). Entrevista concedida em 25 de outubro de 2021.

sociais e muito em que ele influenciou outros familiares a migrar:

[...] migrei solteiro e sozinho, sem parente e nem “derente”, para a terra da pimenta, fiquei mais de um ano sem retornar a Cametá. Quando voltei para meu interior, com um “bolo” de dinheiro no bolso, eu era o barão. Depois de eu ter voltado com dinheiro, isso influenciou minha família e conhecidos, de modo que na minha volta para Tomé-Açu, já veio a família toda e mais alguns conhecidos, acredito que o ter me dado bem ajudou eles a decidirem se aventurar comigo.

A fala desse senhor mostra que ter conseguido dinheiro e por ser parente de uns e conhecido de outros, foi o ponto chave e porto seguro para muitos outros, que no início duvidaram, mas que quisessem partir em outro momento.

Historicamente os processos migratórios parecem se originar através das redes familiares (laços de consanguinidade e afinidade) que oferecem o apoio social (através dos vínculos afetivos e das normas estatutárias), instituído segundo as regras de reciprocidade, conforme a natureza social da família. Embora estudiosos da demografia da família venham se questionando sobre a modificação das funções de apoio social atribuídas às famílias ao longo da história, pode-se dizer que de uma forma ou de outra os arranjos familiares desempenham intrinsecamente a função efetiva de suporte social de seus membros (Fazito, 2002, p.40)²⁹.

Truzzi (2008, p. 207) afirma que:

[...] é por meio das redes que são veiculadas informações e opiniões que condicionam a favor da emigração. As redes sociais, geralmente de parentesco, amizade ou mesmo religiosas, são fundamentais para explicar a chegada ao destino, sobretudo porque elas ajudam a reduzir o custo psicológico e econômico da emigração.

De fato, as redes sociais se fundam em relações de parentesco, de amizade, de trabalho e na origem comum, relações estas criadas em decorrência do processo migratório, principalmente nos deslocamentos internos, como o que ocorreu entre esses dois municípios do estado do Pará, Cametá e Tomé – Açu.

Jaqueline Lima (2016), argumenta que o “mais importante do que compreender o conceito é entender a forma pela qual se dá o processo migratório”, ou seja, o que motiva, determinadas pessoas ou grupo a deixar sua terra natal e partirem a um lugar muitas vezes desconhecido, seja em busca de trabalho, por questões políticas ou sociais. No geral a decisão por se realocar de um espaço para outro está envolto numa melhor perspectiva de

²⁹ FAZITO, D. A Análise de Redes Sociais (ARS) e a Migração: mito e realidade. *In*: XIII ENCONTRO DA ASSOCIAÇÃO BRASILEIRA DE ESTUDOS POPULACIONAIS, 13., 2002, Ouro Preto, MG. **Anais [...]**, Ouro Preto, MG, 2002.

vida. E foi isso que detectamos nas falas dos mais de 30 migrantes cametaenses entrevistados: o desejo de conseguir algo com o deslocamento.

Estávamos em uma época, sem o advento da internet, em que a informação chegava tardiamente ao fato real ocorrido, muitas vezes contornando rios e igarapés até seus destinos, quando na Amazônia. Foi nesse tipo de logística informacional de comunicação que os barqueiros iniciaram as propagandas enaltecendo o bom período pelo qual Tomé-Açu passava, ofertando muitos postos de trabalho remunerado. Algo atrativo para quem queria trabalhar e receber por isso, já que Cametá tinha poucas ou nenhuma oportunidade. Esses importantes atores da migração cametaense eram donos de embarcações que transportavam passageiros para Tomé-Açu. Tinham como principal função a de influenciar, “fazer a cabeça” dos cametaenses, relatando grandes feitos de prosperidade e enormes empreendimentos agrícolas proporcionados pela valorização da pimenta.

Colocar na mente do cametaense que o local de ganhar dinheiro em abundância era diferente daquele que morava. O mudar de vida era possível, mas, para isso tinham que partir, através de embarcações. Vender a ideia de que “fulano” e “ciclano” estava se dando bem, era exemplo corriqueiro usado pelos barqueiros. Acontece que eles tinham interesses econômicos nesse traslado (Cametá – Tomé-Açu), pois além de lucrarem com a venda de passagem para os migrantes, a partir da década de 60, já começaram a introduzir a compra e venda de material, tornando-se *barqueiros marreteiros*³⁰. Como eram articulados, muitos deles já tratavam com os donos das fazendas de pimentais (japoneses) para levar mãos de obra para as atividades do campo.

À medida que o intenso fluxo de viagem acontecia e os migrantes retornavam com dinheiro, as informações “baca a boca” atingiam mais pessoas e assim aumentavam o número de interessados e de passageiros querendo descer o Tocantins. Dona Maria Antônia³¹, 68 anos, moradora de Merajuba nos relatou que:

[...] quando escutavam o barulho dos barcos voltando de Tomé-Açu, parecia uma festa, porque era pistola para todo lado. Era como se dissessem: olha aqui, eu estou voltando para Merajuba, estou bem, estou com dinheiro. Na sua fala fica expresso que os barqueiros usavam de estratégias para chamar a atenção de quem não tinha ainda migrado. Vendia a imagem do bom local, onde tudo se conseguia, desde que migrassem, ou seja, estar em Tomé-Açu era divertido e o voltar, uma festa!

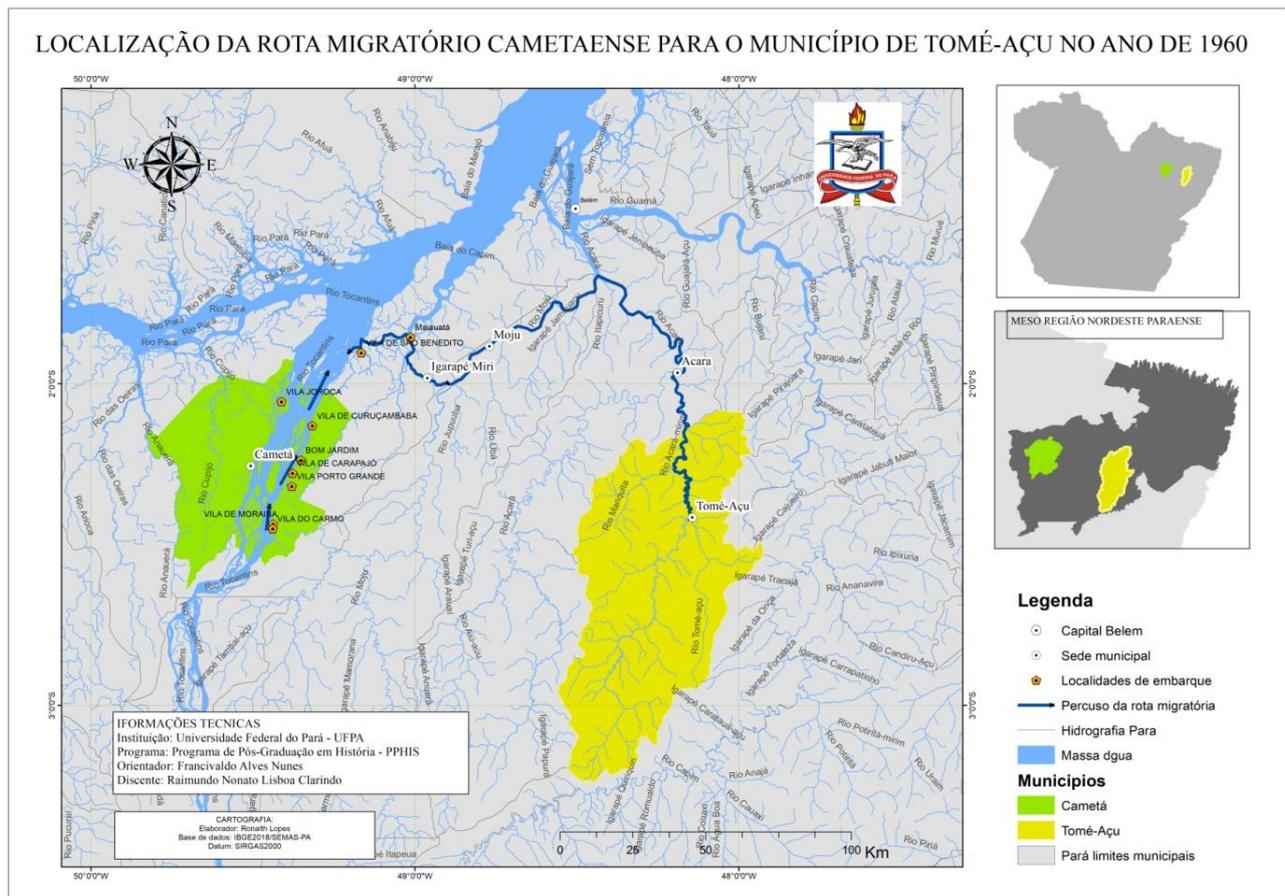
³⁰ Marreteiro: pessoa que compra e vende mercadorias objetivando lucro.

³¹ Maria Antônia, 73 anos, moradora de Merajuba, interior do município de Cametá, não migrou para Tomé-Açu, assim como sua família.

Em outras ocasiões, os barqueiros visitavam as famílias em suas casas fazendo convite para os acompanharem a Tomé-Açu, expondo sempre o lado bom da face migrante. Nesse contato mais próximo e com argumentos motivadores conseguiam convencer as famílias. E assim, no tentar ajudar, também lucravam, pois era esse o serviço deles: transportar trabalhadores para os japoneses, dono das extensas fazendas de pimentais. Faziam essa atividade semanalmente, desciam e subiam cortando o leito do rio em suas lentas embarcações com as inúmeras paradas, o que deixava a viagem ainda mais demorada. O fato de Cameté e Tomé-Açu serem municípios paraenses e relativamente próximos ajudava para que as viagens transportando passageiros e bens de consumo fossem constantes.

A Figura 20 retrata a rota migratória Cameté - Tomé-Açu. Foi construído tendo como base relatos orais de bordo dos migrantes entrevistados, resultado das visitas as vilas e interiores.

Figura 20 - Localização da rota migratória cametaense para o município de Tomé-Açu, ano de 1960



Fonte: Dados da pesquisa (2022)..

Nessa área de localização de estudo, para melhor situar o leitor, em verde, o município de Cametá, com as identificações dos principais pontos de parada das embarcações: Vila Moiraba, Vila de Areião, Vila do Carmo, Vila de São Benedito, Vila de Porta Grande, Vila de Carapajó, Vila de Curuçambaba etc. Estes eram alguns dos importantes pontos para embarque dos migrantes e abastecimento de mantimentos para os dias de viagem que iriam enfrentar no deslocamento até Tomé-Açu. Conforme enfatiza o barqueiro, João Moreira:

[...] as casas da maioria dos povoados vizinhos as vilas não tinham trapiche, nem pontes. Só tinham o caule do miritizeiro pra andar em cima e não pisar na lama, outras casas ficavam dentro do mato, meio que encobertas pelas árvores e a gente nem conseguia enxergar, portanto, essas pessoas precisavam se deslocar até os principais pontos de embarque, que eram nas vilas³².

A fala desse senhor é carregada de propriedade, pois é de alguém que participou ativamente da migração transportando pessoas para Tomé-Açu, durante 15 anos, chegando, em uma das viagens a perder seu pai por receber descarga de um raio. Era esse seu trabalho, transportar pessoas, a fonte de renda de sua família. Outra justificativa para as recorrentes paradas nas Vilas, durante o trajeto, era a indisponibilidade das refeições aos passageiros, havendo, portanto, necessidade de aquisição, por parte dos migrantes, quando providos de dinheiro, já que a viagem durava de 2 a 3 dias.

Tendo ainda como base o Mapa - 01, em amarelo é apresentado a área geográfica do município destino da migração, Tomé-Açu³³. Lá só existia um local para desembarque e embarque, que era o trapiche municipal, situado na própria cidade, frente à Praça Ney Carneiro. No período de 1950 a 1970, o único meio possível de chegar ao local era por meio da via aquática. Cametá e Tomé-Açu são municípios pertencentes à mesorregião do nordeste paraense (Cametá, Mocajuba, Baião, Limoeiro do Ajurú, Abaetetuba, Igarapé-Miri,

³² João Gonçalves Moreira, 76 anos, nascido Costa do Tamanduá, furo São José, município de Cametá, ganha va a vida nos finais da década de 60, como barqueiro, transportando passageiro para Tomé-Açu, trabalho por 15 anos descendo e subindo o rio Tocantins.

³³ Município localizado na mesorregião nordeste do estado do Pará, Tomé-Açu, antes da emancipação em 1 de setembro de 1959, pertencia ao município do Acará com a denominação de Vale do Acará. No auge da pimenta do reino, a colônia Tomé-Açu foi desmembrada do município do Acará, com sua emancipação assinada pelo governador do Pará, Coronel Luiz Geolas de Moura Carvalho, que no mesmo dia nomeou como prefeito Francisco Portilho de Melo. A primeira eleição ocorreu no dia 15 de novembro de 1959, sendo eleito Ney Carneiro Brasil, primeiro prefeito constitucional do município.

Mojú, Tomé-Açu e outros), distantes aproximadamente 300 quilômetros por via terrestre e pelos rios, por 180 milhas náuticas.

Os cametaenses convencidos a ir proferiam discursos diretos informando e manifestando seus desejos: “Mulher, vamos trabalhar para Tomé-Açu!”; “Pai, mãe, vou apanhar pimenta para Tomé-Açu!”; “Mulher, fica aqui cuidando das crianças, que vou conseguir um dinheiro lá em Tomé-Açu!”. Com a decisão e vontade de conseguir um bom trabalho remunerado o entorno da migração começava a se articular. E estando tudo acertado com os barqueiros (dia, horário e forma de pagamento das passagens), os migrantes começavam a fazer os preparativos para a viagem, o tão esperado momento de “se lançar” ao mar estava por chegar. Era: pilão velho, fogão de barro, panela, prato, colher, roupa, rede, lamparina, isqueiro, caixa de fósforo, farinha, beiju, peixe salgado (mapará) e outros itens que julgavam necessários. Muitos tinham que levar comida pronta para comer no traslado, já que não tinham condições de comprar alimento nas sucessivas paradas que ocorriam no traslado. “Amigo, a situação era feia por aqui, muitos iam lisos, não tinham nem o da passagem. Esses já começavam devendo, porque quem pagava para os barqueiros eram os japoneses, futuros patrões, quando a gente chegava lá”³⁴, falou um dos entrevistados.

Nagai³⁵, em seu livro “Um Nikkei da Terra dos Tembés” (2002), narra que no início dos fluxos rumo à colônia, década de 40, a única fonte de acesso ao local era por via fluvial, estando o indivíduo sujeito a “boa vontade” das marés para, dentro de alguns dias, chegarem ao destino almejado. A esses primeiros indivíduos o principal meio de transporte era a canoa, que cortava as águas do Tocantins através de remadas que poderiam durar até uma semana. Já a partir da década de 50, vários barcos aportavam em Tomé-Açu, trazendo carregamentos diversos. Uns provenientes do município de Igarapé-Miri, chegavam com carregamento de cerâmicas e cachaça. Traziam geralmente potes, moringas, telhas, canos, tijolos e outros artefatos de barro, além de aguardente de cana. Outros, procedentes de Cametá, chegavam trazendo levas de trabalhadores em *dekassequi*³⁶ e partiam lotados de gente que retornavam a esse município.

³⁴ Amilca de Sousa, 68 anos, nascida em Beira da Várzea, interior do município de Cametá, migrou durante 7 anos intercalados para Tomé-Açu.

³⁵ NAGAI, Akira. **Um nikkei da terra dos tembés**. Belém, PA: Alves Gráfica e Editora, 2002. 145 p.

³⁶ Dekassequi - O termo dekassequi em japonês, é formado por dois ideogramas (kanji), deru (sair) e kassequ (trabalhar para ganhar a vida), sendo aplicado a qualquer pessoa que deixa sua terra natal para trabalhar, temporariamente, em outra região.

O sobe e desce (levar e trazer migrantes) do rio Tocantins é justificado, também, por Lima (2016) devido o desenvolvimento das atividades econômicas, o poder dos japoneses foi aumentando, o uso com “sucesso” das terras, gerou uma agricultura que movimentou os rios da região com navios de cargas cheios de sacas de pimenta-do-reino e homens em busca de trabalhos.

Como dito, Cametá e Tomé-Açu são municípios paraenses relativamente próximos e o fator proximidade pode ter favorecido a migração quase em sua totalidade no tipo temporária ou “bate e volta”, via embarcação a remo ou motorizada, já que na época não existia estrada que ligassem esses dois municípios.

Figura 21 - Migrantes subindo o rio Acará Mirim



Fonte: Museu da imigração de Tomé-Açu (1962)

A imagem acima mostra os migrantes cametaenses contornando as curvas do rio Acará-Mirim, nas lentas embarcações, já movidas a motor, próximo à Colônia de Tomé-Açu. Esse tipo de viagem era bastante recorrente e de certa forma, resultado positivo da divulgação realizada pelos barqueiros. A saída de um meio agrícola e a introdução a outro com características diferentes, eram questão de dias. Nagai (2002) nos conta que até

meados de 1950, os cametaenses vinham em grupo, geralmente entre 5 e 10 pessoas, traziam alguns pares de roupas, rede, lamparina e algumas panelas.

Quando chegava o dia de embarcar para os cametaenses, tudo já deveria estar organizado: o que tinham que levar; o que guardavam e o que deixavam com parentes ou vizinhos que não migravam. A casa ficava só, quando a família toda migrava. Com tudo pronto, era embarcar e Deus abençoar a jornada que se iniciava. A viagem era semanal em barcos movidos a motor. Quando ocorria de ter muito passageiro para a mesma data, o barco ia lotado.

João Gonçalves Moreira³⁷, “desceu” por inúmeras vezes o Tocantins realizando o transporte de migrantes:

[...] trabalhamos uma faixa de 15 anos fazendo o transporte de pessoas para Tomé-Açu, toda semana. Toda terça, três horas da madrugada, saíamos embarcando passageiros, levando tudo o quanto é coisa: pilão velho, panela, prato, colher, fogão. A viagem para Tomé-Açu era um sucesso em transporte, porque a gente embarcava muitos passageiros, nós tínhamos um barco chamado de azulão onde metíamos 120 passageiros por semana e uma faixa de 5 toneladas de porcos vivos no porão. Tinha um mecânico no nosso barco que praticamente retificava o motor funcionando, só para não parar a viagem [...].

Pela afirmação do barqueiro, é possível inferir que o fluxo de cametaenses em direção à terra da pimenta era bastante expressivo. Isso se evidencia pelo número significativo de passageiros por viagem. Além disso, em outros barcos que operavam linhas semelhantes, como Paricateua e João Anastácio, o sucesso em termos de passageiros era o mesmo.

Dona Amélia³⁸ nos conta da efemeridade da “subida” e “descida” no leito do Tocantins, durante o período da safra, deixando para trás o que possuía em Cametá, incluindo sua casa, na busca por oportunidades de crescimento e lucro nos pimentais. O trabalho árduo desempenhado nesses trajetos era uma constante, e sua memória guarda essas experiências marcantes.

Quando íamos para Tomé-Açu, de julho a final de outubro, para trabalhar nos pimentais, no período da colheita da pimenta, nossa casa ficava só, ninguém

³⁷ João Gonçalves Moreira, 76 anos, nascido Costa do Tamanduá, furo São José, município de Cametá, ganhou a vida nos finais da década de 60, como barqueiro, transportando passageiro para Tomé-Açu, trabalho por 15 anos descendo e subindo o rio Tocantins.

³⁸ Maria Amélia Arnaud, 70 anos, lavradora aposentada, nascida na localidade de Merajuba, município de Cametá. Migrou solteira para Tomé-Açu na década de 60. Participou na colheita da pimenta por três safras intercaladas.

reparava, se deixássemos um terçado na beira da janela, lá encontrávamos, quando retornávamos. Se a galinha ficasse chocando, na nossa volta, os pintinhos já estavam grandes. Na época o pessoal respeitava! O único visitante na nossa modesta casa era o pássaro sabiá, joão-de-barro, que fazia ninho no encaixe da janela e lá tirava seus filhos, dava pena quando chegávamos e os filhotes ainda não tinham conseguido voar. Era o que encontrávamos de diferente quando a safra terminava e rumávamos para Cametá, tingidos pelo forte sol do verão paraense.

Dona Amélia, hoje mãe de 10 filhos, ao lado do seu esposo, o senhor Tão, tingiu nossa imaginação com suas narrativas daqueles tempos, fazendo com que arquitetemos, também, em nossa memória, sua trajetória enquanto migrante. A coragem de partir, deixar seu lar e tentar conseguir dinheiro, para quem sabe comprar uma canoa, rede, roupas, perfumes, panelas para a sua cozinha etc., era o que motivava esse deslocamento, o desejo de querer algo melhor, algo que Cametá não oferecia, não dispunha naquele momento. Alberti (2004, p. 79) afirma que se aprende com a narrativa dos entrevistados quando esta fornece a “chave de compreensão da realidade”, que é o compartilhamento de suas memórias.

Ainda sobre saga dos cametaenses, o senhor Sebastião Lopes³⁹, rememorou sua ida e verbalizou que:

[...] a viagem nos barcos, lanchas, era sacrificosa e lenta, pois em média se levava três dias, desde a saída de Cametá, até o barco ancorar ao trapiche da cidade de Tomé-Açu. A alimentação ficava encarregada de cada passageiro levar à sua, para poder comer no traslado, ou negociar com o barqueiro para que ele fornecesse o rancho (comida). Quando a pessoa estava desprovida de dinheiro e não tinha como pagar passagem, o barqueiro nem esquentava, porque os japoneses pagavam.

Nesse relato é possível perceber que os migrantes cametaenses, quando não tinham com que pagar a passagem, já começavam as atividades de trabalho devendo para os japoneses. No ato da entrega desses trabalhadores (homens solteiros, mulheres solteiras e famílias) os barqueiros cobravam dos japoneses e estes pagavam, porque precisavam da mão de obra, posteriormente descontavam através dos serviços nas atividades agrícolas.

Infere-se também que os barqueiros tinham ordem dos japoneses para realizar o recrutamento da força de trabalho para os pimentais. Essa atividade de recrutamento, como

³⁹Sebastião Lopes Vieira, 72 anos, agricultor aposentado, nascido na localidade de Tamanduazinho, município de Cametá. Migrou com a família na década de 70, participando da colheita da pimenta por 4 safras intercaladas.

já dito, ramificou para a marretagem⁴⁰. Além do barqueiro/marreteiro, tinha também a figura do marreteiro de ofício que viajava semanalmente a Tomé-Açu/Cametá – Cametá/Tomé-Açu, juntamente com os migrantes, realizando a venda de bens de consumo: mapará salgado, farinha, camarão, porco, tabaco etc. Essa atividade ocorria conjuntamente ao transporte dos migrantes. Dona Amélia ratifica esse transporte pessoas/mercadorias, quando rememora de sua experiência nada agradável com os animais que seriam vendidos na colônia, destino dos migrantes:

A gente vinha de barco, se misturando cheirando fedor de Cametá até o trapiche de Tomé-Açu, chegava com o nariz curtido, porque os pestes dos barqueiros traziam vários porcos vivos no porão do barco, peixe salgado, farinha. O mapará salgado não faltava e por aí, ia [...].

Maria Almeida Arnaud⁴¹ conta-nos sua saga do rio Tocantins ao Acará:

[...] viajei com meu marido e mais sete filhos, naquela época, depois completei dez. Quando viajei, viajei com toda minha família, não tinha com quem deixar. Até de colo ia. Lá no pimental, o filho maior reparava o menorzinho e o restante ia trabalhar. Quanto à viagem, a gente saía na terça, no barco a motor, João Anastácio. Ele viajava sempre lotado de passageiros, onde a gente sentava, lá a gente ficava, até desembarcar. Não tinha nem quase meio de ir ao banheiro. Aquele que levasse alguma coisinha na lata, comia, porque esse barqueiro não dava alimentação. Cada pessoa tinha que levar o seu ovo cozido ou pedaço de pirarucu assado com farinha. A gente dormia sentado, cochilava no banco do barco. Não tinha espaço para amarrar a rede ou quando tinha, uma era amarrada por cima da outra. Do peido não sobrava nada (risos). Nossas crianças dormiam por cima das malas ou da bagagem. Quando o barco chegava em Tomé-Açu era um alívio. Assim que o barco encostava, o japonês já estava esperando, já sabia quem era o dono de quem, até porque já tinham acertado tudo com os barqueiros. Nossa relação com eles era amistosa, até porque não entendíamos o que falavam [...] (risos). Ele pagava a passagem para o barqueiro e a gente “fumaçava”⁴² de caminhão. Outros iam de trator para o centro, para os pimentais.

A vivência de Dona Maria mostra que o conceito de migração, acaba se tornando muito amplo, visto que cada processo tem suas particularidades, interesses e dificuldades enfrentadas, pois a migração dos cametaenses pode ter interesse diferente a dos maranhenses e cearenses, por exemplo, que também estiveram e fizeram parte do processo migratório para essa região. O risco de generalizar os sujeitos e grupos envolvidos

⁴⁰ Marretagem atividade de venda de materiais (bens para consumo ou não) a fim de se obter lucro.

⁴¹ Maria Almeida, 93 anos, agricultora aposentada, nascida na localidade de Japuá, município de Cametá. Migrou com a família, década de 50, por 3 safras intercaladas.

⁴² Fumaçava – expressão cametaense que significa: viajar de veículo motorizado a algum lugar.

na ação pode ser constante, uma vez que não é possível indicar um padrão único para todos esses eventos (Silva, 2018a).

A entrevistada faz um resumo sucinto de toda dificuldade enfrentada por uma mãe com 7 filhos, inclusive de colo, em uma viagem de basicamente 3 dias, em um barco superlotado, dividindo cada espaço com outros passageiros, sem conforto, com pouca comida, regrando (economizando) do pouco que levavam já pronto para terem comida até chegar ao destino. Com dificuldades para fazer as necessidades, ficavam se apertando. O ir ao banheiro era só em último caso, porque o cheiro forte de urina era insuportável. A atenção sempre redobrada, porque levava várias crianças e algumas ainda não sabiam nadar. Como controlar esses meninos e meninas nesse longo trajeto? Esse malabarismo era feito principalmente por essa mulher e seu marido. Sair de um meio rural para outro, sem saber se a decisão era a mais acertada. Mesmo assim, iam se arriscar. Com muita coragem e fé esses bravos migrantes ajudaram a desenvolver essa parte do Pará através da força de seus trabalhos no meio agrícola.

A viagem migratória tende a ser positiva para as regiões atratoras, pois além da migração oferecer uma estratégia racional de melhoria de vida para o migrante e a família que o acompanha, é necessária para o desenvolvimento da região, da sociedade e do capitalismo (Brito, 2009).

Após três longos dias, os migrantes chegavam à terra da oportunidade, quem já tinha patrão certo, logo desembarcava e partia para os pimentais. Caso não tivessem pago a passagem, o japonês acertava os valores com o barqueiro. Por outro lado, os migrantes que estavam sem patrão definido, aguardavam amanhecer, caso tivessem chegado no começo da noite ou na madrugada. Nesse intervalo, mais uma vez os barqueiros intermediavam a relação e iam em busca dos japoneses conhecidos e ofereciam a mão de obra.

Figura 22 - Chegada dos migrantes por via fluvial - lancha



Fonte: Silva (2019)

A Figura 22 mostra a movimentação no trapiche da Cidade de Tomé-Açu, único ponto de desembarque e embarque na época. Nele, sempre havia intenso fluxo de várias embarcações e de pessoas, sendo claro retrato de uma realidade corriqueira das décadas de 50, 60 e 70, já que o rio era a única porta de entrada e saída.

Nos desdobramentos da pesquisa estive nesse local, hoje abandonado. Fiquei emocionado por ter pisado onde meu pai, minha mãe, meus avós e tios estiveram. Percebi que não tem mais a serventia de outrora, algo bem diferente da época em que era local de movimentação e definidor de destino. Quantos migrantes com o barco encostado nele pensaram: vou trabalhar para os japoneses ou volto? A efemeridade de um período glorioso consiste única e exclusivamente na passagem do tempo. Nada é para sempre! Nem a valorização da pimenta, nem o intenso fluxo no cais de um porto, nem a prosperidade agrícola, nem a migração dos cametaenses, tudo passa e “é preciso preservar a memória física e espacial, como também descobrir e valorizar a memória do homem (Thompson, 1992, p. 17).

Quanto mais pessoas chegavam a Tomé-Açu, mais diversificada ficava sua população: homens, mulheres e crianças dos mais variados locais do Brasil, todos com um propósito, um interesse, um objetivo de vida: conseguir dinheiro com o seu suor. A família de Dona Carmen, por exemplo, trabalhou uma safra inteira, de segunda à sábado e com o

lucro que obtiveram, compraram um barco a motor chamado Lalaia. O certo era que ninguém estava ali a passeio.

Esses homens, mulheres e crianças geralmente pertenciam a uma mesma família, iam porque não viam possibilidades de ficar por 4 meses em Cametá, sem que tivessem condições financeiras para se manter, cuidar de crianças, caçar, pescar e ainda fazer atividades agrícolas, algo praticamente impossível. Esse fator era determinante para que as famílias migrassem juntas. Outro ponto importante, a própria característica e a forma da atividade laboral que desempenhavam e o modo de se obter mais ganho na época da safra.

Ocorre que, nesse período, o pagamento pelo dia de trabalho era por produção. Então, quanto mais pessoas trabalhando, ou seja, retirando os cachos das árvores de pimenta, maior seria o lucro no final do dia. Seduzidos pelo desejo de aumentar seus ganhos e posteriormente voltar a Cametá com o máximo de recurso financeiro possível, todos da família acabavam trabalhando. O senhor Nélio nos relatou que na época da safra a atividade era relativamente “leve” (retirar cachos das árvores e colocar em bisacos⁴³), assim os pais acabavam levando as crianças para executarem as atividades de apanhar pimenta.

Quanto aos homens e mulheres solteiros, o objetivo era: ter dinheiro para comprar roupas, sapatos, perfumes, comprar presentes para a mãe, pai e participar das festividades dos santos padroeiro de seus locais. Este último mostrou-se bem frequente nas conversas que tivemos com os entrevistados. Há de se ressaltar que no período da safra as famílias se deslocavam em massa, até porque nas décadas de 50, 60, 70 as famílias tinham como características serem numerosas. Apesar de numerosas, seus integrantes estavam num parâmetro de idade ideal para as atividades campestres, 50, 45, 35 anos e assim decrescia até os de colo. Esses migrantes, provenientes em sua maioria do interior de Cametá e suas Vilas, geralmente possuíam pouco grau de escolaridade, estudavam até, no máximo, à 4ª série em salas de multisseriadas, pois nos interiores as escolas só ofereciam até este nível de ensino. Com a mentalidade de que saber ler e escrever já era o suficiente, os pais incentivavam e ensinavam a lida no trabalho agrícola, a caça de animais silvestres e a pesca artesanal voltada ao consumo, sustento e a venda ou troca.

Além dos intensos fluxos dentro do estado do Pará, empregaram-se na colônia muitos nordestinos, tanto os que permaneceram no Estado, pós-queda da borracha, segunda metade do século XX, como aqueles que vinham por meio de migrações

⁴³ Bisacos - pequeno saco de pano ou de outro tipo de tecido que se leva a tiracolo.

interestaduais, a exemplo dos baianos, maranhenses, pernambucanos, cearenses e outros. Todavia, nenhum grupo se direcionou em maior número para a “terra da pimenta” como os da zona do Tocantins, região formada pelos municípios de Abaetetuba, Limoeiro-do-Ajurú, Cametá, Mocajuba e Baião (Lima, 2016). Conforme Quadro 1, produzido a partir das informações disponibilizadas pela Cooperativa Agrícola Mista de Tomé-Açu, de Cametá se registrou a presença de 1.814 pessoas, no ano de 1962, sendo 1.115 trabalhadores masculinos e 690 trabalhadoras femininas⁴⁴.

O número expressivo de cametaenses revela a origem do maior fluxo de trabalhadores que sustentaram a produção agrícola em Tomé-Açu, especialmente no plantio, colheita e beneficiamento da pimenta-do-reino. Além disso, essa população também caracteriza a região como um espaço de trânsito e movimento de pessoas.

⁴⁴ Francinei do Carmo Ribeiro Moraes, 69 anos, agricultor, nascido em Mendaruçu, interior de Cametá. Migrou por 6 safras intercaladas. Entrevista concedida em 26 de outubro de 2021.

Quadro 2 – Trabalhadores transitórios (Junho de 1962)

Municípios do Pará		
Município	Feminino	Masculino
Cametá	699	1.115
Acará	199	239
Belém	196	286
Tomé-Açu	15	22
Castanhal	6	10
Guamá	5	10
Igarapé-Açu	15	9
Bragança	0	7
Baião	4	7
Irituia	6	7
Ananindeua	4	7
Capanema	5	7
Araticu	1	6
Mosqueiro	0	5
Maracanã	6	5
Outros estados		
Estado	Feminino	Masculino
Ceará	93	140
Maranhão	59	63
Rio Grande Norte	4	11
Bahia	9	8
Amapá	3	5
Pernambuco	2	4

Fonte: CAMTA (1962).

O leitor mais atento vai observar que o quadro 01 não registra a presença de criança entre os trabalhadores transitórios. Isso pode ser explicado por ser um documento produzido por uma cooperativa de japoneses, que poderiam ter interesse em omitir essa informação, com receio de comprometer as atividades produtivas no interior dessas fazendas. O depoimento do senhor Claudionei, 74 anos, morador da Vila de Juaba, distrito do município de Cametá, colabora com nossa reflexão, pois, enfatiza que:

No período da safra era homem, mulher, criança. Todo mundo trabalhava, quem pudesse ajudar, ajudava. Era por produção o nosso ganho e não tinha dessa, era

todo mundo no trabalhando. Quem tivesse mais gente e fosse mais rápido, melhor. No final do dia dava gosto de ver o pino da balança subir [...] ⁴⁵.

Sua fala relata a dinâmica do trabalho e do perfil de quem o desempenhava. A safra da pimenta-do-reino ocorria no verão paraense, começo de junho ao final de outubro, esse era o período que atraía um maior número de trabalhadores, por conta das inúmeras vagas de trabalho que surgiam. Essas vagas de trabalho deveriam ser preenchidas rapidamente, para que não houvesse perda da produção, porque quando os cachos da pimenta ficavam maduros (coloração vermelha) deveriam ser retirados, pois do contrário, “pretavam” e caíam.

A tarefa das crianças consistia em apanhar os cachos que ficavam na parte de baixo das pimenteiras, chamada de saia pelos cametaenses e juntar os cachos que caíam no chão. Infelizmente essa tarefa era “regulamentada” socialmente pela própria família externada oralmente através do famoso “ajudar os pais”. Muitos japoneses não se agradavam com a presença das crianças nos pimentais, até porque algumas acabavam danificando as pimenteiras, pois quando há força brusca ou desproporcional, os galhos se quebram nas juntas, ocorrendo a perda de futuras produções, já que a árvore é uma espécie de cipó, família das trepadeiras. Outros nipônicos não se importavam, até porque os pais não tinham com quem deixar as crianças no alojamento, barracão. Sendo, portanto, necessário levá-los para o trabalho na colheita. E não havendo fiscalização de trabalho rigorosa, os pequenos acabavam perdendo parte de suas infâncias na labuta diária, durante os longos meses na safra.

[...] a grande maioria dos trabalhadores não tinha nenhuma espécie de registro em carteira de trabalho, muitos, nem documento tinham e nem sabiam assinar o próprio nome. Era peão do trecho! Todos eram bem-vindos, desde que trabalhassem, não importava se era novo ou velho. O contrato era de boca, palavra de homem pra homem. Nossa sorte era que os japoneses pagavam tudo certinho e gostavam quando retornávamos para Cametá com algum dinheirinho [...] ⁴⁶.

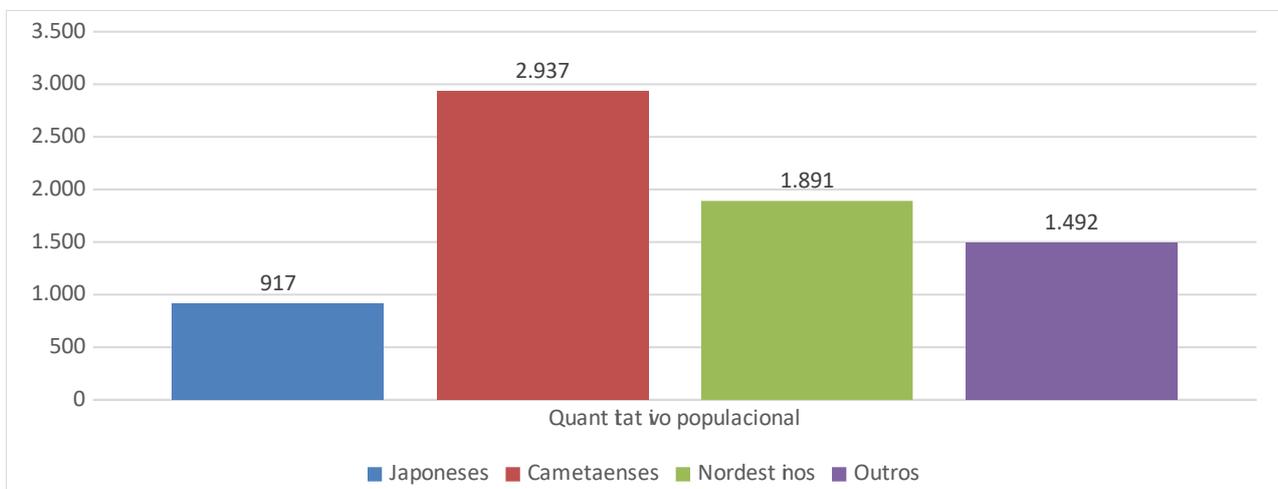
Bruno Sousa (2020) em seu livro "Migração, terra e trabalho: nordestinos no território amazônico" (décadas de 1960 – 1990) nos conta que a "propriedade agrícola refletia na

⁴⁵Claudionei Barroso Rodrigues, 74 anos, agricultor, morador da Vila de Juaba, distrito do município de Cametá, migrou solteiro para Tomé-Açu, por 6 anos, de maneira intercalada. Segundo ele, sua ida tinha como objetivo: comprar roupa, perfume, sapato para passar a festividade de São José.

⁴⁶ Benedito Tavares Rodrigues, 82 anos, agricultor, nascido em Merajuba, interior do município de Cametá. Migrou com sua família por 11 safras. Entrevs concedida em 28 de outubro de 2021.

massiva migração dos cametaense”, conforme exposta abaixo, Gráfico 1. Os dados demonstrados são oriundos de um levantamento feito, a pedido da Câmara dos Vereadores de Tomé-Açu, no início da década de 1970, com moradores do município. Tal pesquisa, levou em consideração a origem dos sujeitos. Assim, durante o levantamento foram avaliados 7.227 habitantes, sendo que a maioria era natural do município de Cametá, cerca de 2.937, em seguida nordestinos 1.891, e japoneses 917. Foram classificados como outros 1.482, aqui se inserem os acaraenses e sujeitos de outras regiões (Silva, 2018b).

Gráfico 1 - Pesquisa de população de Tomé-Açu em 1970.



Fonte: Elaborado pelo autor (2024)

Nesse contexto, um ponto importante que merece destaque e nossa atenção neste estudo é deixar claro que a migração, ou seja, o fluxo dos cametaenses não era exclusivo do período da safra, verão (junho a final de outubro), no período do inverno amazônico o processo continuava, só que em um volume menos intenso que na safra. De acordo com os entrevistados: Nélio e Nário, o motivo para redução desse fluxo era devido ao tipo de atividade de trabalho desenvolvido no inverno: destocagem, plantio, capina, roçagem etc. serviços que exigiam muita força do corpo e, portanto, segundo eles eram mais voltados para os homens.

Continuaram o comentário: o cultivo da pimenta-do-reino exigia área descampada, sem interferência de tocos de árvores, devido ao plantio ocorrer em linhas, sendo necessário a retirada de qualquer interferência na linha demarcada. Esse processo de retirada do toco era chamado de destocagem, algo difícil em um espaço de matas virgens. Ainda segundo seus relatos, era bem comum, no final do dia, a mão estar toda calejada,

não sendo possível, muitas vezes, fechar. O Plantio das mudas de pimenta precisava de técnica e todo um preparo ao pé da estaca, uma espécie de monte de terra fofa, popularmente chamado pelos trabalhadores cametaenses de catacumba. Por fim, a capina consistia na retirada e limpeza dos pequenos matos, principalmente o capim, que nascia entre uma pimenteira e outra. Essa atividade era realizada com enxada ao longo do dia. Já a roçagem era voltada para ampliar a área plantada de pimental, demarcava-se o espaço a ser roçado e os homens adentravam na mata com terçados/facões realizando, no primeiro momento, o corte das pequenas árvores e, em seguida, com a ajuda do machado, derrubavam as grandes.

É importante enfatizarmos que os cametaenses não se limitavam exclusivamente à colheita da pimenta, desempenhavam, na verdade, todo tipo de trabalho agrícola, desde que remunerados e mandados pelo patrão (japonês). Além das principais atividades de inverno, já mencionadas, é importante salientar que muitos trabalhavam no plantio e colheita do cacau, do arroz, das hortaliças, frutas e até tomando conta das granjas dos nipônicos. A força do trabalho dos cametaenses, em sua grande parte, ajudava ao funcionamento das atividades na colônia de Tomé-Açu.

Por fim, cabe-nos dizer que a sociedade tomeaçense, tal como é concebida hoje, foi construída a partir do traslado, suor e luta de diversos grupos sociais, em especial os cametaenses, que ao longo do tempo chegaram e se alocaram nessas terras. Desta forma, seria difícil estabelecer a gênese do povo tomeaçense, visto que esse é resultado do intenso fluxo de populações que se deslocavam para a região do Vale do Acará e constituíram esse município paraense. Portanto, considerar o migrante cametaense enquanto sujeito histórico desse processo é valorizá-lo e permitir que suas memórias sejam arquivadas em outras mentes, deixando de ser lembranças, tornando-se documento (Ricoeur, 2007, p. 189) de modo que materializar essa história é propagar conhecimento.

2.2 O cotidiano dos cametaenses nos pimentais

Quando chegávamos a Tomé-Açu, o barqueiro só entregava. Já sabia quem era dono de quem. Era aí que começava a pejeja⁴⁷.

⁴⁷João Arnaud Lisboa, 74 anos, agricultor, residente em Vila do Carmo, distrito da cidade de Cametá. Trabalhou durante 6 anos em Tomé-Açu apanhando pimenta-do-reino, quando não, executava atividades de roçagem e derrubada de áreas voltadas a plantação/ampliação dos pimentais. Entrevista concedida em 07 de julho de 2022.

Com o barco ancorado em Tomé-Açu, chegava o momento do desembarque. Quem já tinha patrão definido, era só esperar amanhecer, conhecer o chefe, subir nas carretas dos tratores ou caminhões e partir para o local de trabalho. Quem vinha “na cara e na coragem”, ou seja, não tinha alinhado com o barqueiro, o patrão e a fazenda para onde seguir, devia se virar e conseguir um emprego na chegada. Quando solteiro, era mais fácil, já com família, tornava-se mais complexo. Dessas famílias, muitas sem alternativa, recorriam ao barqueiro assim que chegavam, buscando sua intermediação com os japoneses. O objetivo era conseguir rapidamente empregos nos pimentais. Essa colaboração entre migrantes recém-chegados e o barqueiro era essencial para facilitar a inserção das famílias e solteiros na economia laboral de Tomé-Açu.

Das pessoas que se dirigiram para Tomé-Açu, as quais conversamos, não obtivemos informações que alguém ficou sem conseguir trabalho, sem emprego. Era muito trabalho para pouca mão-de-obra. Dona Amélia nos conta que quando migrou com seus pais e irmãos, foram sem ter acertado com o barqueiro, portanto, sem patrão certo. Migraram com o objetivo de conseguir emprego na chegada, local de desembarque. Quis o destino que ancorassem ao trapiche em uma madrugada de quinta-feira, esperançosos e certos que logo, logo iriam conhecer o patrão. Passa hora, entra hora e nada. 4:00, 5:00, 6:00 horas e nada. Seu pai, senhor Jonas, inquieto e “gaiato” (engraçado) como era desde garoto, começou a contar suas verdades exageradas para o cozinheiro do barco, “papo⁴⁸ vai, papo vem, risada aqui e ali”, eis que Jonas vai sentar na “popa” do barco com todo o peso do corpo, e, seja por falta de atenção ou luminosidade do dia que ainda vinha nascendo, seu bumbum acaba machucando um quente e fedorento excremento humano camuflado pelo autor com cui⁴⁹ de farinha (farinha de mandioca fina). A atmosfera de graça e sorrisos deu lugar a um banho gelado, no início do dia, na fria e escura água do rio Acará-Mirim para se livrar do odor indesejado.

Passado esse episódio, Dona Amélia, seus irmãos e pais, continuavam a buscar trabalho. As horas passavam, o desconforto dos filhos sentados na grama e cobertos pela sombra das árvores ou beiral de barracos, aumentava. Frente a impotência da situação, rezavam para que logo aparecesse alguém disposto a contratá-los. Já próximo das 12 horas conseguiram um japonês interessado nos serviços da família. A dor da fome deu lugar a felicidade do trabalho e assim subiram na carreta do trator e desapareceram nas

⁴⁸ Papo: conversa.

⁴⁹ Cui: farinha de mandioca fina, possuindo em sua matéria ausência de bago (caroço).

curvas das estradas, para depois de meses rever o rio e assim retornar ao município de origem.

Silva (2019) afirma que com o fim de 2ª guerra mundial em 1945 e com a produção da pimenta-do-reino em alta a partir de 1946, os japoneses de Tomé-Açu aumentaram a contratação de mão de obra, cujos trabalhadores vinham na grande maioria de Cametá, Acará e Belém, sendo necessário controle de entrada e saída, principalmente por questão de segurança. Era mantido, com apoio da delegacia de polícia, que ficava próximo ao trapiche, um rígido controle de trabalhadores, que de certa forma ficava sob a responsabilidade dos japoneses que os contratavam, sendo que muitos vinham previamente direcionados por capatazes para trabalhar com determinados japoneses.

O estudo de Silva (2019) faz menção ao importante registro policial que os migrantes cametaenses passavam, destacando ainda a figura do capataz, muitas vezes responsável pelo recrutamento de trabalhadores. A Delegacia ficava instalada próximo ao porto, pois esse era o único ponto de entrada e saída do município. Havendo, neste local, intenso fluxo de pessoas de diversas localidades.

Figura 23 - Porto de Tomé-Açu, recrutamento de trabalhadores pelos japoneses.



Fonte: CAMTA (1956)

A imagem mostra um momento importante do processo migratório dos cametaenses, posterior ao desembarque, que era o recrutamento dos trabalhadores pelos japoneses, momento do contato com os patrões, do acerto de trabalho, do valor que iriam receber pelo tipo de atividade executada, a que local iriam seguir a partir do entendimento, mediante contrato tácito⁵⁰. Sobre a não existência de contrato, o senhor Nei⁵¹, que migrou solteiro e desempenhou atividades agrícolas para os japoneses, informou-nos que apesar de não existir contrato assinado no papel, ele ainda não conheceu pessoal mais honesto e correto que os japoneses.

Meu irmão, com eles era tudo no “preto e no branco”, tudo anotado certinho. Até as gramas não passavam. Pagavam direito. Tudo aquilo que lucrávamos pelo nosso trabalho, recebíamos. Apesar de não ter contrato assinado, eles não nos enrolavam. E quando terminava a safra, ainda queriam que a gente voltasse para Cameté com dinheiro.

Tudo acertado, as famílias embarcavam nas carretas dos caminhões ou de tratores e se dirigiam contornando as estradas barrentas, encobertos pelas poeiras levantadas pelas rodas dos tratores e caminhões até a chegada nos pimentais. As fazendas eram locais geralmente afastados do centro da cidade de Tomé-Açu. Crianças, mulheres, homens, tudo junto e misturados, dividindo os pequenos espaços da carroceria com os utensílios (panelas, pratos, tigelas, colheres, lamparinas, bacias etc.) que traziam para subsidiar a morada nos barracões que ficavam na propriedade e proximidades da casa dos japoneses e, conseqüentemente, dos pimentais.

⁵⁰ Contrato tácito: É um contrato de trabalho estabelecido de forma verbal, sem nenhuma documentação para comprovar o vínculo empregatício. Desse modo, a base desse tipo de acordo é a confiança entre ambas as partes.

⁵¹ Nei Marçal Almeida, 75 anos, nascido na Ilha de Moirada, município de Cameté. Migrou por 2 vezes para Tomé-Açu de maneira intercalada.

Figura 24 - Modelo de construção da infraestrutura da fazenda



Fonte: Dados da pesquisa (2022)

Para receber os trabalhadores em suas propriedades, os japoneses, patrões e donos das fazendas, organizavam a construção de grandes barracões em madeira, para que sua mão de obra pudesse morar e trabalhar. Esse investimento era feito para otimizar o trabalho, pensando em uma infraestrutura concentrada uma próxima a outra: casa do patrão, barracão para receber trabalhadores, depósito para guardar a produção da pimenta, área descampada, para que as lonas ficassem abertas e pudessem fazer a secagem da pimenta. Os nipônicos tinham cuidado e atenção em mandar construir um barracão para os trabalhadores solteiros e outro para os acompanhados de suas famílias. Dentro das fazendas a disciplina e respeito eram tidos como primordiais para a boa convivência e andamento das atividades trabalhistas no local em que os migrantes estavam inseridos.

Akira Nagai (2015), relata que os nordestinos em sua maioria não permaneciam por muito tempo nas lavouras de japoneses, pois queriam terras para fazerem seus próprios cultivos, por vezes geravam conflitos entre nordestinos e japoneses. Os cametaenses

mantiveram uma relação menos ambiciosa com os japoneses do que os sujeitos do nordeste, pois muitos cametaenses tinham terras na região do Baixo Tocantins, sua ida para Tomé-açu era em busca de trabalhos temporários em épocas de colheita da pimenta-do-reino, assim não brigavam por terras, fato contrário aos desejos dos maranhenses.

Apesar de darmos mais destaque às atividades ligadas ao apanhar pimenta, que certamente se apresentou com a principal na decisão do cametaense migrar, é válido informar que a população do Baixo Tocantins desempenhava uma variedade de trabalhos aos japoneses, seja na derrubada da mata, na queimada das árvores caídas, quando secavam, na retirada dos pedaços de árvores que não queimavam totalmente (coivara⁵²), na destocagem, na cava de buracos para fincar as estacas, onde as *piper nigrum* iriam crescer agarradas, já que é uma espécie de arbustiva e trepadeira. As estacas que carregavam e fincavam, para que os pimentais fossem ampliados eram provenientes de toras em madeira de lei, já fruto de árduo trabalho, resultado do corte e da racha em hastes menores.

Com as estacas todas posicionadas e devidamente fincadas, era momento de tirar as mudas do viveiro e plantá-las. Nesse momento era preciso cavar próximo a muda e adubar. À medida que as pimenteiras cresciam, havia necessidade de amarrá-las nas estacas, já que é um cipó. Além disso, ainda tinha a fase da adubação, do borrifador manual e da podagem das pimenteiras, quando cresciam muito ou mesmo para retirar galhos finos ou quebrados.

Akira Nagai (2002), descreve partes das atividades necessárias para criação de um pimental diz que:

Na época era muito difícil a extração e o transporte das estacas para a área de plantio, devido ser retirada das matas em grande quantidade, fato que tornava este trabalho muito difícil, pois não havia transportes adequados para sua locomoção, sobrecarregando desta forma os colonos na realização do trabalho na área de plantio da pimenta.

Ainda sobre as duras atividades manuais nos pimentais, Trindade (2016), diz que as etapas para a formação de um pimental ocorre da seguinte maneira, primeiramente deve-se plantar de forma prévia as mudas da pimenta, em seguida a limpeza do terreno, a marcação da área de plantio, a abertura das covas e o levantamento das estacas. A

⁵² Coivara - é uma técnica de preparo da terra para o plantio. Ela consiste em cortar e queimar a vegetação de um terreno para limpá-lo e adubá-lo com as cinzas.

importância das estacas se constitui pelo fato da pimenteira ser uma planta trepadeira e para a sua sustentação é necessário apoio firme, e as estacas de madeira de lei são mais apropriadas e resistentes à podridão.

Apesar da descrição dos autores demonstrarem as etapas para criação do pimental de maneiras progressiva, fácil de ler e mais ainda de falar, sua prática é dolorida, a tela plana para uma plantação de *piper nigrum* é contornada a golpes de machado, pintada com inúmeras gotas de suor, erguida a mãos calejadas e colhida pela viagem de alguém que abandonou seu lar.

Figura 25 - Derrubada da mata em Tomé-Açu



Fonte: Museu da imigração japonesa de Tomé-Açu (1956)

Conforme demonstra a Figura 25, repassa ao leitor mais atento toda a dificuldade pelas quais os migrantes cametaenses passavam. O tipo de atividade mostrada era muito comum, derrubada das árvores, já que ampliar pimental era uma constante para a expansão das fazendas. Por ser uma atividade que exigia muito esforço físico, era mais direcionada aos homens. Como estratégia para manter os trabalhadores nesse tipo de atividade penosa, os japoneses faziam acerto pelo regime de empreitada, que consistia em realizar a atividade, mediante contrato e pagamento de 50% antecipadamente. Ficando a parcela final para receber no ato da entrega do serviço, ou seja, da área descampada, mediante averiguação por parte do contratante. O senhor Nário, que desempenhava a função de capataz para os japoneses, disse que conseguir mão de obra para a derrubada da mata era a mais difícil das tarefas, já que o trabalho era duro, pesado e muitos trabalhadores tinham medo de fazer essa atividade.

Quando a gente falava em derrubada, ninguém queria. Porque o serviço era pra maluco. Caboco fraco não aguentava o tranco. Era cada árvore enorme de angelim, sapucaia, castanheira, jatobá, que quando o machado tocava, saía faísca. Derrubar mata virgem não é brincadeira, as mãos ficavam cheias de calo, as camisas encharcavam de suor, sem falar no risco de morte, pois quando não tinham experiência, alguns começavam a cortar o pau do lado errado, e fazer a "boca" errada era pedir para morrer.

Antes da derrubada das grandes árvores, ocorria a atividade de roçagem e anterior a roçagem, havia necessidade da delimitação da área a ser descampada. Essa delimitação era feita mediante pico, espécie de caminho na mata. Para executar a roçagem das árvores menores os trabalhadores empreiteiros usavam o facão/terçado ou foice. Para derrubada faziam uso do machado ou da serra, já que na época não existia motosserra em Tomé-Açu. Jogar uma árvore de grande porte, às vezes, levavam dois, três dias.

Nesse tipo de atividade faziam uso da prática do andaime, espécie de vara amarrada com um cipó conhecido como escada de jabuti, bastante usado por ter fama de ser resistente, já que deveria suportar o peso de dois, três, quatro homens suspensos, a depender do diâmetro do tronco. Essa técnica de ficar suspenso, em relação ao solo, era com objetivo de conseguir se livrar das enormes raízes e assim cortar uma parte mais fina do caule da árvore, deste modo, ganhando tempo para avançar na atividade, porque, quanto antes terminar, melhor. Já que o pagamento dependia de entregar a área com as árvores em baixo (derrubada).

Essa atividade não agradava muitos cametaenses por ser perigosa, ainda mais quando havia necessidade de usar andaime, já que impedia uma locomoção rápida, devido os trabalhadores estarem suspensos, caso a árvore tombasse. Quando no espaço a ser derrubado, haviam grandes árvores, como a da figura 21, o serviço não rendia, pois ficavam um, dois, três dias para derrubar um único tronco. Ainda tomando por base a fonte imagética acima, observa-se o enorme risco de vida que estava correndo. Infelizmente esses trabalhadores precisavam de dinheiro para se manter e muitas vezes se sujeitavam a esse tipo de trabalho penoso.

Após a derrubada e retirados os troncos ideais para fazer as estacas, que serviriam para o plantio da pimenta, o momento era de aguardar o sol agir, até que as folhas ficassem secas (basicamente 1 mês). Aguardando esse tempo, já era prudente tacar fogo na área descampada. Atento a direção do vento, os cametaenses saíam com os seus fachos criando focos de incêndios nas secas folhas da mata deitada e morta. Quando a pequena chama se tornava labareda (grande chama, língua de fogo) e começava a adentrar para o centro de área seca, era momento de ir andando e botar fogo em outra parte, até que o quadrado inerte estivesse todo em chamas. Com o calor muito forte, esses trabalhadores conseguiam chegar nas estradas por dentro da mata que ainda estava de pé. Esse tipo de ação era só mais uma na intenção de deixar a terra plana e limpa, para que os pimentais aumentassem. A mata deitada ardia por semanas até que parte da madeira sólida se transformasse em cinza, porém, o fogo não era capaz de acabar com tudo, restando ainda muito trabalho para que a área ficasse limpa e em condições de receber novas mudas de pimenta.

Os cametaenses que estavam em Tomé-Açu, nesse período do recorte temporal de nossa pesquisa, eram, em sua maioria, trabalhadores do meio agrícola, lavradores e, portanto, conhecedores das atividades que desempenhavam para os japoneses, já que em Cameté lidavam com a terra, principalmente, cultivando a mandioca, arroz, milho, melancia, espécies que precisavam de área descampada e limpa para se desenvolver, algo similar à atividade que a *piper nigrum* também necessitava. Os trabalhadores de Cameté tinham a fama de serem exímios nas atividades ligadas ao campo e o que não sabiam, dominavam rápido, já que o manuseio da terra era algo da sua vivência, de sua bagagem cultural. Para Hajime Yamada⁵³, os cametaenses além de serem espertos e bem-mandados, aprendiam

⁵³ Hajime Yamada, imigrante japonês, que chegou à região com a primeira leva, em 1929, aos 2 anos de idade. Quando adulto, foi dono da fazenda Yamada, recebendo inúmeros migrantes cametaense em sua propriedade. Entrevista concedida em 19 de julho de 2021.

rápido aquilo que era passado. Também fez questão de enfatizar a honestidade desse povo. Contando um fato que ocorreu:

[...] certa vez, época em que eu era presidente da Cooperativa Agrícola Mista de Tomé – Açú fomos para Belém vender 30 toneladas de pimenta-do-reino, o dinheiro arrecadado trouxemos em sacos de palhinha amarrado à boca. Acontece que no retorno, ao ancorarmos no trapiche, com pressa, acabamos por esquecer um saco de dinheiro no nosso barco de nome universal. Só fomos perceber a falta quando já estávamos na CAMTA, imediatamente retornamos ao barco e lá estava o saco com dinheiro. Vários cametaenses estavam por perto conversando sem mexer e tirar nenhum cruzeiro.

Segundo relato dos estudos de Sacramento (2022), era comum migrantes de outros municípios como Baião, Mocajuba e Limoeiro do Ajuru se denominarem como cametaenses, justamente por serem tidos como habilidosos e bons trabalhadores. Os cametaenses, Nário Tavares Rodrigues e Nélio Moreira Rodrigues, chegaram a atingir o posto de capataz, em fazendas diferentes, sendo responsáveis pela gerência dos pimentais de seus patrões, com as atribuições de recrutar, passar instruções das atividades que os novos trabalhadores iriam desempenhar, fiscalizar diariamente as atividades e quando necessário despachar algum, seja por não mais necessitar dos serviços ou por comportamentos considerados não condizentes com norma da fazenda.

Nélio ressalta que:

Após dois anos trabalhando para o Japonês, atingi o posto de capataz, administrando a Fazenda Okada. Eu era responsável por 104 trabalhadores, fiscalizando os trabalhos e dando advertência quando necessária, por exemplo, quando estavam muito lentos, estragando pimenta, desentendimentos, capinando errado ou mesmo colhendo pimenta com muita folha. No verão, eu acordava 3:00 horas da manhã, porque tinha que fiscalizar a retirada da pimenta para secar [...].

Outra atividade que fazia parte do cotidiano dos cametanenses, a queimada, é retratada na imagem abaixo. Sendo muito comum nessa região, pois era só mais uma das etapas, até que a área ficasse totalmente limpa e fosse introduzida novas plantações de pimenta-do-reino. Sempre atento a tudo que acontecia em suas propriedades, os empresários japoneses observavam o pasto em chamas, enquanto arquitetavam a expansão de suas plantações. O veículo estacionado demonstrava poder econômico e toda prosperidade e o sucesso que conseguiam obter através da agricultura.

Benedito Cantão⁵⁴ relata que: “Quando era tempo de ampliar os pimentais, as nuvens de fumaça cobriam Tomé-Açu, eram vários japoneses ampliando, um querendo ter pimental maior que outro e isso desencadeava queimada para todo lado”.

Figura 26 - Queimada da floresta para o plantio da pimenta-do-reino



Fonte: CAMTA (1958).

Finalizado o período da queima e da retirada dos galhos que não tinham sido destruídos pelo fogo (coivara), era chegada o momento da destocagem da área, ou seja, retirada dos tocos de árvores. Essa atividade consistia em fazer enormes escavações ao lado dos troncos, até poderem ser retirados com a raiz. Quando os troncos eram muito grandes, enormes buracos necessitavam ser abertos para que pudessem retirá-los do solo.

Esse trabalho também era muito desgastante e maltratava a coluna, já que ficavam o dia todo na posição corcunda⁵⁵, fazendo movimentos bruscos com os enxadecos, geralmente usados para cavar e revolver o solo. Essa era a principal ferramenta para este tipo de atividade, como demonstra a imagem 7, homens tentando retirar o troco de uma árvore de médio porte. A atividade de destoca era apelidada pelo senhor João Maria

⁵⁴ Benedito Cantão Filgueira, 77 anos, agricultor, nascido e residente em Merajuba, interior de Cametá. Migrou por 3 safras intercaladas para Tomé-Açu. Entrevista concedida em 27 de outubro de 2021.

⁵⁵ Corcunda: É aquela em que a pessoa apresenta uma curvatura excessiva na parte superior das costas, resultando em uma postura arqueada para a frente.

Arnaud⁵⁶ de 'arde olho', como ficavam cavando com o rosto direcionado para a terra, posição do pé, o suor escorria para o olho, fazendo com que ardesse.

A grande verdade de se trabalhar no pimental é que não tinha atividade para macho mole, a mais fresco delas era apanhar a pimenta, porque o resto, meu caro, era pesado: roçagem, derrubada, destoca, partir estacas[...] Era muito suor derramado. Ganhávamos um dinheirinho, mas a mão vinha só calo para Cametá. A destocagem era cruel [...] (João Maria Arnaud).

A fala desse senhor evidencia que as atividades dos cametaenses não eram fáceis. Labuta diária, desde que amanhecia, até o sol se recolher, com muito suor derramado conseguiam dinheiro, mas não era como esperavam, pois o meio de chegar até ele era difícil. Nário Tavares nos contou que os japoneses algumas vezes levavam calote. Por exemplo, determinados trabalhadores chegavam pedindo serviço, e como a necessidade de homens em atividade era uma constante, procuravam de imediato acomodá-los nos barracões, em seguida, repassavam qual seria o trabalho desempenhado, disponibilizando, também, as ferramentas. E como os necessitados por trabalho não tinham dinheiro para comprar bens voltados à alimentação, pediam para que os patrões fornecessem especialmente gêneros de alimentação como adiantamento, que posteriormente seriam descontados no serviço. Acontece que, observando a dureza do serviço que iriam executar, ficavam arrependidos e acabavam fugindo no meio da noite levando as ferramentas e o rancho que lhes foram disponibilizados na taberna.

⁵⁶ João Maria Arnaud, 73 anos, morador de Japuá, interior do município de Cametá, migrou solteiro por 4 safras para Tomé-Açu.

Figura 27 - Destocagem do solo para o plantio da pimenta-do-reino



Fonte: Museu da Imigração Japonesa (1961).

Nélio, migrante de confiança do Japonês Okada, capataz na fazenda de nome do patrão, conta-nos que Cafú⁵⁷, cametaense, morador da Ilha São Mateus, migrou sozinho por 4 safras, tinha fama de ser considerado um excelente trabalhador na atividade de destoca. Apelidado de caranguejo. “Cafu era considerado exímio trabalhador para revirar tronco de pau, não tinha igual. Caboco parecia uma máquina, ninguém o acompanhava, por isso era apelidado de caranguejo de Cametá. Essa atividade de destoca era uma das piores. Quem tinha problema na coluna não aguentava e quem não tinha, ia ter (risos) [...]”

Adentrando no cotidiano das atividades exercidas por essa população do Baixo Tocantins, fica nítido que a atividade de trabalho no pimental se ramificava em diversas outras e o ter pimental implicava um entorno de muitos trabalhadores, no entanto, apesar dele ser o carro chefe para empregar cametaenses, o funcionamento do município de Tomé-Açu necessitava de outras atividades para que continuasse se desenvolvendo, assim, oferecia outros tipos de trabalhos remunerados e onde muitos cametaenses também se empregavam. Hajime Yamada contou em entrevista que Tomé-Açu era muita grata aos

⁵⁷ Manoel Pereira Carvalho, 78 anos, morador da Ilha de São Mateus, interior de Cametá, migrou sozinho por 4 safras. Entrevista concedida em 10 de julho de 2022.

cametaenses por todo o trabalho que desempenharam para o desenvolvimento do município

Já pensou vir remando uma semana, parando pela beira e comento preguiça até chegar a Tomé-Açu. Mesmo cansados já queriam trabalhar, homens e mulheres bons de trabalho. Era na colheita do arroz, plantio da pimenta, do cacau, roçagem de pastos, derrubada, de tudo faziam e faziam bem feito. Tomé-Açu muito grato aos cametaenses.

Bem como enfatizou o senhor Hajime, as ofertas de trabalho no meio agrícola não se limitavam única e exclusivamente ao pimental, os japoneses desenvolviam outros tipos de cultivo como do cacau, arroz, frutas, verduras e hortaliças. As imagens abaixo exemplificam algumas dessas atividades descritas.

Figura 28 - Colheita do arroz, cacau, repolho e secagem da pimenta-do-reino



Fonte: Arquivo pessoal de Ademar Kasuó (1952).

A atividade laboral, em Tomé-Açu, não se restringia única e exclusivamente ao pimental. Os cametaenses desempenhavam atividades relacionadas ao cultivo do arroz, cacau, repolho, secagem da pimenta-do-reino (trato dela sob o sol), cuidavam até de granjas e da criação de porcos. A diversidade de ações executadas pode ser exemplificada em um fato meio que engraçado que o senhor Honorato e Nário praticaram. “Disseram que

hoje estão arrependidos!” Na primeira vez que foram trabalhar para Tomé-Açu, desempenhavam suas atividades na granja dos japoneses.

Durante mais de um ano ficaram alimentando os frangos e galinhas, retirando os ovos, cuidando dos pintinhos e assim seguiam controlando a criação dia após dia. Por vezes, quando chegavam na granja, era comum encontrarem animais mortos. Quando isso acontecia, comunicavam aos japoneses e estes ordenavam que fossem jogados aos porcos. Certo dia, o senhor Nário teve coragem para pedir um frango morto ao seu patrão, para que servisse de alimento no almoço, sendo por ele concedido. Disseram que a partir desse dia, foi o que queriam.

Nas manhãs que chegavam na granja e encontravam um animal morto, logo separavam, e comumente, para a comida do dia. Acontece que a partir daí já entrou a esperteza, pois quando não encontravam nenhum frango morto e como chegavam cedo para cuidar de seus afazeres, de imediato torciam o pescoço de um bem grande. E assim, contam que comeram muita galinha dos patrões!

O exemplo apresentado foi para ilustrar que Tomé-Açu estava além da colheita da pimenta. Claro que o quantitativo de homens, mulheres e crianças usado em outras atividades não chegava nem perto da força de trabalho necessitada por uma fazenda de pimental em plena produção.

De acordo com os registros da Associação Pan-Amazônica Nipo-Brasileira (1994 p. 85) no ano de 1954 somente os cooperados da CAMTA atingiram o quantitativo de mais de 440.000 (quatrocentos e quarenta mil) pés de pimenta plantados e a produção de 800 (oitocentas) toneladas de pimenta seca.

O período em que mais necessitavam de mão de obra eram nas colheitas. Era nesse período que homens, mulheres e crianças participavam ativamente dos trabalhos, pois sempre havia uma urgência nas colheitas para que não houvessem prejuízos para o patrão. Para a implantação dos pimentais, diferente do período de colheita, os homens eram os mais procurados, já nas colheitas não havia preferência, sendo o período de jornadas de trabalho exaustivas. Os trabalhadores entravam no pimental ainda sem ver o sol, com pausa curta para o almoço, deixando as plantações somente ao escurecer. Pois a maioria das vezes os trabalhadores recebiam por produção, ou seja, quanto mais quilos eram colhidos, mais eles recebiam. Essa forma de remuneração levou aos pimentais famílias inteiras, inclusive as crianças que reforçavam a atividade familiar na colheita da pimenta no vale do Acará (Sousa, 2020, p. 48).

Corroborando com Sousa (2020), Lima (2016, p.), também nos fala que:

[...] apesar do pagamento está dentro dos conformes e sem atraso, o trabalho desses cametaenses era muito árduo e dos mais diversos: limpeza dos terrenos, a

preparação das estacas, dos adubos, etc. No entanto, a área que mais lucrava e reunia maior número de mão de obra era na colheita.

Tudo porque as infindáveis fazendas de pimentais, dos japoneses, que eram os patrões, necessitavam de trabalhadores, muitos trabalhadores. Para se ter um pimental produtivo, havia necessidade de muito suor derramado, muita mata devastada, até que se tivesse uma área propícia, enfim, toda uma infraestrutura impulsionada pela força de trabalho humano.

Era esse tipo de atividade retratada na Figura 29, era a que os cametaenses mais desenvolviam aos japoneses: a colheita.

Figura 29 – Trabalhadores nos pimentais



Fonte: Museu histórico da imigração japonesa em Tomé-Açu, década de 60

É importante destacar que a colheita da pimenta ocorre durante o verão, geralmente entre junho e novembro. Nesse período, os cametaenses deslocavam-se em grande número para trabalhar na famosa safra. A pesquisa de Trindade (2016, p.19) também aponta essa tendência sazonal de migração em busca de oportunidades de trabalho durante a colheita:

Os trabalhos relacionados à agricultura da pimenta necessitavam da disponibilidade de mão de obra, sendo empregados nessas atividades muitos sujeitos. A região que mais disponibilizou sujeitos para servirem de mão de obra na produção foi o município de Cametá, de onde vinha com abundância.

A Figura 29, acima, retrata uma situação muito comum no período da colheita:

peessoas realizando a tiragem da pimenta, suspensos em escadas, tipo cavalete, para que pudessem chegar ao topo da pimenteira e assim retirar todos os cachos da árvore (2 a 3 metros). Com trajes típicos para proteger do forte sol do verão paraense, o que justifica a presença de todos com chapéu de palha de carnaúba na cabeça. Ele era item indispensável, já que paravam rapidamente para o almoço e logo retornavam com as atividades, haja vista o pagamento ocorrer por produção, também é possível observarmos a presença de bisacos próximos à cintura dos trabalhadores, suspensos por alças presas aos ombros onde colocavam os cachos retirados das pimenteiras. Ressalta-se, que esse tipo de atividade, retirada da pimenta da árvore, era ensinada pelos japoneses, quando da primeira vez de um trabalhador, trabalhadora, criança nos pimentais.

Percebe-se ainda, na fotografia, que participavam das atividades: homens, mulheres e crianças. Nosso entrevistado Nélio⁵⁸ ratifica nossa observação na medida em que nos conta que:

[...] no verão, época da safra, era livre para todo mundo, trabalhava homens, mulheres e crianças, porque era a colheita da pimenta. Agora, quando era no inverno, era só homem, porque o serviço era pesado. Tinha que trabalhar com estaca, com plantio, com limpeza, roçagem, destocar e limpar as quadras. Para fazer o plantio direito era só homens [...].

A esse fenômeno, Guanais (2012) classifica como migração temporária, onde esses grupos são atraídos nos períodos de grande oferta de emprego (safras) e depois regressam ao local de origem com o dinheiro obtido.

Indo para além da importante reflexão de Guanais, a fala do entrevistado citado nos dá pistas também para entendermos um dos fatores que justificavam a migração temporária realizada pelos cametaenses, adentrando, assim, em seus cotidianos, buscando ainda o perfil dos trabalhadores do período do inverno. Já que no inverno o serviço era mais direcionado aos homens, a família não tinha motivos econômicos para ficar no inverno, período que se intensificava o regresso ao lar deixado em Cametá.

A vinda desses indivíduos para trabalhar nos pimentais existentes, em Tomé-Açu, dava-se com mais intensidade no período da colheita da pimenta, ou seja, era uma migração sazonal, temporária. As colheitas eram realizadas manualmente, exigindo numerosa mão de obra, o que provocou migração interestadual (cearenses, maranhenses,

⁵⁸ Nélio Moreira Rodrigues, 67 anos, agricultor, nascido na localidade de Japuá, Cametá. Migrou com a família. Trabalhou 15 anos com os japoneses, chegando a atingir o posto de capataz, que seria uma espécie de administrador dos serviços nos pimentais. Entrevista concedida em 25 de outubro de 2021.

baianos, pernambucanos etc.) e interna (cametaenses, belenenses, bragantinos etc.). Os cametaenses apresentavam uma característica importante: migravam com a família.

Entre as muitas respostas obtidas pelos entrevistados, destacaremos a estratégia de maior lucro, já que os japoneses pagavam por produção, quanto mais integrantes da família trabalhando, mais lucro. Em meio ao anseio familiar de maior renda, as mulheres acabavam sendo muito sacrificadas devido à jornada dupla de trabalho nos pimentais e no serviço doméstico.

Dona Maria Amélia nos relatou que os períodos como migrantes foram difíceis, já que tinha de acordar cedo para trabalhar nos pimentais e somente dormir após fazer comida para o dia seguinte, lavar as poucas roupas e deixar estendidas nas cordas. Tudo isso depois de ter acordado às 6:00 horas, ter trabalhando o dia todo de pé, apanhando sol, alimentando-se mal, carregando um pesado bisaco preso aos ombros, algo que maltratava a coluna e ainda tomando pouca água.

Vida difícil era a nossa. Acordávamos muito cedo, tomávamos um gole de café, sem nada, e íamos quase correndo para as nossas linhas do pimental. Cada família ficava com algumas linhas para apanhar as pimentas. Era o dia todo de pé. Quando chegava a hora do almoço, era um pouco de feijão com um único pedaço de charque. Tomávamos pouca água para não ter que ir mijar tanto no mato, ou mesmo, no pé da pimenteira. Tomar muita água era perder tempo. E isso era ruim pra nós que ganhávamos por produção. Depois de um dia de sol no lombo, chegava em casa e ainda tinha que cozinhar. Muitas vezes até o fogo estava apagado e tínhamos que ir atrás de lenha, porque ninguém tinha fogão à gás, para assim poder fazer a janta e o almoço do dia seguinte. Quando o cansaço era demais, deixava para lavar a roupa na madrugada. Tínhamos que puxar água de um poço de quase 15 metros de fundura. Meu filho, o sacrifício era demais grande [...].

Muito do que foi tristemente narrado por Maria Amélia, é ampliado por (Tsunoda, 1988) quando em seus estudos rememora os difíceis dias das mulheres japonesas em Tomé-Açu.

O dia a dia de labuta para as mulheres parecia normal, era um dia como outro qualquer, não demonstrava cansaço, até depois que davam à luz a um filho não descansavam o tempo normal, iam pra roça ajudar o marido, acordava sempre na madrugada para preparar a refeição matinal da família. No decorrer do trabalho na roça iam até a casa para amamentar os filhos pequenos e fazer o almoço para as outras crianças e voltar ao trabalho na roça levando a comida do marido e dos que o ajudavam. Voltavam antes pra casa, no final da tarde, para adiantar os afazeres domésticos e preparar o jantar. Assim era o dia a dia das mulheres japonesas que viviam na Colônia de Tomé – Açu e não era diferente das outras tantas que imigraram para o Brasil (Tsunoda, 1988, p. 56).

O homem, quando com sua família tratavam com os japoneses as atividades que iriam desempenhar, seja na colheita da pimenta ou em outras atividades, era quem

controlava o dinheiro recebido pelos serviços de seus membros, dando para cada filho aquilo que achava pertinente. Era mais comum as famílias participarem das atividades agrícolas na época da safra, já que o pagamento ocorria por produção. Como os serviços do inverno eram tidos como mais pesados, geralmente só os homens participavam (roçagem, derrubada, capina de pimental, entre outros), assim não era pertinente apenas um membro trabalhar, pois o pagamento pela atividade desempenhada muitas vezes não cobria as despesas com gênero de alimentação, já que os produtos alimentícios eram de preços elevados nas cantinas das fazendas.

Então, com a proximidade do final da safra, a família já alimentava a expectativa pelo retorno. E assim faziam a migração de volta. Como para toda regra existe uma exceção, alguns homens enviavam os membros da família para Cametá e lá permaneciam no período do inverno, enviando dinheiro para manter filhos e mulher em Cametá.

Lugar de criança é na escola, pois para os migrantes cametaenses era nos pimentais de Tomé-Açu. Infelizmente essa era a triste realidade vivenciada pelas crianças e adolescentes, filhos e filhas de pais migrantes. Por volta de junho, abandonavam a escola, retornando em meados de outubro a começo de novembro. Muitas vezes nem retornavam mais.

Darci Lopes, que trabalhava como educadora na localidade de Merajuba, década de 70, nos relatou que:

A verdade é que a educação era fragmentada, pois de junho a novembro as crianças não estudavam. Para os pais, saber ler, escrever e assinar o nome, já bastava. Era muito disso que acontecia. Com a viagem para Tomé-Açu, as crianças perdiam o interesse pela educação e acabavam não retornando mais para a escola.

Uma vez em solo tomeaçuense iam para os pimentais ajudar na colheita da pimenta. Por serem pequenos, ficavam colhendo os frutos da parte de baixo da pimenteira, chamada pelo povo de Cametá de “saia” ou ficavam juntando os cachos secos. O árduo trabalho consumia os preciosos minutos da escola e da brincadeira das crianças. Infância ceifada pelo ilusório sonho do dinheiro “fácil”. Quando o membro da família era composto por criança de colo, geralmente uma filha adolescente ficava no barracão tomando de conta, até o retorno da cansada mãe no final da tarde. A realidade era diferente para os filhos dos japoneses (donos das plantações, conforme ressalta Bruno Silva (2020, p. 86), “[...] as unidades escolares eram poucas e atendiam principalmente os filhos de japoneses. As

crianças, filhos e filhas de trabalhadores, ocupavam-se em trabalhos na agricultura da pimenta-do-reino junto aos pais”.

Para Jackeline Lima (2016) os cametaenses também fizeram e fazem parte da história de Tomé-Açu, pois muitos deles estão presentes na realidade histórica e cultural da região e mantiveram relações de trabalho com os japoneses, que detinham terras e trabalho, necessitando da mão de obra para a produção agrícola. Assim, tanto os cametaenses como os nordestinos, e os maranhenses, entraram em Tomé-Açu para servirem de força de trabalho nas plantações de pimenta. Vários atores com objetivos contrários, já que os nordestinos e maranhenses vieram em busca de trabalho e de terras, enquanto que os cametaenses tendenciavam para o trabalho, pois possuíam terras em seu município.

Nesse cenário cotidiano de colheitas e oportunidades de trabalho, indivíduos provenientes de diversos municípios do estado do Pará e de outras regiões do Brasil chegaram ao Vale do Acará. Esse encontro resultou no entrelaçamento de diferentes culturas e no fortalecimento da composição social na Amazônia, por meio de suas vivências e práticas. Homens e mulheres compartilharam experiências em um espaço em construção, que culminou na atual sociedade tomeaçuense. Essas chegadas e partidas não se limitaram apenas ao trabalho ou à busca de lucros. Elas também deram origem a relações de solidariedade e ao compartilhamento de conhecimentos. A história social dessa região do Pará é marcada por fluxos migratórios que desencadearam trocas significativas de experiências, especialmente relacionadas ao uso da terra. Esse intercâmbio cultural e social contribuiu para moldar a identidade e a dinâmica dessa comunidade, enriquecendo sua trajetória ao longo do tempo.

CAPÍTULO III: FIM DE SAFRA: OS QUE FICAM E OS QUE VOLTAM

A migração dos cametaenses identificada como sazonal (bate-volta), ocorria mais intensamente no início do período da safra e colheita. Nesse momento, os cachos de pimenta-do-reino atingiam o tom vermelho e precisavam ser colhidos manualmente. Essa dinâmica demandava mão de obra abundante, pois, do contrário, os cachos escureciam, caíam e a produção das pimenteiras era comprometida.

Neste capítulo vamos tratar do retorno de alguns migrantes, tentando compreender as perspectivas com a volta, como avaliavam essa situação e os elementos motivadores do retorno. Também estaremos preocupados com os cametaenses que permaneciam em Tomé-Açu, buscando compreender os motivos da permanência e as formas de trabalho e ocupação que desenvolviam para assegurar sua permanência.

3.1 A VOLTA E O REFAZER DA VIDA EM CAMETÁ

Para este primeiro item do terceiro capítulo, vamos tratar da volta de alguns migrantes cametaenses, buscando entender as perspectivas com a volta, como avaliavam essa situação, que conhecimentos traziam consigo, devido o contato com os japoneses (choque cultural) quais os elementos motivadores para um possível retorno e o porquê não permaneciam definitivamente nos pimentais (Tomé-Açu).

Ao final da safra da pimenta-do-reino, o que culminava também com o término do verão paraense, os trabalhadores que em sua maioria estavam enfurnados nas fazendas de pimentais começavam a criar expectativa com a volta para sua terra natal, Cametá.

A miragem brilhante do sol no aceiro⁵⁹ do pimental, o barulho na madrugada que se estendia ao ouvido de quem ainda estava deitado, o cheiro do café contornando as frestas das tábuas machiadas dos barracões, chegava ao olfato dos que insistiam, nocauteados pelo cansaço do trabalho e do sol forte, permanecer na velha e encardida baladeira (rede). Esses sinais indicavam que o dia de labuta iria começar. As assas dos galos debatendo em seus peitos aquecidos pelas penas, seguido das cantadas rompiam o silêncio. A busca pela tatamanha⁶⁰ para acender o porronca⁶¹ também fazia parte do ritual. Com a turma reunida

⁵⁹ Aceiro: espaço em que se retirava a produção da pimenta-do-reino no final da tarde. Nessa faixa de terra sem plantação, os tratores iam e vinham embarcando os sacos com a produção do dia. Cada saca era identificada por números ou com a inicial do nome do chefe da família.

⁶⁰ Tatamanha: (guardiã do fogo a lenha) maior pedaço de madeira presente no fogo, responsável por mantê-lo aceso quando os menores se transformavam em cinzas.

⁶¹ Porronca: cigarro manual feito com tabaco moído, tecido no abade ou papel com pauta.

era hora de meter o pé na estrada. A panela com feijão que fora cozida à noite com alguns “nó”⁶² de charque dentro dela era parceira que acalentava a fome.

Comprávamos um quilo de charque. Esse quilo era cortado em pedaços menores e cozidos com feijão, cada pessoal comia um nó no almoço e um nó no jantar. Quem porventura quisesse merendar o seu, já sabia que no almoço era só o feijão com arroz e farinha (Nélio).

Nélio nos relatou que a comida era regrada, o encher barriga, a tal fartura dos pescados fornecido pelo “pai” Tocantins (rio) ficava só na lembrança. Em Cametá não tinham condições financeiras, mas comiam bem, já que o pescado era avultado (muito, bastante) em sua localidade de Merajuba. Situação adversa com a realidade tomeaçense, pois comer bem na colônia significava menos saldo ou lucro zero, já que os mantimentos adiantados pelos japoneses eram de preço mais elevados. Sem esse tal regramento ficariam trabalhando somente para pagar a alimentação. Comungando com a fala do Nélio, Antônio Arnaud⁶³ ratifica a mesma dificuldade alimentícia.

Muitas vezes íamos dormir com a barriga roncando. Tomávamos água para enganar a fome ou dormíamos cedo, já que o movimentar fazia gastar energia. Do pouco que comíamos, exagerávamos na farinha para ficarmos saciados.

Porém, toda essa escassez estava com os dias contados. O último dia de pisar na empoeirada e velha sandália havaiana, fazer uma longa caminhada do alojamento/barracão até o pimental e assim ficar quase o dia todo de pé, tendo como companhia a pimenteira em um intenso: sobe, desce e coca⁶⁴. Essas ações eram necessárias para deixar as pimenteiras sem seus cachos de pimenta e os bisacos cheios. Nessas atividades, os membros da família e de trabalho pareciam estranhos de tão concentrados e conectados na mecânica laboral. O abre, fecha e puxa das mãos se repetia o dia todo, sendo apenas atropelado pela forte dor de estômago causada pela fome. Momento da pausa!

A pausa para comer era pequena e a rápida mastigada era parceira do gole d'água para empurrar o duro charque para nossa barriga. Às vezes nem saboreávamos, pois a pressa em apanhar mais, produzir mais, ver a balança subir com os quilos da saca da pimenta socada (bem cheia), no final da tarde quando os japoneses

⁶² Nó: pedaço de comida, como por exemplo: charque, carne.

⁶³ Antônio Arnaud Lisboa, 78 anos, nascido em Japuá e residente na cidade de Cametá. Migrou solteiro por 4 safras, trabalhando apenas na colheita da pimenta-do-reino. Entrevista concedida em 21 de maio de 2022.

⁶⁴ Coca: ficava na posição agachada.

passavam com trator para recolher, era constante na cabeça de nós cametaenses (Carmem Cantão⁶⁵).

A fama de bom trabalhador jogava a favor dos cametaenses no momento de conseguir trabalho nas fazendas de pimentais. Ao mesmo tempo, muitos se cobravam em querer mostrar serviço e até mesmo sacrificar seu intervalo de “descanso” para produzir (trabalhar). No entorno dessa reputação laboral, famílias inteiras eram convocadas por seu genitor a ficar de pé, às 5:30 da manhã, para a partir daí começar as intensas atividades nos pimentais. Neste trabalho, produto da migração, só as crianças de colo eram dispensadas, ficando nos barracões/alojamentos, acompanhadas de uma pessoa entendida (geralmente a filha mais velha) para repará-las, enquanto a mãe ajudava o marido na atividade.

No final da tarde, ao retornarem das atividades, a mãe iria rever o filho muitas vezes querendo mamar, sugar algo de quem estava desidratada e muito cansada, já que o beber água era bem abaixo do que os órgãos de saúde recomendam, pois implicaria em ir ao inexistente “banheiro” na mata. Apesar de todo cansaço, as mulheres de família ainda tinham forças para fazer comida à noite e lavar as roupas na madrugada, puxando água nos baldes dos fundos poços de 10 a 15 metros. Nessas atividades de casa (contraturno) a ajuda já não era recíproca por parte do parceiro de vida (marido).

Vinha que nem um palito⁶⁶ de magra de Tomé-Açu. Trabalhávamos que nem condenadas para tentar ter umas “coisinhas” (comprar louças, roupas, sapatos, ajeitar a casa, comprar canoa, pagar trabalhadores para fazer roça etc.). Além de trabalhar o dia todo no pimental, quando chegávamos no alojamento tínhamos que cuidar do filho (a), fazer comida para jantar e já deixar para o almoço do outro dia, porque de manhã não dava tempo. Do lado do fogão ficava “puxando pescada⁶⁷”, quase dormindo de pé. A cara (rosto) parecia pegar fogo da insolação do dia. Tem mais, fique sabendo que o fogo era à lenha e a lenha tínhamos que conseguir rachando estacas das pimenteiras mortas ou conseguir casca de acapu. A água para beber, lavar louça e roupa tínhamos que puxar de um fundo poço com auxílio de uma corda onde se prendia a um balde com alça que era puxada com auxílio de uma roldana, depois tínhamos que carregar o balde até o barracão. Isso não era brincadeira, parceiro (Ana Clara da Silva Penha⁶⁸).

⁶⁵ Carmem Tavares Cantão, 77 anos, nascida na localidade de Merajuba, interior de Cameté, migrou para Tomé-Açu na década de 60, durante 8 anos de forma contínua)

⁶⁶ Palito: magra, esquelética.

⁶⁷ Puxar pescada: cochilar.

⁶⁸ Ana Clara da Silva Penha: moradora da Ilha Moiraba, interior de Cameté, 86 anos, migrou por 4 anos intercalados com o Marido Agenor e três filhos (Ana, Beatriz e Márcio).

Conforme relatado pela entrevistada, a dupla jornada feminina é uma realidade inegável nos dias atuais. Enquanto as mulheres lutam por igualdade nos espaços profissionais, ainda carregam consigo o fardo das responsabilidades domésticas. Desde as primeiras horas da manhã até tarde da noite, elas desdobram-se entre o trabalho remunerado e as tarefas do lar, muitas vezes sem pausas ou reconhecimento. Essa sobrecarga não só impacta sua saúde física e mental, mas também perpetua desigualdades estruturais que limitam seu pleno desenvolvimento e participação na sociedade. Achamos pertinente trazer essa reflexão sobre a dupla jornada de trabalho feminino, pois foi uma realidade marcante que conseguimos captar na fala das migrantes cametaenses mães.

A inserção da mulher em um espaço por muito tempo considerado majoritariamente masculino acabou por fazer com que ela assumisse tanto o trabalho fora de casa como o trabalho doméstico, sobrecarregando-a com uma dupla jornada de trabalho. Como destaca França (2001, p. 2):

Responsáveis pela maioria das horas trabalhadas em todo o mundo, as mulheres, generosamente, cuidam das crianças, dos idosos, dos enfermos, desdobrando-se em múltiplos papéis. Esquecidas de si mesmas, acabam por postergar um debate que se faz urgente: a divisão desigual das responsabilidades da família, a injustiça de, sozinha, ter de dar conta de um trabalho de que todos usufruem.

Fica evidente a sobrecarga de responsabilidades das mulheres em relação aos homens. As mulheres são as principais responsáveis pelas atividades domésticas e pelo cuidado com os filhos e demais familiares, além das suas atividades econômicas. Exemplificando concretamente essa sobrecarga, observa-se que “os homens gastam nessas atividades, em média, 10,6 horas por semana e as mulheres, 27,2 horas” França (2001, p. 19),

Neste sentido, França (2001, p. 16), afirma que “desempenhando múltiplos papéis na esfera pública e em suas vidas cotidianas, muitas mulheres deixaram de restringir suas aspirações ao casamento e aos filhos”. Com isso, percebe-se a mudança que vem ocorrendo entre os anseios das mulheres, decorrente de um processo de globalização que as empurra para o mercado de trabalho.

Assim, objetivo e interesse da migração muda de acordo com o perfil do migrante, pois na fala acima de Ana Clara fica perceptível todo o sacrifício e a dupla jornada desempenhada pelas mulheres que eram esposas, mães e trabalhadoras. Múltiplas funções e sem condições básicas e primordiais como a de ter uma boa e adequada alimentação. Constatamos que ninguém migra ou muda de um lugar a outro com a intenção

de passar por situações penosas. Lá no fundo tem uma causa, motivo que a faz sair como relata a entrevistada Ana Clara⁶⁹:

Não era que eu quisesse ou gostasse de migrar, ia para acompanhar meu marido. Apesar de Tomé-Açu ser no Pará, o ele ir sozinho era complicado, porque tínhamos as crianças e elas poderiam adoecer, precisando de cuidados mais complexos, por exemplo. E se acontecesse algo, quem iria achar meu marido no centro de Tomé-Açu, em que pimental? Era por isso que íamos e voltávamos juntos.

Conforme evidenciado acima, nos relatos de Ana infere-se que esta cametaense migrou para garantir a unificação familiar, contrário ao viés rememorado pelo senhor Rodolfo Rodrigues, o Foleragem de Cametá (apelido carinhosamente dado por seus amigos).

[...] das quatro vezes que migrei para Tomé-Açu fui sem nenhum “pinto” pra dar água (sem filho), tudo que eu conseguia, gastava no dia de folga nas Quatro Bocas, no Azulão, que era uma casa de festas. O certo era que íamos meter o brega e o merengue. Quando a Banda Caferana, de Cametá, tocava em Tomé-Açu, a festa ficava socada (cheia, lotada). Se até os japoneses iam olhar, imagina nós, éramos contaminados pela euforia em ver conhecidos que estavam metidos nas fazendas durante a semana de trabalho. A pobreza acabava no primeiro gole de cerveja ou cachaça. Depois de tomado o primeiro gole da “maldita”, todo mundo era barão (risos).

Enquanto grande parte dos migrantes, sobretudo pessoas com família, queriam retornar ao município de Cametá com dinheiro para realizar a compra de bens como: terrenos, fazer ou terminar de construir casas, roças, canoas, barcos, motores, redes, roupas, perfumes, sapatos etc. Por outro lado, alguns solteiros, já objetivavam ter dinheiro para comprar objetos como perfumes, roupas, sapatos, curtir a festividade do santo de sua localidade em Cametá ou mesmo juntar fundos para se casar, proporcionar festa no dia do matrimônio. Francinei do Carmo foi um desse que migrou com o objetivo de festejar sua união.

A percepção de cada pessoa em relação à migração varia conforme sua intenção, perfil e contexto em que está inserida, bem como o impacto dessa experiência em seu cotidiano. Sem dúvida, a perspectiva de Dona Ana, que enfrentava uma migração com sacrifícios diários após longas jornadas de trabalho, diferia da vivenciada por Raimundo Rodolfo. Este último, apesar de compartilhar das mesmas jornadas árduas de trabalho,

⁶⁹ Ana Clara da Silva Penha: moradora da Ilha Moiraba, interior de Cametá, 86 anos, migrou por 4 anos intercalados com o Marido Agenor e seus três filhos (Ana, Beatriz e Márcio).

chegava ao alojamento/barracão, tomava banho, jantava e dormia tranquilamente. Nos fins de semana, ele se divertia em festas e partidas de futebol com conhecidos da cidade de Cametá.

Essa interação social e as relações interpessoais desempenham um papel crucial na experiência migratória, tornando-a mais suportável, mesmo quando os seres humanos enfrentam desafios laborais intensos. Para Cunha (2020, p. 4) “as interações sociais na perspectiva sócio-histórica permitem pensar um ser humano em constante construção e transformação que, mediante as interações sociais, conquista e confere novos significados e olhares para a vida em sociedade e os acordos grupais”.

Toda a rotina de muito trabalho, diversão, interação e troca de conhecimento com outras pessoas e aprendizado na terra dos pimentais ficava para trás quando a safra das pimenteiras chegava ao fim. O vermelho e amarelo dos cachos maduros das pimenteiras dava lugar ao vazio e à palidez das folhas das pimenteiras, que aguardavam um forte vento para se desprenderem e caírem, abrindo espaço para novas folhas que surgiriam com a chegada do inverno. Safra encerrada, era hora de acertar as contas com o patrão! O senhor Ney Almeida⁷⁰ rememora a rotina de juntada e organização seus pertences para deixar os pimentais:

[...] nossa hora tinha chegado. Era o momento de retomar! nossas trouxas já estavam arrumadas com as redes, os lençóis, as panelas, pratos, colheres, copos, potes e bilhas, tudo era colocado em sacos de palhinha. Nós levamos tudo o que era possível para Tomé-Açu. Porque quando a gente chegava lá, quem iria nos dar? Sem ter a quem pedir e ainda por cima liso⁷¹(sem dinheiro), só nos restava viajar com esses materiais e na volta trazer também. Até mesmo o fogãozinho de barro e o pilão tinha família de leva para pilar (socar) o arroz. Meu irmão, era um sacrifício danado viajar com essas bugigangas.

Como já enfatizado, com a alta do preço da pimenta no mercado nacional e internacional, os japoneses queriam reter esse ímpeto de retorno dos cametaenses e continuar com a expansão de suas plantações, de seus pimentais. Para que ocorresse a ampliação do cultivo, das fazendas de pimentais, significava ter disponibilidade de mão de obra no período do inverno, porém o tipo de trabalho típico dessa estação do ano não simpatizava a maioria dos cametaenses, já que as famílias priorizavam o apanhar pimenta, a dita época da safra. No inverno, o custo benefício das pesadas atividades, como o

⁷⁰Nei Marçal Almeida, 75 anos, nascido na Ilha de Moirada, município de Cametá. Migrou por 2 vezes para Tomé-Açu de maneira intercalada.

⁷¹ Liso: pessoa sem dinheiro.

“empinar pimenta⁷²”, capinar, derrubar a mata, cavar, etc., não interessava aos genitores ou mesmo a alguns jovens solteiros. Sem sucesso na persuasão para convencer os migrantes do contrário, os nipônicos observavam impotentes a ausência nos barracões ocorrer de forma repentina, provocando, em poucos dias, o indesejado esvaziamento. O trançado de vozes, barulhos, gritos, choro de crianças, o cheiro do assado do mapará salgado dava lugar ao silêncio, quebrado vez ou outra, pelo canto dos pássaros. Como relata Dona Graça Pinto⁷³:

[...] quando eles sabiam que a família era ativa, esperta, boa de trabalho, faziam de tudo para que ficasse também no inverno, mas o trabalho do inverno era pra homem feito, mulheres e crianças ficavam de fora. Isso em uma família numerosa era saldo zero ou até mesmo ficava endividados, já que tudo iria na boia (comida).

Dona Graça nos contou que alguns colegas demoraram retornar a Cametá, porque sempre estavam no vermelho⁷⁴, saldo negativado. Como não tinham regramento com os gastos, esbanjavam-se a gastar nos finais de semana, participam muito em farras, finais de semana assíduos na “bagaceira” (farra), não economizavam e assim ficavam constantemente devendo aos japoneses.

Com o vazio das pimenteiros e dos barracões consumados, era a vez dos barcos ficarem tomados dos saudosos migrantes para retornarem a sua terra, Cametá. Nessa subida do rio Acará Mirim (Tomé-Açu) até o rio Tocantins (Cametá) levavam-se dias controlando a ansiedade e a vontade de ver os entes queridos que por lá tinham ficado. Nessa ânsia de voltar, cada passageiro que compunha a capacidade do barco já não era o mesmo que outrora pisava pela primeira vez em Tomé-Açu, pois já traziam consigo, nesse retorno para sua terra natal, experiências de um conjunto de vivências, conhecimentos e aprendizados adquiridos pelo processo migratório, pois a migração é constituída de experiência, aprendizado e sensações. Marandola Júnior e Dal Gallo (2010, p. 407) em “Ser migrante: implicações territoriais e existenciais da migração” enfatizam que:

Estar no mundo é conviver com a mobilidade e todas suas implicações. Do ponto de vista existencial, esta é uma experiência desconcertante, em que as referências espaciais e socioculturais são reconstituídas, num processo que envolve e atinge o próprio cerne da autoidentidade que quem dela participa.

⁷²Empinar pimenta: nome dado à plantação inicial dos pimentais, pois há necessidade de posicionar estacas na posição vertical que serve de tutor para o pimenteira agarrar e se desenvolver.

⁷³Graça da Silva Pinto, 73 anos, moradora da Vila de Areião, migrou solteira por 3 safras intercaladas. Entrevista concedida em 2022.

⁷⁴Vermelho: conta negativa, devendo para os japoneses.

Terminado os preparativos para a volta. Era momento de ajustar a conta e verificar o saldo/lucro dos duros dias de trabalho em que se dormia e comia pouco. O rosto queimado pelo forte sol diário dos meses na terra da pimenta registrava a determinação de quem não migrou a passeio. Os patrões, japoneses, faziam balanço do saldo, subtraindo os adiantamentos em dinheiro e os mantimentos retirados no pequeno comércio/baiuca. Os itens voltados à alimentação básica eram os mais solicitados: Açúcar, café, bolacha soda, charque, conserva, sardinha, ovo, feijão, arroz etc.

[...] No inverno, os pimentais enfrentavam escassez de trabalho para as famílias. E por isso, era hora da gente voltar, já estávamos cansados e desgastados pelo duro trabalho. Nossa Cametá nos esperava com o pouco ganho que levávamos. O patrão, por sua vez, reconhecia nossa habilidade e eficiência no trabalho e pedia para ficarmos. Incentivava nossa permanência ou retorno para a fazenda dele na safra seguinte⁷⁵.

A fala de Dona Amélia mostra desejo pelo retorno, descansar, Para Romeu (2018, p. 104), “[...] o retorno é mais do que uma inversão do sentido migratório, tradicionalmente visto como a conclusão da mobilidade”. Como diz o autor (Gnoatto, 2022), há muitas idas e vindas; há movimentos que expressam idas constantes, temporárias, percorrendo diferentes lugares; há partidas que se constituem de retornos rápidos, há as que se transformam em novas migrações. Desse modo, as mobilidades vão ganhando dinamismo. Essa dinâmica mencionada pelo autor foi uma das características da migração dos cametaenses, visto que o fator proximidade entre os municípios com abundante oferta de trabalho, em período específico do ano, facilitava a locomoção de subida e descida do rio Tocantins até Tomé-Açu.

Biaggi (2004) destaca que o retorno à terra natal além dos determinantes econômicos tem também um outro componente, a necessidade de voltar às raízes para reencontrar com sua identidade, sua família e seus amigos. Sayad (1998) também compartilha a ideia de que na emigração sempre perpassa a ideia de transitoriedade e, conseqüentemente, do retorno ao local de origem. Da mesma forma, os que ficaram na terra natal pensavam na ausência como temporária. Em consonância, Carmem Tavares relata que:

Ficávamos entusiasmados com o retorno ao nosso município. Apesar de muito gratos aos nossos patrões pelo trabalho e pela confiança que nos deram durante a

⁷⁵ Maria Amélia Arnaud, 70 anos, lavradora aposentada, nascida na localidade de Merajuba, município de Cametá. Migrou solteira para Tomé-Açu na década de 60. Participou na colheita da pimenta por três safras intercaladas

safra, nosso pedaço de chão, em Cametá, pesava muito na balança. A possibilidade de rever nossos entes queridos e nossa gente nos deixava cuíras⁷⁶. Esse retorno com um pouco de dinheirinho no bolsa era por demais gratificante.

A migrante cametaense recorda que a perspectiva de retornar também trazia alegria. O término da safra indicava a proximidade do retorno, a volta para casa. As noites eram contadas aos dedos, a vontade de que as horas voassem e a imaginação permeavam a lembrança de um futuro que estava por vir. Cada imaginação era tecida com o fechar dos olhos, deixando de lado ou esquecendo as adversidades e penúria de longos meses dormindo pouco, comendo pouco e trabalhando muito, demonstrando as inversões e particularidades dessa migração, a migração dos cametaenses.

Todo o entusiasmo e euforia do retorno era freado com os percalços do traslado de Tomé-Açu até Cametá. Dois, três dias transportados pelas lentas lanchas deslizando as curvas acentuadas do rio Acará Mirim até desembocar no largo e espaçoso rio Tocantins. Nesse deslocamento espacial, tudo mudava: a maré enchia e vazava, o vento soprava e parava, o sol vinha e sumia, a lua aparecia e se escondia, exceto algo, a velocidade do barco, pois mantinha-se constante. Como rememora Carmem Tavares:

[...] meu filho, eram três dias de penúria nos lentos e apertados barcos. De tão lentos que chegávamos a contar as árvores da beira do rio, ouvindo choro de criança e em um calor infernal, sem ter pra onde andar e tendo que encarar banheiro mijado, cagado e com o estômago roncando, pois do pouco que tínhamos para a viagem: conserva, sardinha, uns pacotinhos de bolacha, charque assado na lata com farinha. Tudo tinha que ser comido aos poucos e só no horário. A sede era saciada com água do rio [...].

Dia e noite o famoso pô, pô, pô⁷⁷ martelava na cabeça dos migrantes. Enquanto dormiam, acordavam, comiam, conversavam, acabavam criando amizades, dividiam histórias, medos, aventuras e aprendizagens. O pequeno espaço apertado da embarcação era também local de interação social. Local de compartilhamento de experiências de vida e de boas gargalhadas.

Diante da situação vivida, Moacir Aragão⁷⁸, migrante cametaense, relata sua experiência:

⁷⁶ Cuíras: inquieto

⁷⁷ Pô, Pô, Pô: Barco pouco veloz, cujo barulho do motor pode ser descrito como pô, pô, pô.

⁷⁸ Moacir Aragão, 74 anos, nascido em Vila de Juaba, distrito de Cametá. Migrou solteiro por 5 safras. Entrevista concedida em 21 de maio de 2022.

[...] do limão, fazíamos uma limonada (risos) apesar dos aborrecimentos da viagem, encontrávamos meio para nos divertirmos: um jogo de baralho, jogo de purrinha, valendo uma dose de cachaça para quem acertasse o número de palito correto. As histórias de paquera provocavam risos nas noites, os cigarros acesos pareciam vagalumes voando lentamente. E assim íamos tentando fazer e dar sentido à viagem e também fazer ela mais alegre.

O migrante nos mostra a visão de quem conseguia transformar a viagem em algo prazeroso, dentro das possibilidades do local físico (transporte fluvial). As brincadeiras e bebedeiras ocorriam mais na parte superior da embarcação, chamada de toldo, pois abaixo dele estavam outros passageiros que não se arriscavam ou não queriam sair da segurança. Nesse momento de diversão, as mulheres com crianças não participavam, seja por receio dos maridos ou porque tinham que cuidar dos pequenos. Seus ouvidos apenas contemplavam as risadas que competiam com o barulho do motor, mostrando mais uma vez a limitação (particularidade) imposta pela migração ao sexo feminino.

A saída de Cameté para Tomé-Açu geralmente acontecia na terça-feira, no entanto, a preferência para o retorno dava-se aos domingos, constantemente após às 12 horas, desde que os barqueiros conseguissem lotação máxima, pois quanto mais gente retornando, mais lucro. A enchente e a vazante do rio Acará Mirim, bem como do rio Tocantins ditavam as notas desse retorno, já que com a vazante (diminuição do volume de água do rio) as embarcações deslocavam-se ainda mais lentamente, devido forte correnteza⁷⁹ do rio Tocantins, já que na época não existia a Usina Hidroelétrica de Tucuruí⁸⁰. O amarra e solta das cordas desse meio de transporte aquático no trapiche municipal da cidade de Tomé-Açu regiam o embarque e desembarque, as vozes levadas pelo vento trançavam-se no cais da cidade. Os migrantes com um bom dinheiro no bolso ficavam mais animados e eufóricos, traço de felicidade notado nas vozes mais incisivas. Por outro lado, os farristas como o senhor Benedito Cantão já tramavam, lá no íntimo, que explicação daria a sua companheira quando desembarcasse em Cameté.

[...] Me metia direto na farra, o meu saldo semanal ficava nas Quatro Bocas⁸¹. Em Tomé-Açu era assim, se você não tivesse o cuidado de economizar, regrar na comida, na diversão e ficar confinado no barracão, você voltava para Cameté de mão abanando (sem nada). Só não voltei assim, porque comprei um quilo de

⁷⁹ Correnteza: fluxo de água forte, intenso, contínuo.

⁸⁰ Usina Hidroelétrica de Tucuruí: é uma central hidroelétrica no rio Tocantins, no município de Tucuruí, no estado do Pará, com uma capacidade geradora instalada de 8.370 MW. Foi inaugurada em novembro de 1984, tendo 11 km de comprimento e 78 metros de altura. O desnível da água varia com a estação entre 58 e 72 metros.

⁸¹ Quatro Bocas: Vila pertencente ao município de Tomé-Açu, era o local predileto dos migrantes cametaenses que queriam se divertir, bem como realizar a compra de vestimentas e de gêneros alimentícios.

pirarucu. Esse foi o meu saldo de dias no sol e de duro trabalho longe de casa. O Bom foi que conheci outro lugar e pessoas diferentes. O cozinheiro do barco em que retornamos, por exemplo, cara legal, me deu um prato de comida escondido do barqueiro, porque o troco que sobrou da compra do quilo do pirarucu foi para pagar a passagem de volta. Nessa noite, tive que sacrificar o prato, jogando ao rio, para o barqueiro (dono do barco) não perceber que ele tinha me dado comida de graça.

O senhor Benedito fazia parte de uma parcela significativa de migrantes que retornavam a Cametá. Assim como ele, várias pessoas tinham seus motivos para não fixar moradia permanente em Tomé-Açu, apesar dos inúmeros convites dos patrões para que permanecessem. Esses motivos variavam: pelo fato de não terem obtido lucro ou por terem imóveis em Cametá (casas, terrenos). Além disso, alguns pais de famílias que migraram, deixaram suas esposas, filhos, mãe, pai, irmão, enfim, laços familiares que influenciavam sobremaneira na não permanência na terra da pimenta. Muitos, no entanto, migraram com o objetivo de realizar festas para celebrar a união, ou seja, levantar dinheiro para festejar o matrimônio ou mesmo para participar das festividades do santo padroeiro em suas localidades. Essa diversidade de razões e justificativas para a não permanência em solo tomeaçuense pode ser exemplificada no relato do senhor Ney de Vila do Carmo:

Quando migrei, tinha 17 anos, ainda morava com meus pais, trabalhava com meu pai na lavoura, na roça plantando arroz, milho, mandioca, pescávamos com caniços e de espinhel para matar o peixe “filhote” e dourado. Apesar de não termos boas condições financeiras, também não passávamos fome. Fui para Tomé-Açu por influência de meu tio. Chegando lá, depois de uma semana, percebi que a gente pode não ter nada em nossa casa, mas ela, sem dúvida, é o melhor lugar do mundo. Aguentei na marra aquela safra, mas depois que voltei para Cametá, não queria nem saber falar de Tomé-Açu.

Com base nas reflexões de Assis e Campos (2009), percebemos que os espaços estão em constante recomposição. Os locais de origem e destino adquirem conotações distintas, revelando sua dinâmica e mutabilidade, em vez de permanecerem cristalizados. Essa transformação é multifacetada. Para alguns, o local já não atende mais às suas necessidades, enquanto para outros, é o lugar ideal. O que um espaço representa para uma pessoa pode ser completamente diferente para outra. A mesma área pode ser vista como um espaço de exclusão por alguns e, simultaneamente, como um espaço de inclusão por outros. A insatisfação que alguns tiveram anos atrás com o local de origem pode se transformar em um sonho e projeto de vida e de investimentos agora para o retorno. No entanto, nem os espaços e nem os sujeitos permanecem os mesmos depois da migração.

Espaços deixados vazios por uns poderão ser preenchidos por outros em ambos os locais. Algumas famílias são recompostas com presença e outras redefinidas com ausências. A terra de origem é o espaço idealizado para voltar (Sayad, 2000); ou seja, ganha sentido a territorialidade vivida, talvez não de uma forma romântica, mas econômico-afetiva e, talvez, com reduzida consciência de mudança. O retorno idealizado é aquele que se realiza com “muito dinheiro no bolso”, para “viver bem aqui” onde partiu. Esse processo conforma e confirma o sucesso da saída (Ambrosini; Berti, 2009; Cassarino, 2013).

Apesar do “muito dinheiro no bolso” não ter se concretizado como a realidade dos migrantes cametaenses, muitos deles alcançaram algo igualmente valioso: conhecimento. Esse conhecimento foi adquirido por meio das trocas de experiências e interações sociais no ambiente em que estavam inseridos. Essa vivência proporcionou aprimoramento das técnicas rudimentares que possuíam para o manuseio da terra, já que alguns padrões tinham formação em agronomia ou curso técnico de agricultura.

Compreender como usar e conhecer a terra é essencial para o sucesso na agricultura e no plantio. A escolha das culturas mais adequadas para cada área depende desse conhecimento profundo do solo, do clima e das práticas agrícolas. Assim, mesmo sem acumular riquezas materiais, esses migrantes enriqueceram-se de sabedoria, contribuindo para suas vidas e para o desenvolvimento das comunidades onde se estabeleceram.

As interações sociais com japoneses e pessoas de outros municípios e estados brasileiros proporcionaram aos agricultores importantes conhecimentos e técnicas de cultivo. Eles aprenderam a fazer enxertos em plantas, a cultivar a pimenta-do-reino e outros tipos de culturas, a aplicar fertilizantes, a realizar podagem correta etc. Hoje, os municípios de Cametá, Mocajuba e Baião destacam-se na produção não apenas de pimenta, mas também de outras culturas. Muitos atribuem o sucesso nesse cultivo ao aprendizado e à troca de experiências que tiveram com os japoneses. Essa colaboração transcendeu fronteiras e enriqueceu a prática agrícola local.

A migração também pode ser compreendida como uma jornada de aprendizado constante, onde os migrantes enfrentam desafios e oportunidades. Ela deve ser concebida como uma via de mão dupla que beneficia tanto os migrantes quanto as comunidades de acolhimento, promovendo, inclusive, progresso coletivo.

Um exemplo marcante dessa troca de conhecimento entre cametaenses e japoneses permanece vivo em minha memória. De tempos em tempos, sou transportado de volta ao

pimental do meu pai, o senhor Honorato Clarindo de São Pedro Neto. Lá, eu corria com meus irmãos, primos e amigos, brincando nos amplos e limpos campos. Era nesse cenário que colocávamos lonas para as pimentas secarem sob a ação direta do sol. Além disso, havia a expectativa de não perder o momento em que o motor a diesel, um Yanmar modelo 5/6, entrar em funcionamento. Esse motor fazia a debulhadora funcionar, separando os caroços dos cachos de pimenta.

Esse instante era aguardado com ansiedade, não apenas para sentir o cheiro da fumaça e dar uns giros na manivela, mas também para experimentar a sensação de fazer o motor funcionar. Tudo isso, é claro, dependia da permissão de João Maria, trabalhador da confiança do meu pai. Essas memórias são preciosas, pois representam não apenas o aprendizado técnico, mas também a riqueza das relações humanas e da colaboração entre diferentes culturas.

Lembro da época da safra em que deixávamos nossa casa, próxima ao leito do Tocantins e mudávamos para o centro, (local de terra firme distante da área aquática (rios e igarapés). No início, nossa família deslocava-se de carroça, movida por nosso boi branco chamado de Marruá, posteriormente, quando o cultivo foi ampliado e o preço da pimenta ainda gerava bom lucro, meu pai comprou um trator (apelidado de orelhinha) com carreta. O velho boi foi deixado de lado. O tempo de sentir o perfume do gás metano que saía com os passos do bovino tinha passado. O negócio prosperou para meu genitor que chegou a contratar inúmeros trabalhadores, na época da safra, principalmente de Vila do Carmo. Até mesmo Nélio, outrora capataz em Tomé, quando decidiu fixar-se definitivo em Cametá, prestou serviços, ajudando no cultivo da pimenta-do-reino e repassando um pouco do que aprendera com os japoneses aos trabalhadores que não sabiam lidar ou não conheciam a especiaria (pimenta-do-reino).

Figura 30 – Migrantes cametaenses (Cecília, Honorato e Maria Amélia).



Fonte: Jacidelma Pereira (2021)

A fonte imagética acima, da esquerda para a direita: Cecília Clarindo, Honorato Clarindo e Maria Amélia. O senhor Honorato, vanguardista na introdução da *piper nigrum* na localidade de Merajuba, interior de Cametá, está segurando o cacho de uma pimenta-do-reino, o tingido de seus cabelos mostra toda experiência de uma vida dedicada à agricultura, ao cultivo da mandioca, açaí, cacau e de sua grande paixão: o pimental.

Depois de migrar por 6 safras, contou-nos que não mais migrou por acreditar que teria bons ganhos plantando o seu pimental, cultivando o que era seu. No final da década de 60, quando decidiu não mais trabalhar para os japoneses, fez aquisição de 500 mudas de pimenta-do-reino dos patrões. Depois de sua chegada a Cametá, passou a realizar a plantação, exercitando seu aprendizado e conseguindo expandir seu pimental. Chegou a possuir 9.000 (nove mil) pés em sua propriedade.

Era apaixonado por essa monocultura, o braço malhado da imagem, mesmo com seus 74 anos, na época da foto, disse-nos que era resultado de subir incontáveis vezes a ladeira com carotes contendo 30 litros de água. Em cada braço um. Inúmeras viagens até contabilizar 600 litros predispostos em seus 20 catores ordenados e presos com uma corda na carroça do seu fiel parceiro ruminante (Marruá). Após isso, a lentos passos os dois sumiam nas curvas do torto caminho do senhor Miguel, até chegar às sedentas pimenteiras. Salvá-las do verão rigoroso significava duas vezes na semana fazer o narrado

ritual. Longos dias nessa atividade, muitas vezes com fome, tudo para que os pimentais prosperassem. E foi o que aconteceu. Ganhou um bom dinheiro com a venda da pimenta, tendo comprado terrenos, tratores, bovinos, embarcações e chegando a guardar o saco de dinheiro embaixo do colchão.

Essa minha boa memória correndo, subindo e descendo nas sacas de pimenta-do-reino secas, dando cambalhotas sobre as longas pilhas de algumas toneladas e ensaiando a contagem das inúmeras sacas em época de alfabetização, são momentos ligados ao desdobramento da movimentação dos cametaenses a Tomé-Açu.

Com a atividade agrícola da piperácea prosperando, outras pessoas da localidade de Merajuba, também começaram a plantar a monocultura da pimenta. João Soares, Miguel Bechara, Domingos Tavares, Mimo Franco etc., o efeito dominó dos pimentais espalhar-se por todo o baixo Tocantins, por conta dos migrantes que aprenderam a técnica do seu cultivar em solo tomeaçuense.

De acordo com a Brandão (2016), o Pará é responsável por 90% da produção brasileira de pimenta-do-reino, sendo o maior produtor nacional da especiaria, com quase 23 mil hectares de área plantada e produção de 34 mil toneladas, Baião, município pertencente à mesorregião do nordeste paraenses, fazendo fronteira com Mocajuba e Cametá, é o terceiro maior produtor estadual, de acordo com dados de março deste ano publicados no Relatório do Levantamento Sistemático da Produção Agrícola do Estado do Pará.

Conforme aponta Brandão (2016, p. 1):

Dos 144 municípios paraenses, 79 cultivam pimenta-do-reino, revela o mesmo relatório, indicando como maiores produtores Tomé-açu (3.300 hectares de total de área plantada), Igarapé-açu (1.450 ha), Baião (1.380 ha), Capitão Poço (1.360 ha), Acará (1.300 ha), Mocajuba (1.100 ha) e Garrafão do Norte (1.050 ha). Com rendimento médio atual ainda é de 2.174 quilogramas por hectare.

Martins, Landau e Silva (2020) evidenciam que os municípios com maior área destinada à colheita de pimenta-do-reino em 1990 foram: Mocajuba-PA, Santarém-PA, Tomé-Açu-PA, Igarapé-Açu-PA, Uruará-PA, Capitão Poço-PA, São Mateus-ES, Altamira-PA, Moju-PA, Cametá-PA (respectivamente, 3.949, 3.060, 2.625, 1.680, 1.600, 1.440, 1.350, 1.305, 1.280, 1.105 hectares); e em 2016 foram: Tomé-Açu-PA, São Mateus-ES, Jaguaré-ES, Baião-PA, Igarapé-Açu-PA, Vila Valério-ES, Capitão Poço-PA, Acará-PA, Mocajuba-PA, Concórdia do Pará-PA (respectivamente, 2.000, 1.850, 1.500, 1.320, 1.200, 1.000, 910, 900, 800, 700 hectares).

A diversidade de municípios que cultivam a pimenta-do-reino, especialmente os do Baixo Tocantins como: Cametá, Mocajuba, Baião, Limoeiro-do-Ajuru, etc., tiveram contribuição significativa da saga migratória. Importante ressaltar que apesar do destaque e presença significativa dos cametaenses, pessoas dos municípios vizinhos citados acima, também estiveram presentes e podem ter sido “camuflados” pela fama e boa reputação dos cametaenses (trabalhadores). Essa característica curiosa é apontada por Sacramento (2022, p. 86):

[...] como os cametaenses tinham a fama de ser pessoas gentis, obedientes e dedicadas ao trabalho, atribuições que acabavam por conquistar a preferência dos japoneses no ato da decisão empregatícia. Percebendo essa tal “preferência” os migrantes de outros municípios como: Mocajuba, Baião, Limoeiro do Ajuru e de Igarapé Miri, na busca pelo tão desejado trabalho, quando indagados pela interrogativa, por parte do empregador: De onde você é? A resposta saía de imediato, Cametá.

Essa manobra de “pertencimento” pode ter fortalecido o contingente dos “cametaenses” na terra dos pimentais.

Os dados demonstram que houve democratização do cultivo da pimenta-do-reino devido contato dos japoneses com pessoas de outros municípios do Pará e do Brasil, proporcionando desenvolvimento econômico, gerando emprego e mudando a vida de pequenos colonos, como por exemplo, dos cametaenses com a introdução de uma nova cultura, a da pimenta, somando-se às já existentes: mandioca, milho, arroz, cacau, cupuaçu etc.

À medida que a cultura da pimenta se estabelecia em áreas e municípios distantes de Tomé-Açu, uma parcela dos cametaenses que transitava intensamente entre os dois municípios (Cametá – Tomé-Açu) optou por permanecer em Cametá e cultivar algo próprio. Eles dedicaram suor e esforço à plantação em suas próprias propriedades. Entre os migrantes que tomaram essa decisão estavam figuras importantes e já citadas anteriormente nesse trabalho: o senhor Honorato Clarindo, os dois capatazes: Nélio, Nário e o barqueiro: senhor João Gonçalves.

Com o declínio dos pimentais japoneses, no final da década de 70, devido à *fusariose*, o fluxo de migrantes começou a diminuir. As “estradas líquidas” eram cada vez menos utilizadas pelos barqueiros. Foi nesse contexto que parte dos migrantes decidiu retornar definitivamente a Cametá, enquanto outros optaram por permanecer na terra da pimenta, desempenhando atividades para os japoneses, que já estavam dando os primeiros passos na introdução de novas culturas. Mudança que envolveria a criação de uma

plantação diversificada, posteriormente conhecida como Sistema Agroflorestal de Tomé-Açu (SAFTA). Consistindo na transferência de técnicas de cultivo sustentável para agricultores familiares de forma participativa. Através da consorciação de diversas culturas agrícolas, frutíferas e florestais, o SAFTA busca melhorar a qualidade de vida das comunidades. Essa inovação visa não apenas a sustentabilidade, mas também a inclusão e a comercialização de outros produtos (CAMTA, 2020).

Nélio nos contou que depois de uns anos morando em Tomé-açu e sendo contratado como capataz, pessoa de confiança dos japoneses, não quis permanecer na terra da pimenta. Ele diz que depois de uns anos perdeu o interesse em deslocar-se para Tomé-Açu.

[...] nessa estar para lá e para cá, quando a gente tem família, ela pesa nessa decisão, principalmente quando se tem filho. Levar filho era difícil por conta da viagem e da estadia. A estrutura física dos barracões em Tomé-açu era muito quente, devido telhado baixo. Deixar também era complicado, já que minha filha estava pequena e a comunicação era difícil, não tinha telefone. Se acontecesse algo comigo ou com eles eu iria saber depois de semana e viver nessa apreensão não queria para a minha vida. Por isso decidi não mais viajar, não mais trabalhar como capataz para os japoneses. Mas tudo o que eu aprendi, valeu. A disciplina, o cuidado e o capricho em manusear, plantar, os detalhes sutis e importantes da agricultura. Tudo isso eles passavam para nós cametaenses e nós também ensinávamos pra eles sobre o cultivo da mandioca que não conheciam, por exemplo. Era troca de experiência, conhecimento. [...] depois que voltei de lá, empinei meu pequeno pimental que me rendeu bons frutos e pude ajeitar minha casa.”

Após sua permanência em Cameté, Nélio tornou-se colono plantando pimenta-do-reino, cupuaçu, coco e açaí. A fala desse senhor permite-nos inferir que o conhecimento foi o maior lucro que alguns cametaenses tiveram, já que conseguiram ganhar dinheiro após serem donos de seus negócios, de seus pimentais e de outros cultivos.

Figura 31 - Nélio Moreira Rodrigues



Nário Tavares Rodrigues⁸², que também ocupou uma alta posição entre os migrantes cametaenses, atuando como capataz, tinha o poder discricionário para manter a ordem nos pimentais, contratar e demitir trabalhadores. Ele frequentemente dispensava aqueles que desrespeitavam a paz na fazenda ou não conseguiam se destacar nos serviços designados. Após uma década de migração, Nário tomou a decisão de não mais se deslocar, permanecendo em sua terra natal.

Com o dinheiro acumulado ao longo de anos de serviços prestados aos japoneses, Nário Tavares Rodrigues tomou várias iniciativas. Comprou um barco, adquiriu um terreno, teve seu pimental, roças de mandioca, plantação de arroz e milho. Quando atingiu uma idade significativa, montou sua pequena mercearia. A mercearia que vemos como pano de fundo da fonte imagética, figura 32, é a sua segunda. Além disso, Nário teve um bom pimental quando era jovem e forte. No entanto, devido à idade, decidiu afastar-se da agricultura, focando no ramo de mantimentos, artigos de construção e na venda de petróleo (gasolina, óleo diesel e lubrificantes). Ele informou que também aprendeu várias técnicas com os japoneses, incluindo o cultivo de hortaliças, o controle de pragas, a aplicação de agrotóxicos e a criação de canteiros com mudas de pimenta. Além disso, sua experiência no comércio foi valiosa, pois ele não apenas supervisionava as atividades nos pimentais, mas também auxiliava na venda e no controle de estoque da mercearia dos japoneses.

⁸² Nário Tavares Rodrigues, 69 anos, agricultor, morador de Merajuba, interior de Cametá. Trabalhou com os japoneses por 13 anos. Foi primeiro e depois levou a família completa. Atingiu o posto de capataz (espécie de administrador da fazenda do seu patrão). Entrevista concedida em 25 de outubro de 2021.

Figura 32 – Nário Tavares em sua pequena mercearia



Fonte: Nonato Lisboa (2024).

O rosto sério demonstrado na imagem (Figura 33), do senhor João Gonçalves Moreira, disfarça a pessoa gentil e brincalhona que é, além de divergir do alto poder de convencimento desse importante personagem chamado e conhecido nas redondezas como João Puito. Sua alta habilidade com as palavras fez com que ficasse trabalhando por vários anos convencendo pessoas a migrarem, negociando com os japoneses, realizando venda de produtos alimentícios (porco vivo, mapará salgado, camarão frito, açaí, farinha) e de bebida alcoólica (cachaça) adquirida quando o barco parava/encostava nos engenhos: Santo Antônio, São Benedito e Santa Ana, já pertencentes ao município de Lagaré Miri, a parada nesses engenhos era tida como obrigatória, já que uns goles da “maldita” servia para “esquentar” nas noites frias da madrugada, enquanto o barco contornava o rio acima com destino a Cametá. Segundo ele “Tudo que pudesse ser vendido e desse lucro, era levado para Tomé-Açu.” “Tudo era transformado em papel (dinheiro)”. Seu barco era um dos que mais transportava pessoas. Como sempre morou no interior de Cametá, além de ser bastante conhecido, sua propaganda gerava confiança e as pessoas ficavam tentadas a arriscar no trabalho pelo ao menos em uma safra.

Figura 33 – Migrante cametaense – O barqueiro, João Gonçalves Moreira



Fonte: Nonato Lisboa (2024).

De tanto subir e descer o rio, certa vez, em meio a tempestade, o barco a motor, João Anastácio, foi atingido por um raio, levando seu fiel companheiro pai a óbito. Nesse dia a viagem foi interrompida e o barco voltou a seu porto de origem por conta deste trágico fato. Após uma semana de tristeza, retornava com as atividades no rio que conhecia e conhece como a palma da mão. Ainda hoje, para não perder o costume de outrora, mantém no trapiche de sua casa o barco: Comandante Pedro, para viagens longas (cidade de Cametá e Vila do Carmo) e a rabetinha⁸³: Sorriso de Jesus, para deslocamentos curtos, casa dos vizinhos e igreja. Hoje, aposentado pelo INSS, leva uma vida feliz e simples no Furo São José, cuidando das plantações de açaí e da criação de porcos. Segue na companhia de uma filha e de um neto que cria como se fosse filho. Toda intensidade do amor que demonstrou pela criança, é algo que busca confortar e compensar os dias em que esteve distante de seu lar, deixando os filhos e a esposa para buscar sustento no leito dos dias quentes e das noites frias do rio Tocantins.

Para Diehl (2002, p. 116), a memória possui contextualidade e é possível ser atualizada historicamente. Ela possui maior consistência do que a lembrança, uma vez que é uma representação produzida pela e através da experiência. Essa visão destaca a importância da memória como um processo dinâmico e relacionado ao contexto vivido.

Da mesma forma, Thompson (1992, p. 255) enfatiza que “quanto mais se sabe, mais provável é que se obtenham informações históricas importantes de uma entrevista.” O

⁸³ Rabeta: pequeno motor de propulsão que, acoplado à traseira de pequenas embarcações ou barcos, é conduzido manualmente, com a ajuda de um bastão que determina as direções.

conhecimento prévio e a profundidade das perguntas podem revelar aspectos significativos da história.

3.2 Ainda migrante ou a possibilidade de ser colono

Abordar a trajetória dos que ficaram em Tomé-Açu é a proposta para finalizarmos a migração dos cametaenses. No caso, procuraremos analisar as motivações para permanecer, as expectativas com o trabalho, as formas de ocupação e as estratégias de assegurar a permanência. Assim, nos ocuparemos em perceber se estes permaneceram atuando nos pimentais dos japoneses ou conseguiram assegurar o acesso à terra e que estratégias utilizavam para se tornarem colonos.

Do quantitativo de migrantes cametaenses que vinham a Tomé-Açu e posteriormente retornavam a Cametá com seus lucros ou não, uma parcela significativa ficou. Ficaram porque vislumbraram melhores condições para morar e ascender economicamente, pois a decisão de permanecer depende de vários fatores, incluindo oportunidades de emprego, condições econômicas, estabilidade política e melhores condições de vida, buscando encontrar justificativa para o pertencimento ao novo local. Como nos lembra Foucault (1990, p. 20), “[...] é essencial reconhecer os acontecimentos da história. A história, com suas intensidades, desfalecimentos, futuros secretos, agitações febris e sínopes, é o próprio corpo do devir”.

Segundo Souza (2020), quando os migrantes adentraram ao Vale do Acará, não obtiveram acesso imediato à terra. Inicialmente, foram submetidos a intensos trabalhos nas fazendas de pimenta-do-reino dos japoneses. Essa experiência de trabalho árduo e a relação com a terra moldaram profundamente a história dessa região, marcando o encontro entre diferentes culturas e sujeitos, como relata Luiza dos Santos⁸⁴.

[...] fiquei em Tomé-Açu porque queria ter uma vida melhorzinha, uma casa melhor, dinheiro. Trabalhar, mas ter dinheiro, pegar no papel. Em Cametá trabalhávamos muito e no final do dia, da semana, nada. Tudo era trocado, do serviço, ao arroz, da farinha ao peixe que capturávamos. Quando conseguíamos vender, era por valor insignificante, quase dado, não tinha valor de mercado, porque o dinheiro pouco circulava. E como era só eu e meu marido, foi mais fácil ficar por aqui e arriscar. A saudade era enorme, a tristeza sempre batia e até hoje bate. A vontade de ver algum parente, ou alguma amiga fazia o peito apertar. Lembro que às vezes perdia o sono imaginando como seria nossa vida se tivéssemos voltado para nossa Cametá.

⁸⁴ Luiza dos Santos Pimentel, 81 anos, moradora de Ilha Grande, migrou por 6 (seis) safras para Tomé-Açu, 2 (duas) solteira e 4 (quatro) casada.

Quando contou sua história, mesmo passado um significativo tempo, pude perceber que seus olhos marejavam⁸⁵ saudade, materializando-se em gotículas de sentimentos e lágrimas. Narrou que ficou, porque o japonês prometeu disponibilizar uma pequena casa em sua propriedade, desde que ajudassem nos trabalhos agrícolas das plantações de pimenta, cupuaçu, maracujá, banana, roçagem etc. Contou-nos ainda que seu marido era querido pelo patrão que o ajudava com gorjetas adicionais.

Após o dia do “fico” passaram a trabalhar e juntar dinheiro até que conseguiram comprar, do próprio patrão, um terreno, onde mandaram construir uma casa em alvenaria. Mesmo com o imóvel continuaram prestando serviço ao japonês, que foi com o que se mantiveram nos anos iniciais em Tomé-Açu. Porém não deixavam de iniciar as plantações de pimenta, cupuaçu e cacau. Apesar de possuírem o imóvel, a pequena propriedade continuavam a vender sua força de trabalho nos inúmeros invernos e verões que vieram pela frente.

Para os cametaenses que ficavam não havia escolha em trabalhar somente na safra, como os migrantes temporários, já que precisavam manter-se através de alguma atividade laboral. Era o que sabiam fazer, trabalhar!

Os cametaenses saíam de um meio agrícola para outro, resguardados por uma zona de conforto, de algo que já praticavam, o trabalho com a terra. Apesar de não apresentarem estudos avançados, ou até mesmo serem analfabetos, fato triste que detectamos e foi verbalizado por alguns entrevistados, destacavam-se nas atividades rurais de roçagem, derrubada, destocagem, capina, plantio, colheita e assimilando rapidamente as técnicas de um cultivo até então desconhecido pela maioria, o da pimenta-do-reino.

Fiquei com minha família, porque queria que meus filhos estudassem. Como em Tomé-Açu estava circulando muito dinheiro, os japoneses investiam em hospitais, escolas, boas escolas. Era eu, a mulher e mais três filhos. A gente sempre quer o melhor para o nosso filho. Não queria que passassem, quando adultos, por tudo que eu passei. Os sacrifícios de trabalhos puxados maltratam a gente. A impotência em querer ter algo de bom, querer dar algo para meus filhos, como boas roupas, sapatos e não poder, é triste [...] muito triste. Foi por isso que fiquei. Graças a Deus ficamos, eles estudaram e hoje tem o emprego deles e vivem bem⁸⁶.

A fala do senhor José da Silva Barroso revela sua sensibilidade e importância que atribuía ao estudo de suas crianças. Ele tomou a decisão de se fixar e arriscar em uma

⁸⁵ Merejavam: ficaram úmidos, molhados por lágrimas.

⁸⁶ José da Silva Barroso, 83 anos, nascido em Vila de Carapajó, distrito de Cametá. Inicialmente migrou para trabalhar na safra da pimenta-do-reino, posteriormente ficou em definitivo no município de Tomé-Açu.

nova moradia, movido pela esperança de que seus filhos tivessem acesso contínuo à educação. José estava ciente que durante os anos de migração para trabalhar nas plantações de pimenta, as crianças muitas vezes não conseguiam avançar de série ou até mesmo paravam de frequentar a escola. Sua preocupação com o futuro educacional dos filhos foi um dos principais motivos que o impulsionaram a pôr fim à jornada migratória, na vida em trânsito.

Nesse deslocamento dos cametaenses, as crianças eram muito penalizadas no que diz respeito aos estudos, pois além da infeliz cultura que alguns pais comungavam do “saber ler e escrever já é o suficiente”, o período da safra da pimenta (junho ao final de outubro) “estrangulava” os dias letivos dos pequenos. A educação fatiada ou fragmentada era um convite para a evasão e estímulo ao desinteresse, levando ao entendimento como algo sem importância para a vida e a formação.

As crianças nas terras de pimentais eram tidas como força de trabalho, ajudando os pais nas atividades do apanhar da pimenta. Eram responsáveis por retirar os cachos das pimenteiras que ficavam “vizinhas⁸⁷” ao solo. Eram os pequenos “trabalhadores” que concentravam suas ações na chamada “saía da pimenteira” (parte inferior da pimenteira, que um adulto para poder fazer o cultivo deveria ficar na posição agachada). As brincadeiras, típicas da idade juvenil, tinham que aguardar o final de semana (domingo) ou a proximidade da noite, momento que cessavam às atividades nos pimentais. João Hermano Cantão⁸⁸, na época com 10 anos, lembra muito bem desse período:

[...] de manhã cedo, acordava atordoado, ainda com muita vontade de continuar dormindo. Mas tinha que acompanhar minha mãe. Ela era a chefe da nossa família. Éramos parceiros e tínhamos que continuar juntos. Nos desdobraávamos no trabalho com o pensamento de levar dinheiro para Cametá no final da safra. Eu era menino novo, 10 anos, mas sabia que tudo dependia de acordar cedo e trabalhar muito para que conseguíssemos lavar algo. Nossa roça tinha ido ao fundo, pela água que deu no mato, devido o inverno rigoroso no nosso município.

Com o intenso fluxo humano na colônia, ocorria interação social, contato entre pessoas de diferentes localidades do Pará e do Brasil. Nesta junção de pessoas com características diferentes, o coração de uma cametaense que atende pelo nome de Rosa Tavares Coutinho⁸⁹ foi “tocado” por um rapaz paraense de Tomé-Açu, os pretendentes

⁸⁷ Vizinhas: cachos de pimenta que ficavam na parte inferior da pimenteira, portanto, próximas ao solo.

⁸⁸ João Hermano Cantão, migrante cametaense, 56 anos, nascido em Merajuba/Cametá. Hoje, morador do Bairro da Terra Firme, Belém, migrou com sua mãe e mais 5 irmãos para a “terra de pimentais”.

⁸⁹ Rosa Tavares Coutinho, 69 anos, nascida em Merajuba, interior de Cametá, inicialmente trabalhava somente no período da safra com sua família, posteriormente tornou-se uma residente fixa, após casar-se

“comedores de mapará” e parceiros de migração, tiveram que retornar ao final da safra com uma tripulante a menos na embarcação. A troca de olhar, por entre as pimenteiras e em raros momentos do dia, como na chegada ao pimental ou no momento da pesagem das sacolas com pimentas, fez com que o coração dessa migrante ficasse frágil para o amor. E por conta desse laço amoroso, concretizado em uma junção chamada família, fez dela uma “ficante” e nova moradora do município de Tomé-Açu.

Figura 34 – Entrevistada Dona Rosa Tavares Coutinho



Fonte: Nonato Lisboa (2023)

Os motivos de permanecer em um local são inúmeras, justificadas nas razões de cada indivíduo. Por mais que as teorias sobre migração tentem explicar, elas sempre atuam de forma genérica em algo que é próprio de cada um, de cada pessoa. Não existe certo, nem errado, tudo é uma questão de ponto de vista e de como cada sujeito vive e sente esse processo complexo e diverso chamado de migração.

Durante os vários anos que serviu como mão de obra aos japoneses, Dona Rosa, apesar de ser hábil com as mãos para retirar os cachos das pimenteiras, característica que

com um tomeaçense. Entrevista concedida em 13 de janeiro de 2023.

lhe redeu o apelido de “tesourinha”, mesmo com ajuda do marido nas atividades, não conseguiu juntar boa quantia para comprar moradia própria. Do pouco que ganhavam, tudo era convertido em gêneros para alimentação e vestimenta básica. Veio adquirir seu imóvel, na cidade de Tomé-Açu, bairro de Castanhal, após aposentadoria por idade, como segurada especial na qualidade de trabalhadora rural (lavradora).

Apesar de abordarmos mais intensamente as atividades nos pimentais, é importante frisar que os cametaenses atuavam e vendiam seu “suor”⁹⁰ em amplas frentes de trabalho, como é o caso de Dona Luiza dos Santos⁹¹, migrante cametaense, da localidade de Ilha Grande, região das várzeas⁹² do município de Cametá. Nos informou que começou desempenhando, em Tomé-Açu, atividades nos pimentais, apanhando pimenta, depois foi ama (babá) da filha de Onuma. Morou por longos anos com o patrão, até conseguir seu pequeno imóvel em Vila Forquilha, local em que vivem uma significativa parcela de cametaenses, desdobramento da migração, com intensas atividades ligadas ao meio agrícola. Quando o motivo do seu contrato de trabalho cresceu, ou seja, ficou adulta, entendida e não precisou mais de cuidado exclusivo, Luiza tornou-se a empregada doméstica da casa. Os laços de amizade com os patrões lhes renderam inúmeros anos compartilhando do mesmo teto, 10 anos. Posteriormente conheceu seu atual marido, João do Carmo, mudou-se com ele para residência própria até que chegou a fase de se aposentar por idade. Mora, hoje, na área urbana do município de Tomé-Açu.

Armando da Silva Pereira, 91 anos, cansado de retornar a Cametá e começar praticamente do zero, pois as atividades agrícolas que deixaram para traz, dos meses de permanência na terra da pimenta, fazia com que perdesse uma boa parte da colheita. Depois de três anos praticando a dita migração temporária, decide por ir e ficar na terra que vislumbrava melhores oportunidades, Tomé-Açu. Trabalhou nas atividades típicas do verão (apanhar pimenta) e dos pesados trabalhos do inverno. Pois, para àqueles que ficavam não havia opção de escolher qual tipo de atividade desempenhar, já que continuavam morando nos barracões das fazendas dos japoneses e estes precisavam dar continuidade aos trabalhos de inverno, como ampliar os pimentais ou mesmo fazer a poda ou realizar capina nos vãos das pimenteiras.

⁹⁰ Suor: trabalho

⁹¹ Luiza dos Santos, 80 anos, ex-moradora da Ilha Grande, interior do município de Cametá. Desempenhava atividades nos pimentais (período em que migrava por safras a Tome-Açu). Posteriormente fixou residência na terra da pimenta desempenhando o trabalho de ama (babá) da filha do japonês Onuma.

⁹² Várzea: área situada próxima ao leito do rio e que sofre a invasão da maré, ficando inundada no período das cheias.

No começo, sem capital para aquisição de terras ou casas, os cametaenses além de dividir o abrigo com outros trabalhadores e trabalhadoras, sujeitavam-se também às difíceis e penosas atividades como a derrubada da floresta. O pagamento pela execução dessas atividades era o que garantia sobrevivência e permanência. Essa luta pela sobrevivência e a busca por melhores condições de vida moldaram a história desses migrantes, que enfrentaram desafios e se apoiaram mutuamente nessa jornada. A fala do senhor Armando Silva⁹³ ratifica essa dificuldade inicial para se manter em um local diverso ao de origem:

O ficar não era sopa não, porque quem ficava precisava de local para ficar e trabalho para se manter, disso não fugia, era a lógica, porque ninguém ia dar casa e comida de graça. Nossa saída era ficar no alojamento que os japoneses disponibilizavam. Também não era hotel, só ficava no barracão de determinada fazenda quem trabalhasse para o dono dela. A dura jornada de trabalho e o regramento imposto pelos japoneses controlava as ações sociais da gama de diferentes trabalhadores nos alojamentos. Os barracões eram separados. Solteiros de um lado e casados do outro, tudo para evitar desavenças ou falta de respeito com as mulheres casadas. Fiquei nessa vida de morar no que era dos outros por 5 anos, depois disso, pedi minha conta e com as economias que tinha da venda do meu pedaço de chão em Cametá, comprei um barraquinho na cidade de Tomé-Açu e me tornei um ambulante e hoje dono de pequena mercearia.

O desdobramento de um processo migratório ganha contornos dos mais diversificados possíveis e que surpreendem. Seu produto é capaz de produzir histórias de dificuldades, alegrias, sofrimentos, resiliência e também de muita superação. A história do cametaense, Raimundo Moreira, o famoso Dico da Bragantina, proprietário de inúmeros lotes de terras em Tomé-Açu, dono de lotéricas na Vila Forquilha e um dos cooperados, hoje, da Cooperativa Agrícola Mista de Tomé-Açu – CAMTA. Os laços desse senhor com Tomé-Açu começa cedo, ainda criança, mais especificamente aos 2 (dois) anos de idade, oriundo de um trágico fato, pois devido sua mãe apresentar complicações de saúde, acabará por falecer. Após o triste fato, passa a morar com seu tio Bereca, apesar da pouca idade, foi na condição de migrante conduzido por seu tio para a terra de pimentais, permanecendo por vários anos nesse ida e vinda (Tomé-Açu – Cametá).

Ao completar sua 12^o (décima segunda) primavera, Dico deixa a companhia de seu pai de criação e passa a trabalhar e a morar com o japonês Bastiã. Aos 20 anos, já na maior de idade, casa-se e recebe do patrão japonês 1 lote (área que mede 200 metros de frente

⁹³ Armando Silva Cruz, 89 anos, nascido em Japuá, interior de Cametá, migrou solteiro para Tomé-Açu. Retornou a Cametá por 3 anos, no quarto ano, decidiu ficar em Tomé-Açu e continuar a trabalhar para os japoneses, até que decidiu trabalhar em negócio próprio.

por 1.000 de fundo). Como proprietário dessa área significativa, inicia o seu cultivar e paralelo a atividade em sua propriedade, continuava prestando serviço ao antigo patrão nipônico. Com sua agricultura prosperando, continuou comprando lotes e ampliando suas áreas cultiváveis e conseqüentemente seus lucros, culminando com a adesão como cooperado da CAMTA, além de possuir lotéricas. Segundo o presidente da CAMTA, Senhor Oppata, umas das exigências para o agricultor tornar-se cooperado é ter uma produção de no mínimo 3.000 (três mil) kg de cacau seco.

Nas conversas com migrantes que ficaram em Tomé-Açu, ou mesmo com os que retornaram para Cametá, percebemos nas falas que os japoneses ofereciam como moeda de troca pela força de trabalho a possibilidade de receberem um lote de terras. O capataz Nélio foi desses migrantes que ficou “tentado”⁹⁴ a ficar definitivo:

[...] tive oportunidade de ficar em Tomé-Açu, me tornar um pequeno colono e proprietário de terra. O meu patrão fez duas vezes a proposta para mim: “fica aqui trabalhando comigo por 10 anos, depois desse período te repasso um lote para você tocar a vida.”, fiquei por uns dias pensativos, mas a saudade de Cametá e da família falou mais alto. Quem sabe essa conversa que estamos tendo agora era pra ter acontecido em lá em Tomé-Açu [risos].

De acordo com Silva (2019), a partir da década de 1950, os cametaenses passaram a vir em maior número em barcos que chegavam “lotados” no trapiche. Desses, muitos acabaram ficando em Tomé-Açu, trabalhando anos para os japoneses e depois passaram a trabalhar por conta própria na agricultura ou até mesmo montando seus próprios negócios como mercearias, lojas de roupas etc. Porém, foram poucos os trabalhadores cametaenses que conseguiram ter sucesso em seus próprios negócios, isto porque as plantações de pimenta e de outros produtos agrícolas eram propriedades dos japoneses, que se mantinham na condição de patrões, rigorosos na disciplina para com esses trabalhadores que eram tratados somente como empregados, fonte de mão de obra e com pouca escolaridade.

O livro do professor Antônio da Silva e Silva (2019) “A História do Município de Tomé-Açu”, lista a presença de inúmeros cametaenses que se destacaram em Tomé-Açu, segundo ele, as pessoas que fixaram moradia apresentavam as mais ímpares características de trabalhos desenvolvidos na colônia: carpinteiros, alfaiates, marreteiros, dono de hotel, como é o caso do senhor Joaquim Gonzaga Coelho. Este, quando chegou

⁹⁴ Tentado: seduzido, atraído.

a Tomé-Açu trabalhou para o japonês Sugano, depois começou a desempenhar atividades, já por conta própria, no ramo do comércio, no vilarejo das Quatro Bocas, hoje é proprietário do Hotel Santa Helena.

Figura 35 - Joaquim Gonzaga Coelho



Fonte: Silva (2019)

Merece destaque também o cametaense, Benedito Waterloo Barra Veloso, pois veio de Cametá em 1954, após vários anos residindo em Tomé-Açu, candidata-se para concorrer ao cargo de vereador, sendo eleito em 1992 para o mandato de 1993 a 1996.

Figura 36 – Benedito Waterloo Barra Veloso



Fonte: Silva (2019)

Evidenciamos as reflexões de Silva (2019) para enfatizar que as oportunidades de trabalho na terra da pimenta não se restringiam exclusivamente aos pimentais. Existiam outros postos e atividades trabalhistas para além do meio rural. O município estava em plena expansão de desenvolvimento, o fluxo de pessoas era expressivo, tanto o meio agrícola, quanto o urbano era aquecido por novas oportunidades de emprego. Os migrantes que fixaram residência, em meio a essa conjuntura de oportunidades, buscavam seus espaços para melhorar de vida.

Portanto, o contexto dos sujeitos apresentados nesta dissertação, cada fragmento de experiência e vivência foi permeado por estratégias e mecanismos de resistência. Esses indivíduos enfrentaram renúncias, hesitações, ruínas e, ao mesmo tempo, alcançaram êxitos singulares ou não em suas jornadas migratórias. Essas trajetórias complexas e multifacetadas são parte integrante do tecido histórico. Cada momento narrado, experimentado e vivido contribuiu para a materialização e tessitura dessa narrativa, que aborda a migração de cametaenses e está em constante mutação até os dias atuais.

Tem gente que chega pra ficar, tem gente que vai pra nunca mais, tem gente que vem e quer voltar, tem gente que vai e quer ficar, tem gente que veio só olhar, tem gente a sorrir e a chorar, e assim, chegar e partir... (Maria Rita)

CONCLUSÃO

Esse trabalho rememora, em partes, minha história de vida e da minha família: avós, pais, tios e conhecidos que participaram dessa dinâmica migratória para Tomé-Açu em busca de melhores condições de vida, do dinheiro, do empregar-se nas grandes fazendas de pimentais. Oferecemos à comunidade acadêmica o resultado de uma pesquisa calçada em memórias, fatos, fontes documentais e imagéticas que nos ajudaram a arquitetar, através de uma linguagem simples e permeada de expressões típicas dessa população do Baixo Tocantins, a fim de atribuir significado da história escrita com a vivida, culminando no resgate desse fenômeno migratória com as seguintes considerações:

Nossa dissertação apresenta elementos explicativos com o objetivo de descrever a trajetória dos migrantes cametaenses, décadas de 1950 a 1970, para a Colônia do Vale do Acará, posteriormente, Tomé-Açu, após ato emancipatório em 02 de setembro de 1959. Os cametaenses deslocaram-se para Tomé-Açu com objetivos de conseguirem trabalho remunerado, diante das dificuldades econômicas enfrentadas em Cametá, pois neste município predominava uma economia altamente extrativista, sendo bastante recorrente a troca de um produto por outro (escambo). Do pouco que cultivavam: arroz, milho, mandioca, cacau etc., ou coletavam da floresta. A venda desses produtos mal dava para aquisição de itens necessários à sobrevivência.

A informação sobre a abundante oferta de trabalho era difundida pelos barqueiros, que agiam como responsáveis de fazer a propaganda e também de recrutar famílias para os donos das grandes extensões de pimentais, os japoneses (patrões). Os barqueiros desempenharam papel crucial nesse processo, haja vista que na época não existia estradas de terra firme que ligasse Cametá a Tomé-Açu, e, portanto, o deslocamento dos cametaenses solteiros e com famílias ocorriam por via fluvial, com o tempo médio de 2 a três dias, contornando as curvas do rio Tocantins até o rio Acará Mirim.

As lotadas e apertadas embarcações proporcionavam viagens desconfortáveis. As inúmeras paradas em diversos portos de casas, vilas e engenhos deixavam a viagem demorada, mas eram necessárias para embarque de migrantes e abastecimento de gêneros alimentícios, pois em alguns traslados os barqueiros não ofereciam alimentação. Muitas famílias desprovidas de recurso levavam sua

alimentação pronta: peixe frito, charque assado, camarão frito, ovo cozido, sardinha e conserva para alimentação na viagem.

As viagens eram mais recorrentes no período do verão, por conta da safra de pimenta-do-reino (junho a final de outubro), porém o fluxo migratório não era exclusivo do verão, já que no inverno também eram ofertados inúmeros postos de trabalho, contudo, a natureza do trabalho tinha um grau de dificuldade bem mais intenso (roçagem, derrubada da mata, queimada, feitura de estacas para uso na plantação de novos pimentais, cava, destoca etc.) trabalhos pesadíssimos. A própria dureza desses serviços encarregava-se de selecionar os corajosos trabalhadores.

Muitos migrantes já saíam de Cameté com local e patrão definidos pelos barqueiros, quando estes últimos não intermediavam a contratação, os migrantes casados e solteiros tentariam a sorte na chegada em Tomé-Açu. Como as ofertas de trabalho eram inúmeras, não obtivemos relatos de alguém que retornou por falta de trabalho. Constatamos ainda que o trabalho desempenhado pelos cametaenses não se limitava a colheita da pimenta, pois, na verdade, realizavam todo tipo de atividade agrícola, desde que remunerados e mandados pelo patrão (japonês). Além das principais atividades de inverno, é importante salientar que muitos trabalhavam no plantio e colheita do cacau, do arroz, milho, maracujá, das hortaliças, frutas e até cuidando das granjas e criações de porcos dos nipônicos. A grande verdade era que a força do trabalho dessa população do Baixo Tocantins, em sua grande parte, ajudava ao funcionamento e desenvolvimento econômico da colônia de Tomé-Açu.

A força de trabalho cametaense (perfil) era composta por homens (solteiros e casados) mulheres (solteiras e casadas) e por crianças e adolescentes. O deslocamento dessa população era mais comum no período do verão para trabalhar na safra da pimenta (colheita). Todos os trabalhadores davam seu “suor” nas atividades diárias, pois o pagamento/remuneração era feito por produção (kg tirado/apanhado das pimenteiras). Assim, com o objetivo de lucrar mais, somente as crianças de colo eram dispensadas das atividades pelo genitor. Nos trabalhos de inverno, devido sua natureza apresentar maior complexidade, deste modo, exigindo muita força física verificou-se maior tendência em sua execução pelos homens solteiros.

Nessas idas e vindas, característica da migração bate-volta (temporária) muitos cametaenses ficaram acreditando em dias melhores. Inicialmente

continuaram trabalhando para os japoneses e posteriormente conseguiram tornar-se pequenos colonos ou mesmo moradores da cidade de Tomé-Açu.

Aos que retornaram para Cametá com o pouco dinheiro dos inúmeros dias de trabalho, comprar imóveis como terrenos, por exemplo e bens de consumo básicos (canoas, vestimenta, utensílios domésticos etc.) e a contratar serviço de mão de obra para feitura de roças. Em poucos dias ou meses acabava. A tal mudança de vida era imaginária! E por conta dessa falsa e ilusória promessa de “mudança de vida” muitos cametaenses preferiram não migrar, pois percebiam que os “aventureiros” rapidamente ficavam em situação pior que antes de ir: sem roça, sem plantação de arroz, milho, melancia, cacau. Como as plantações ficavam sem cuidado, não prosperavam. O entrevistado Apolinário, um dos que não migraram, nos contou o motivo de não ter sido seduzido pelo euforia migratória: “desses que migravam, eu já sabia que em poucos dias depois do retorno estaria na beira do meu jirau pedindo farinha ou um paneiro com mandioca.” O saldo acabava rápido com a aquisição de itens básicos com mantimentos e alimentação. No entanto, identificamos algo tido por muitos migrantes como mais importante que o dinheiro: o conhecimento! conhecimento de técnicas de plantios e de manuseio com a agricultura, resultado das relações sociais na colônia com os japoneses e demais pessoas de outros municípios e estados brasileiros.

Assim, cabe-nos dizer, segundo Lima (2016), que os cametaenses fizeram e continuam a fazer parte da história de Tomé-Açu. Muitos deles estão presentes na realidade histórica e cultural da região, mantendo relações de trabalho com os japoneses ou tocando seus próprios negócios. Portanto, essa população ajudou a construir esse município com seus conhecimentos e força de trabalho.

Por fim, a sociedade tomeaçuense, tal como é concebida hoje, foi construída a partir do traslado, suor e luta de diversos grupos sociais, em especial os cametaenses, que ao longo do tempo chegaram e alocaram-se nessas terras. Desta forma, seria difícil estabelecer a gênese do povo tomeaçuense, visto que esse é resultado do intenso fluxo de populações que se deslocavam para a região do Vale do Acará e constituíram esse município paraense. Portanto, considerar o migrante cametaense enquanto sujeito histórico desse processo é valorizá-lo e permitir que suas memórias sejam arquivadas em outras mentes, deixando de ser lembranças,

tornando-se documento (Ricouer, 2007, p. 189) de modo que materializar essa história é propagar conhecimento.

Com esta pesquisa, acreditamos ter contribuído para a historiografia da Amazônia, inspirando futuras investigações e despertando o interesse no desenvolvimento de novos estudos relacionados à migração interna, questões de gêneros nas atividades laborais rurais, relações trabalhistas e questões ambientais, como o desmatamento.

FONTES ORAIS

Adir Rodrigues Pompeu, 71 anos, agricultor, residente em Merajuba, interior de Cametá. Migrou para trabalhar em 4 safras apanhando pimenta-do-reino. Entrevista concedida em 29 de outubro de 2021.

Amilca de Sousa, 67 anos, nascido em Beira da Varzea. Trabalhou para os japoneses por 6 anos. Entrevista concedida em 12 de janeiro de 2023.

Ana Clara da Silva Penha: moradora da Ilha Moiraba, interior de Cametá, 86 anos, migrou por 4 anos intercalados com o Marido Agenor e três filhos (Ana, Beatriz e Márcio).

Antônio Arnaud Lisboa, 78 anos, nascido em Japuá e residente na cidade de Cametá. Migrou solteiro por 4 safras, trabalhando apenas na colheita da pimenta-do-reino. Entrevista concedida em 21 de maio de 2022.

Benedito Cantão Filgueira, 77 anos, agricultor, nascido e residente em Merajuba, interior de Cametá. Migrou por 3 safras intercaladas para Tomé-Açu. Entrevista concedida em 27 de outubro de 2021.

Benedito Tavares Rodrigues, 82 anos, agricultor, nascido em Merajuba interior de Cametá, migrou por 5 safras. A primeira vez que foi solteiro, voltou somente com C\$ 50,00 cruzeiros e entrevista concedida em 28 de outubro de 2021.

Carmem tavares Cantão, 67 anos, nascida e residente em merajuba, interior do município de Cametá. Migrou com a família quando tinha 15 anos. Entrevista concedida em 13 de janeiro de 2023.

Claudionei Barroso Rodrigues, 74 anos, nascido em Vila de Juaba, distrito de Cametá. Migrou por 4 safras intercaladas. Entrevista concedida em 20 de maio de 2022.

Francinei do Carmo Ribeiro Moraes, 69 anos, agricultor, nascido em Medaruçu, interior de Cametá. Migrou por 6 safras intercaladas. Entrevista concedida em 26 de outubro de 2021.

Graça da Silva Pinto, 73 anos, moradora da Vila de Areião, migrou por 3 safras intercaladas solteira. Entrevista concedida em 2022.

Hajime Yamada, imigrante japonês, que chegou à região com a primeira leva, em 1929, aos 2 anos de idade. Quando adulto, foi dono da fazenda Yamada, recebendo inúmeros migrantes cametaense em sua propriedade. Entrevista concedida em 19 de julho de 2021.

Honorato Clarindo de São Pedro, 74 anos, agricultor, nascido em Merajuba, interior de Cametá. Trabalhou durante 6 anos em Tomé-Açu. Em seu primeiro ano como migrante era parceiro de Nário. Entrevista concedida em 19 de julho de 2021.

João Arnaud Lisboa, 74 anos, agricultor, residente em Vila do Carmo, distrito da

cidade de Cametá. Trabalhou durante 6 anos em Tome-Açu apanhando pimenta-do-reino e nas atividades de roçagem e derrubada de áreas voltadas a plantação/ampliação dos pimentais. Entrevista concedida em 07 de julho de 2022. Entrevista concedida em 07 de julho de 2022.

João Gonçalves Moreira, 76 anos, barqueiro, morador da Costa do Tamanduá, Furo São José, interior do município de Cametá. Trabalhou durante 15 anos transportando migrantes cametaenses para Tomé-Açu. Entrevista concedida em 26 de outubro de 2021.

José da Silva Barroso, 83 anos, nascido em Vila de Carapajó, distrito de Cametá. Inicialmente migrava para trabalhar na safra da pimenta-do-reino, posteriormente ficou em definitivo no município de Tomé-Açu.

Kenzo Ito, 76 anos. Nascido e residente no município de Tomé-Açu. Dono de vastas plantações de pimentais. Recebeu inumeros migrantes cametaenses para desempenharem atividades agrícolas em sua propriedade. Entrevista concedida em 30 de abril de 2022.

Luiza dos Santos, 80 anos, ex-moradora da Ilha Grande, interior do município de Cametá. Desempenhava atividades nos pimentais (período em que migrava por safras a Tome-Açu). Posteriormente fixou residência na terra da pimenta desempenhando o trabalho de ama (babá) da filha do japonês Onuma.

Maria Almeida Arnaud, 93 anos, agricultora, moradora de Japuá, interior de Cametá. Migrou por 5 safras com o marido e mais 7 filhos. Entrevista concedida em 26 de outubro de 2021.

Maria Amélia Lisboa, agricultora, 70 anos, nascida em Japuá, interior de Cametá. Migrou com sua família em 5 safras de pimenta-do-reino. Entrevista realizada em 19 de julho de 2021.

Maria Darci Lopes Bechara, 83 anos, professora, nascida em Merajuba, município de Cametá. Não migrou para Tomé-Açu.

Maria das Dores Cantão Costeira, 90 anos, agricultora, viúva, residente em Merajuba (Cametá). Entrevista concedida em 27 de outubro de 2021. Migrou com suas 5 crianças para Tomé-Açu, porque sua roça foi ao fundo.

Maria Raimunda Milores Gonçalves. Residente em Vila de Juaba, distrito luisada cidade de Cametá. Migrou com o marido por 3 safras intercaladas. Entrevista concedida em 20 de maio de 2022.

Mitinori Konagano, 73 anos, nascido e residente no município de Tomé – Açu, dono da Fazenda Konagano. Entrevista concedida em 01 de maio de 2022.

Moacir Aragão, 74 anos, nascido em Vila de Juaba, distrito de Cametá. Migrou solteiro por 5 safras. Entrevista concedida em 21 de maio de 2022.

Nário Tavares Rodrigues, 69 anos, agricultor, morador de Merajuba, interior de Cametá. Trabalhou com os japoneses por 13 anos. Foi primeiro e depois levou a família completa. Atingiu o posto de capataz (espécie de administrador da fazenda do seu patrão). Entrevista concedida em 25 de outubro de 2021.

Nei Marçal Almeida, 75 anos, nascido na Ilha de Moirada, município de Cametá. Migrou por 2 vezes para Tomé-Açu de maneira intercaladas.

Nélio Moreira Rodrigues, 67 anos, agricultor, morador Merajuba, interior de Cametá. Trabalhou para os japoneses por 10 anos. Atingiu o posto de capataz (espécie de administrador da fazenda). Entrevista concedida em 25 de outubro de 2021.

Olímpio Guimareas Pinto, 74 anos, nascido em Vila de Juaba, distrito de Cametá. Entrevista concedida em 20 de maio de 2022.

Raimundo Caldas, 88 anos, nascido em Jurubaruba. Trabalhou como migrante por 9 anos para os japoneses. Chegou a tomé – Açu após 7 dias descendo o tocantins em canoa movido a remo. Veio ele com mais 7 amigos.

Raimundo Rodrigues dos Santos, 79 anos, nascido em Vila Moiraba, distrito de Cametá. Entrevista concedida em 8 de julho de 2022.

Rosa Tavares Coutinho, 69 anos, nascida em Merajuba, interior de Cametá e residente em Tomé-Açu. Migrou com a família, namorando, casando e permanecendo no local de migração, Tomé-Açu. Entrevista concedida em 13 de janeiro de 2023.

Sebastião Lopes Pereira, 72 anos, agricultor, nascido em Tamanduazinho (Cametá). Entrevista concedida em 26 de outubro de 2021.

Zenichi Kikuchi, 87 anos. Nascido e residente no município de Tomé – Açu. Dona da Fazenda Kikuchi. Chegou a receber 135 trabalhadores em sua fazenda. Entrevista concedida em 30 de abril de 2022.

REFERÊNCIAS

- AIHARA, Maria do Socorro Michiko. **Paisagens nipo-brasileiras na cidade de Tomé-Açu – PA**: Estudo antropológico das memórias da família Onuma. Dissertação (Mestrado em Ciências Sociais – Antropologia) - Universidade Federal do Pará. Belém, 2008.
- ALBERTI, Verena. **História oral**: a experiência do CPDOC. Rio de Janeiro: Fundação Getúlio Vargas, 1990.
- ALBERTI, Verena. **Manual de história oral**. 3. ed. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2005.
- ALBERTI, Verena. **Ouvir Contar**: textos em história oral. Rio de Janeiro: Ed. FGV, 2004.
- ARCELLOS, M. M.; COSTA, W. S. **População**. In: FIBGE. Geografia do Brasil – Região Norte. Rio de Janeiro, 1991.
- ASSOCIAÇÃO PAN-AMAZÔNIA NIPO-BRASILEIRA. **70 anos da imigração japonesa na Amazônia**: (baseado no livro comemorativo aos 60 anos da imigração japonesa na Amazônia, editado em setembro de 1994). Belém: Associação Pan-Amazônia Nipo-Brasileira, 2004.
- AZEVEDO, Salvo de Almeida. **Imigração e colonização no Estado de São Paulo**. [s.l.: s.n.]. In: CONGRESSO NACIONAL DE GEOGRAFIA, 9., 1990, Florianópolis. **Anais** [...]. Florianópolis, 1990.
- BACHA, Carlos José Caetano; PRASTES, Rodolfo Coelho. Os processos de desenvolvimento e desmatamento da Amazônia. **Economia e Sociedade**, Campinas-SP, v. 20, n. 3, p. 601-636, dez. 2011.
- BAENINGER, R. Migrações contemporâneas no Brasil: desafios para as políticas sociais. In: PRADO, E. J. P.; COELHO, R. (org.). **Migrações e trabalho**. Brasília, DF: Ministério Público do Trabalho, 2015.
- BAENINGER, Rosana *et al* (org.). **Migrações Sul-Sul**. 2. ed. Campinas, SP: Núcleo de Estudos de População “Elza Berquó” – Nepo/Unicamp, 2018.
- BECKER, Berta. **Modelos e cenários para a Amazônia**: o papel da ciência - Revisão das políticas de ocupação da Amazônia: é possível identificar modelos para projetar cenários? p. 135-159. *Parcerias Estratégicas*, n.12, set. 2001.
- BEOZZO, José Oscar. **Brasil; 500 anos de migrações**. São Paulo: Ed. Paulinas: Centro de Estudos Migratórios, 1992. (Coleção conscientizar).
- BHABHA, Homi K. **O Local da Cultura**. Belo Horizonte: Ed. UFMG, 1998.

BLOCH, Marc. **A terra e seus homens**: Agricultura e vida rural nos séculos XVII e XVIII. São Paulo: EDUSC, 2001.

BOSI, Ecléa. **Memória e Sociedade**: lembranças de velhos. São Paulo: Companhia das Letras, 1994.

BOTELHO, Carlos. **Breve notícia sobre a Hospedaria de Paulo Imigrantes do Estado de São**. São Paulo: Typographia Augusto Siqueira, 1908.

BOURDIEU, Pierre. Compreender. *In*: BOURDIEU, Pierre (org.). **A Miséria do Mundo**. Petrópolis. RJ: Vozes, 2012.

BRASIL, M. C. **Os fluxos migratórios na Região Norte nas décadas de 70 e 80**: uma análise exploratória. Cadernos de Estudos Sociais, Recife, v. 13, n. 1, jan./jul. 1997.

BRANDÃO, Izabel Drulla. **Transferência de tecnologia de pimenta-do-reino no campo em Baião**. Brasília, DF: Embrapa, 2016. Disponível em: <https://www.embrapa.br/busca-de-noticias/-/noticia/15681206/transferecia-de-tecnologia-de-pimenta-do-reino-no-campo-em-baiao>. Acesso em: 30 jun. 2022.

BRITO, Fausto. **As migrações internas no Brasil**: um ensaio sobre os desafios teóricos recentes. UFMG/Cedeplar, Belo Horizonte, set. 2009. Disponível em: https://www.researchgate.net/publication/46465105_As_migracoes_internas_no_Brasil_um_ensaio_sobre_os_desafios_teoricos_recentes. Acesso em: 20 ago. 2022.

CAMTA. **Desenvolvimento histórico da colônia Tomé-Açu**. Belém: CAMTA, 2003.

CANCELA, Cristina Donza. Imigração portuguesa, casamento e riqueza em Belém (1870-1920). *In*: SOUSA, Fernando de; MARTINS, Ismênia; MATOS, Maria Izilda. **Nas duas margens**: os portugueses no Brasil, Porto, Portugal: Afrontamento, 2009.

CANCELA, Cristina Donza; BARROSO, Daniel Souza. Imigração portuguesa e casamento: um olhar a partir do gênero, da geração e da atividade (Belém, 1908-1920). *In*: SARGES, Maria de Nazaré *et al.* **Entre Mares**: o Brasil dos portugueses. Belém: Pakatatu, 2010.

CANCELA, Cristina Donza; COSME, João Santos Ramalho. **Entre fluxos, fontes e trajetórias**: Imigração portuguesa para uma capital da Amazônia (1850-1920) – estudos Ibero-Americanos, Porto Alegre, v. 42, n. 1, p. 232-254, jan./ abr. 2016.

CARDOSO, Ruth. **Estrutura Familiar e Mobilidade Social**: estudo dos japoneses no estado de São Paulo. São Paulo: Primus Comunicação, 1995.

CARNIER JÚNIOR, Plínio. **A imigração para São Paulo**: a viagem, o trabalho, as contribuições. 2. ed. São Paulo: FTD, 2000.

COMISSÃO EDITORIAL DA REVISTA COMEMORATIVA DO 20º ANIVERSÁRIO DA CÂMARA DO COMÉRCIO E INDÚSTRIA NIPO-BRASILEIRA DO PARÁ. **Livro de 20 anos da Câmara de comércio e indústria Nipo-Brasileira do Pará.** Belém: Câmara de comércio e indústria Nipo-brasileira do Pará, 2006.

CONHECENDO Cametá: um panorama do município de Cametá na virada do milênio. Cametá, 1998. Datilografado.

COSME, João dos Santos Ramalho. **A emigração portuguesa para o Brasil na segunda metade do século XVIII.** Lisboa: Universidade de Lisboa, 2007.

CUNHA, Júlia Maria de Jesus Informativo. As interações sociais no contexto escolar: um olhar psicopedagógico. **Revista Eletrônica Acadêmica Interinstitucional**, v. 8, n. 19, dez., 2015.

CYMBALISTA, Renato; XAVIER, Iara Rolnik. A comunidade boliviana em São Paulo: definindo padrões de territorialidade. **Cadernos Metrópole**, n. 17, p. 119-133, 1. sem. 1997.

DELGADO, Lucília. História Oral e narrativa: tempo, memória e identidades. **História Oral**, v. 6, 2003, p. 9-25.

DIEGUES JUNIOR, Manuel. **Imigração, urbanização e industrialização**: estudo sobre alguns aspectos da contribuição cultural do imigrante no Brasil. Rio de Janeiro: Instituto Nacional de Estudos Pedagógicos, [1964].

ELLIS, Alfredo. **Populações paulistas.** São Paulo: Editora Nacional 1934. (Brasiliana, 27).

EMMI, Marília Ferreira. **Um século de imigrações internacionais na Amazônia brasileira (1850-1950).** Belém: NAEA, 2013.

EMMI, Marília Ferreira. A Amazônia como destino das migrações internacionais do final do século XIX ao início do XX: O caso dos Portugueses. *In*: ENCONTRO NACIONAL DE ESTUDOS POPULACIONAIS, 17, 2010, Caxambú, Minas Gerais. **Anais [...].** Caxambú, Minas Gerais: ABEP, 2010.

FAZITO, D. A análise de redes sociais (ARS) e a migração: mito e realidade. *In*: Anais... XIII ENCONTRO DA ASSOCIAÇÃO BRASILEIRA DE ESTUDOS POPULACIONAIS, 13, 2002, Ouro Preto, Minas Gerais. **Anais [...].** Ouro Preto, Minas Gerais, 2002.

FAZITO, Dimitri. Análise de redes sociais e migração: dois aspectos fundamentais do "retorno". **Revista Brasileira de Ciências Sociais**, v. 25, n. 72, p. 89-100, 2010. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/rbcsoc/a/ZP8vtR8Dp6gDvMxrBpWf7td/?lang=pt>. Acesso em: 15 nov. 2021.

FERREIRA, Marieta de Moraes; Amado, Janaína. **Usos e abusos da história oral.** 8. ed. Rio de Janeiro. FGV, 2006.

FRANÇA, Ana Letícia de; SCHIMANSKI, Édina. **Mulher, trabalho e família**: uma análise da dupla jornada de trabalho feminina e seus reflexos no âmbito familiar. Ponta Grossa: Emancipação, 2009. Disponível em: <http://www.uepg.br/emancipacao>. Acesso em: 2 de jan. de 2012.

FRANÇA, Ana Letícia de; SCHIMANSKI, Édina. Mulher, trabalho e família: uma análise sobre a dupla jornada feminina e seus reflexos no âmbito familiar. **Emancipação**, Ponta Grossa, v. 9, n. 1, 2009, p. 65-78. Disponível em: <https://dialnet.unirioja.es/servlet/articulo?codigo=4025711>. Acesso em: 2 mar. 2021.

FREITAS, Sônia Maria de. **E chegam os imigrantes ... (o café e a imigração em São Paulo)**. São Paulo: Edição da Autora, 1999.

GOLGHER, André Braz. **Fundamentos da migração**. Belo Horizonte: UFMG/Cedelplar, 2004.

GRANOVETTER, M. **The strength of weak ties**. American journal of sociology, Chicago, v. 78, n. 6, 1973.

GUANAIS, Juliana Biondi. As implicações da migração temporária para as comunidades de origens dos cortadores de cana. *In*: TEIXEIRA, Paulo Eduardo; BRAGA, Antonio Mendes da Costa; BAENINGER; Rosana (org.). **Migrações implicações passadas presente e futuras**. Marília: Cultura acadêmica editora, 2012.

GINZBURG, Carlo. **A micro-história e outros ensaios**. São Paulo: Difel, 1991.

GUIMARÃES, Luiz Antonio Valente. **De chegadas e partidas**: migrações portuguesas no Pará (1800-1850). 2016. 371 f. Tese (Doutorado em História Social da Amazônia) - Instituto de Filosofia e Ciências Humanas, Universidade Federal do Pará, Belém, 2016.

HALL, Stuart. **A identidade cultural na pós-modernidade**. Rio de Janeiro: Lamparina, 2019.

HALL, Stuart. Quem Precisa de Identidade? *In*: SILVA, Tomaz Tadeu da. **Identidade e diferença**: a perspectiva dos estudos culturais. Petrópolis, RJ: Vozes, 2014.

HANDA, Tomoo. Imigrantes contratados: à procura da árvore do dinheiro. *In*: **O imigrante japonês**: história de sua vida no Brasil. São Paulo: T.A. Queiroz, Centro de Estudos nipo-brasileiros, 1987. p. 3-141.

HIDAKA, Ana Tereza Tomiko Vicente. **Os infortúnios da imigração portuguesa**: a benemérita liga portuguesa de repatriação (1908-1949). 2013. Dissertação (Mestrado em História Social da Amazônia) – Universidade Federal do Pará, Belém, 2013.

HISTÓRIA da imigração no Brasil: as famílias. 7. ed. São Paulo: Serviço de Divulgação Cultural Brasileiro, 1986.

HOLLOWAY, Thomas H. **Imigrantes para o café**. Tradução de Eglê Malheiros. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1984.

HOMMA, Alfredo Kingo Oyama. **A imigração japonesa na Amazônia**: sua contribuição ao desenvolvimento agrícola. Belém: Embrapa Amazônia Oriental; Fiepa, 2011.

HOMMA, Alfredo Kingo Oyama. **História da agricultura na Amazônia**: da era précolombiana ao terceiro milênio. Belém: Embrapa Amazônia Oriental, 2003.

ISHIZU, Tatsuo. **Imigração e Ocupação na Fronteira do Tapajós**: Japoneses em Monte Alegre (1926-1962). Dissertação (Mestrado em História) - Universidade Federal do Pará. Belém, 2007.

KAMATA, Fátima. 90 anos desbravando a Amazônia. **Alternativa**, v. 1, n. 6, jul. 2019.

KASUÓ, Ademar. **Imigração japonesa na Amazônia**. Cross Content comunicação on-line e off-line. São Paulo, 2020.

KUMAGAI, Hiroko. **Um estudo sobre evolução das moradias de imigrantes no Brasil**: no caso de Colônia de Tomé Açu –PA. São Paulo: Universidade de São Paulo, n. 37, 2002. (Sinopses da Faculdade de Arquitetura e Urbanismo).

LEITE, Joaquim da Costa. **Emigração portuguesa**: a lei e os números. *Análise Social*, v. XXIII, n. 3, p. 463-480, 1987.

LESSER, Jeffrey. **A Negociação da Identidade Nacional. Imigrantes, minorias e a luta pela etnicidade no Brasil**. São Paulo: Editora UNESP, 2001.

LIMA, Jakeline Gabrieli. **Bravos Navegadores**: migrações de cametaenses em Tomé-Açu (Década de 1940 e 1965). Tomé-Açu: UFPA, 2016.

LOPES, Juarez Rubens Brandão. **Desenvolvimento e Migrações**: uma abordagem histórico-estrutural. Estudos CEBRAP. São Paulo: Editora Brasiliense. 1973.

MARANDOLA JUNIOR, Eduardo; DAL GALLO, Priscila Marchiori. Ser migrante: implicações territoriais e existenciais da migração. **R. bras. Est. Pop.**, Rio de Janeiro, v. 27, n. 2, p. 407-424, jul./dez. 2010.

MARTINELLI, Maria Lucia (org). **Pesquisa qualitativa**: um instigante desafio. São Paulo: Veras, 1999.

MARTINELLI, Maria Lucia (org). **Tendências da força de trabalho feminina brasileira nos anos setenta e oitenta**: algumas comparações regionais. São Paulo: FCC, 1989.

MARTINS, Jéssica Letícia Abreu; LANDAU, Elena Charlotte; SILVA, Gilma Alves. Evolução da produção de pimenta-do-reino (*Piper nigrum*, Piperaceae). 2020. *In*: LANDAU, Elena Charlotte *et. al.* **Dinâmica da produção agropecuária e da paisagem natural no Brasil nas últimas décadas**. Brasília, DF: Embrapa, 2020.

MARUOKA, Yoshio. **70 anos da imigração japonesa na Amazônia**. São Paulo: Topan-Press. 1994.

MAS, Italo Dal. **Da colonização à imigração no Brasil**. [s. l.: s. n.], [199-?].

MENEZES, Marilda Aparecida de; COVER, Maciel. **Movimentos espontâneos: a resistência dos trabalhadores migrantes nos canaviais**. Cadernos CRH. Salvador. v.29. n.76, 2016. p. 133-148.

MINAYO, Maria Cecília de Souza (org). **Pesquisa social: teoria, método e criatividade**. Rio de Janeiro: Vozes, 1994.

MIOTO, Beatriz Tamaso. **Movimentos Migratórios em Santa Catarina no Liminar do Século XXI**. 2008. 85 f. Monografia (Graduação em Economia) – Universidade Federal de Santa Catarina, Florianópolis, 2008.

MUTO, Reiko. **O Japão na Amazônia: Condicionantes para fixação e mobilidade dos imigrantes japoneses (1929-2009)**. Dissertação (Mestrado em Desenvolvimento Sustentável do Trópico Úmido) - Núcleo de Altos Estudos Amazônicos, Universidade Federal do Pará. Belém, 2010.

NAGAI, Akira. **Um nikkei da terra dos tembés**. Belém, PA: Alves Gráfica e Editora, 2002. 145 p.

NAKAGOMI, Asucena Hisako. **Amazônia: 1929-2009: 80 anos da imigração japonesa na Amazônia**. São Paulo: Jornalística União Nikkey, 2012.

OLIVEIRA, A. T. R. Dos movimentos populacionais à pendularidade: uma revisão do fenômeno migratório no Brasil. *In*: ENCONTRO DE ESTUDOS POPULACIONAIS, 15, 2006, Caxambu. **Anais [...]**. Caxambu: ABEP, 2006.

OSHIKIRI, Masami. A idade de ouro da pimenta. *In*: MARUOKA, Yoshio. **70 anos da imigração japonesa na Amazônia**. São Paulo: Topan, 1994.

PAIVA, Odair da Cruz (org). **Migrações Internacionais**. Desafios para o Século XXI. São Paulo: Memorial do Imigrante, 2007.

PAIVA, Odair da Cruz; MOURA, Soraya. **Hospedaria de Imigrantes de São Paulo**. São Paulo: Paz e Terra, 2008.

PALHETA, João Márcio; SILVEIRA, Márcio Rogério (org.). **Geografia econômica do Brasil: temas regionais**. Presidente Prudente: UNESP, 2002. 248 p.

PANDOLFO, Clara. **Amazônia Brasileira**: ocupação, desenvolvimento e perspectivas atuais e futuras. Belém: Cejup, 1994.

PATARRA, Neide Lopes (coord.) **Emigração e imigração internacionais no Brasil no contemporâneo**. Campinas: FNUAP; São Paulo: Oficina Editorial, 1996. 2 v.

PEIXOTO, João. **As teorias explicativas das migrações**: teorias micro e macro-sociológicas. Lisboa: Centro de Investigação em Sociologia Económicas das Organizações, Instituto Superior de Economia e Gestão, Universidade Técnica de Lisboa, 2004. (Paper, 11).

PEREIRA, Anaíza Garcia; TUMA FILHO, Fadel David Antônio. O fenômeno migratório brasileiro no contexto capitalista. **Ciência Geográfica**, Bauru, v. 15, n.1, jan./dez., 2012. Disponível em: https://agbbauru.org.br/publicacoes/revista/anoXVI_1/agb_xvi1_versao_internet/AGB_abr2012_03.pdf. Acesso em: 05 maio 2022.

PETRONE, Maria Thereza Schorer. Imigração assalariada. *In*: HOLANDA, Sérgio Buarque de. **História geral da civilização brasileira**. São Paulo: Difel, 1976. T.2, v. 3.

POMPEU, José Danúsio Pinto. **Ascensão e queda da pimenta-do-reino no município de Cametá**. 1998. Datilografado.

PORTELLI, Alessandro. **História oral como arte da escuta**. São Paulo: Letra e Voz, 2016.

QUEIROZ, Maria Isaura Pereira de. Relatos orais: do “indizível” ao “dizível”. *In*: **Experimentos Com Histórias de Vida**: Itália-Brasil: [S.l.: s.n.], 1988.

RAVENSTEIN, E.G. The Laws of Migration. **Journal of the Statistical Society of London**, London, v. 48, n. 2, p. 167-235, Jun, 1885. Disponível em: <https://rss.onlinelibrary.wiley.com/doi/10.2307/2979181>. Acesso em: 04 out. 2022.

REIS, Rossana Rocha; SALES, Teresa (org.). **Cenas do Brasil migrante**. São Paulo: Editorial Boitempo, 1999.

RICOUER, Paul. **A Memória, a História e o Esquecimento**. Campinas-SP: Unicamp, 2007.

ROSSINI, R. E. A migração como expressão da crescente sujeição do trabalho ao capital. *In*: ENCONTRO NACIONAL DE ESTUDO POPULACIONAIS, 5., 1986, Águas de São Pedro. **ANAIS** [...]. ABEP. Águas de São Pedro, SP, 1986. Disponível em: <http://www.abep.org.br/publicacoes/index.php/anais/article/view/378>. Acesso em: 03 nov. 2009.

RUELLAN, Alain. Amazônia: questões e responsabilidades. **Estudos Avançados**, v. 5, n. 13, 1991. Disponível em:

<https://www.scielo.br/j/ea/a/55FMYvwC4Q8Jrgc9kfsX6Wx/?format=pdf>. Acesso em: 05 abr. 2022.

RÜSEN, Jörn. **Razão Histórica**: fundamentos da ciência histórica. Brasília: Universidade de Brasília, 2010.

SACRAMENTO, Elias Diniz. **Em busca de uma vida melhor**: a história e memória do migrantes de limoeiro do Ajuru/Pa (1960-1970), 2022.

SAKURAI, Célia. Imigração japonesa para o Brasil. Um exemplo de imigração tutelada- 1908-1941. *In*: XXII ENCONTRO NACIONAL DA ANPOCS. 22., 1998, Caxambu, MG **Anais** [...]. Caxambu, MG: Universidade Federal de Minas Gerais, 1998. (GT 9 - Migrações internacionais).

SALES, Teresa. **Brasileiros longe de casa**. São Paulo: Cortez, 1999.

SAQUET, M. A.; MONDARDO, M. L. A construção de territórios na migração por meio de redes de relações sociais. **Revista Nera**, Presidente Prudente, SP, n. 13, p. 118-127, jul./dez. 2008.

SAYAD, Abdelmalek. O retorno, elemento constitutivo do migrante. **Travessia - Revista do Migrante**, São Paulo, n. Especial, jan. p. 7-10, 2000.

SAYAD, Abdelmalek. **A Imigração ou os Paradoxos da Alteridade**. São Paulo: Editora da USP, 1998.

SEVERINO, Antonio Joaquim. História oral como arte da escuta, de Alessandro Portelli. **EccoS – Revista Científica**, [S. l.], n. 41, p. 238–243, 2016. DOI: 10.5585/eccos.n41.6917. Disponível em: <https://periodicos.uninove.br/eccos/article/view/6917>. Acesso em: 3 jun. 2022.

SILVA, Antonio da Silva e. **A história do município de Tomé-Açu**. 4. ed. rev. ampl. Tomé-Açu, Pa: Impressão independente, 2019.

SILVA, Bruno de Souza. **Direitos de propriedade no século XX**: relação entre japoneses colonos e trabalhadores brasileiros na Amazônia. *Revista do Departamento de História e do Programa de Pós-Graduação em História do Brasil da UFPI*. Teresina, v. 7, n. 1, jan./jun. 2018a. Disponível em: <https://revistas.ufpi.br/index.php/contraponto/article/view/8565>. Acesso em: 05 out. 2020.

SILVA, Bruno de Souza. **Viveres de maranhenses no Pará**: migração, terra, trabalho e conflito no Vale do Acará (Décadas de 1960-90). 2018b. 143 f. Dissertação (Mestrado em História Social na Amazônia) - Faculdade de História, Universidade Federal do Pará, Belém, 2018b. Disponível em: <http://repositorio.ufpa.br/jspui/handle/2011/9802>. Acesso em: 22 ago. 2020.

SILVA, Maria Aparecida de M. Contribuições metodológicas para a análise das migrações. *In*: DEMARTINI, Zeila de B.; TRUZZI, Oswaldo (Orgs.). **Estudos migratórios**: perspectivas metodológicas. São Carlos: EdUFSCar, 2005. p. 53-86.

SILVA, Rubens da Silva e. **Cooperativismo e ocupação nipônica no município de Tomé-Açu: condicionantes para a institucionalização da CAMTA (1930-1960)**. Trabalho de Conclusão de Curso (Graduação em História) – Campus de Cametá, Universidade Federal do Pará. Cametá, Pa, 2016.

SILVA, Sidney A. **Costurando sonhos**. Trajetória de um grupo de imigrantes bolivianos em São Paulo. São Paulo: Paulinas, 1997. v. 01. 292 p.

SINGER, P. **Economia Política da Urbanização**. 14. ed. São Paulo: Contexto, p.1998.

SOARES, W. **Da metáfora à substância**: redes sociais, redes migratórias e migração nacional e internacional em Valadares e Ipatinga. Tese (Doutorado em Demografia) - UFRJ, Rio de Janeiro, 2002.

SOUSA, Raimundo Valdomiro. **Campesinato na Amazônia**: da subordinação a luta pelo poder. Belém: NAEA, 2002.

SOUZA, Bruno Mariano Santos da Ponte. **Terras, rios e igarapés**: estrutura agrária e conflitos no Baixo Tocantins (1860-1880). 2014. 148 f. Dissertação (Mestrado) - Instituto de Filosofia e Ciências Humanas, Universidade Federal do Pará, Belém, 2014.

STAEVIE, Pedro Marcelo. **O papel das redes sociais na migração contemporânea de gaúchos em Roraima**. Orientador: Luis Eduardo Vaca Aragón. 2012. 232 f. Tese (Doutorado em Ciências do Desenvolvimento Socioambiental) - Núcleo de Altos Estudos Amazônicos, Universidade Federal do Pará, Belém, 2012. Disponível em: <http://repositorio.ufpa.br/jspui/handle/2011/11160>. Acesso em: 15 nov. 2021.

STAEVIE, Pedro Marcelo. **O Papel das redes sociais na migração contemporânea de gaúchos em Roraima**. 2012. 234 f. Tese (Doutorado em Desenvolvimento Sustentável do Trópico Úmido) - Núcleo de Altos Estudos Amazônicos, Universidade Federal do Pará, Belém, 2012.

THOMPSON, E. P. **Costumes em comum**. São Paulo: Companhia das Letras, 1998.

THOMPSON, Paul. **A Voz do Passado**: história oral. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1992.

TRINDADE, Thirzia. **A participação feminina na colheita da pimenta-do-reino em Tomé- Açu – 1950 a 1960**. Cametá: FCHTO-UFPA, 2016.

TRUZZI, Oswaldo. Redes em processos migratórios. **Tempo Social**: Revista de Sociologia da USP, São Paulo, v. 20, n. 1, 2008.

TSUNODA, Fusako. **Canção da Amazônia**. Trad. Jorge Kassuga. Rio de Janeiro: Francisco Alves, 1988.

TSUTSUMI, Gota. Alvorada da imigração japonesa na Amazônia: seguindo as pegadas da missão de Fukuhara. *In: INDÚSTRIA NIPO-BRASILEIRA DO PARÁ. Livro de 20 anos da câmara de comércio e indústria Nipo-Brasileira do Pará.* [Belém]: INBP, [20--]. p. 196- 207.

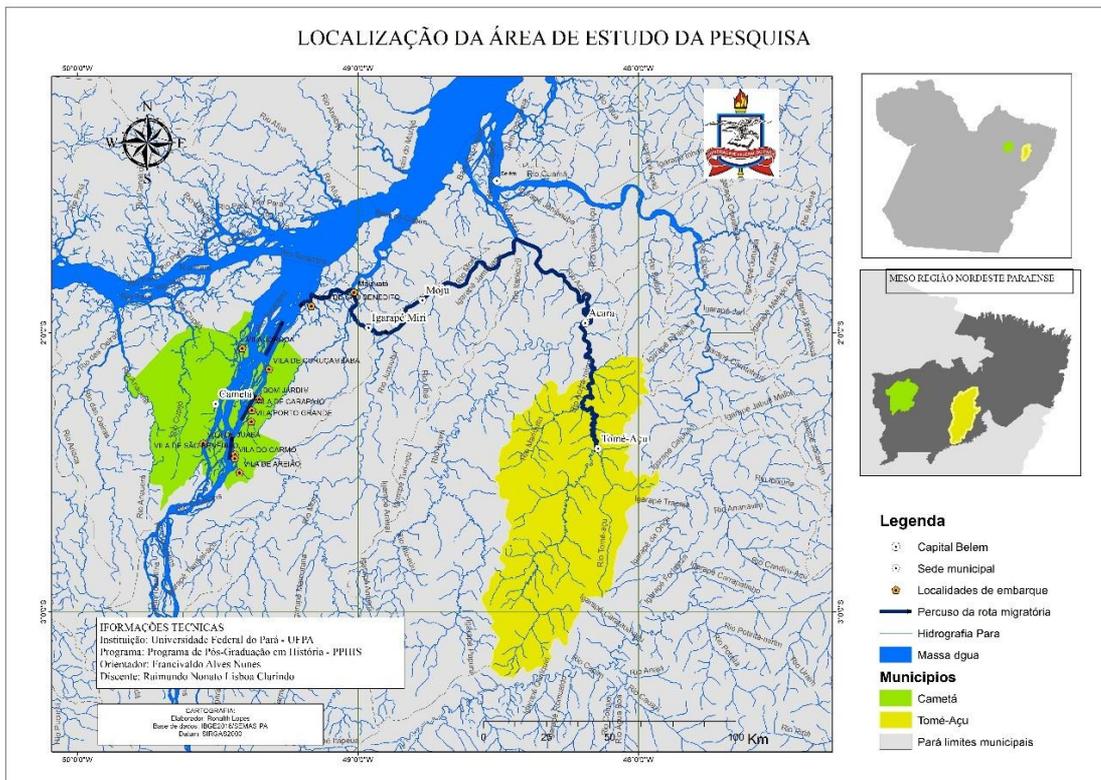
VELOSO, Natasha de Jesus. **No rumo dos migrantes:** um estudo sobre redes de relações sociais na migração e no estabelecimento de pescadores em Icoaraci (Belém/PA). 2007. 200 f. Dissertação (mestrado em Ciências Sociais) - Centro de Filosofia e Ciências Humanas, Universidade Federal do Pará, Belém, 2007.

VENDRAME, Maíra Ines. Micro-história e história da imigração: pensando o problema do equilíbrio e da complexidade. **Tempo e Argumento**, Florianópolis, v. 10, n. 25, p. 267-288, jul./set. 2018. Disponível em: <https://www.redalyc.org/journal/3381/338159308016/html/>. Acesso em: 20 set. 2023.

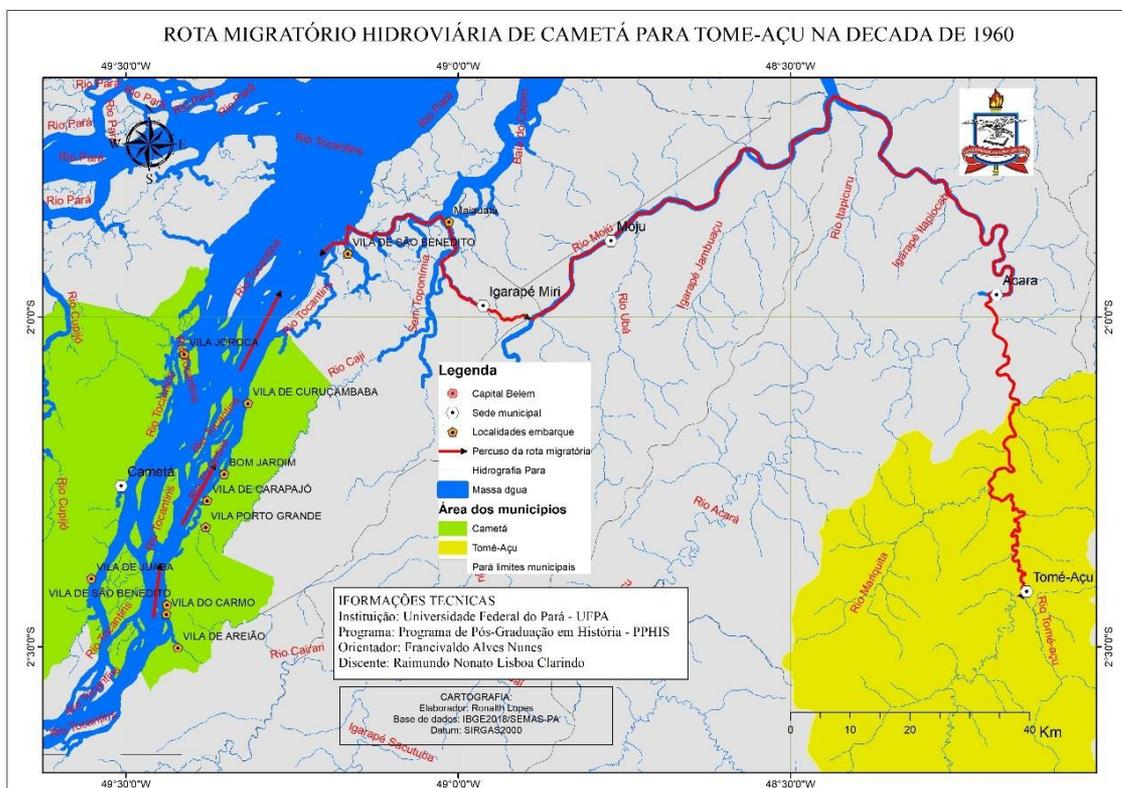
VERAS, Maura. **Territorialidade e Cidadania em Tempos Globais:** imigrantes em São Paulo. *Cadernos Metrôpole (PUC-SP)*, v.2, 1999, p. 73-119.

ANEXO A – MAPAS

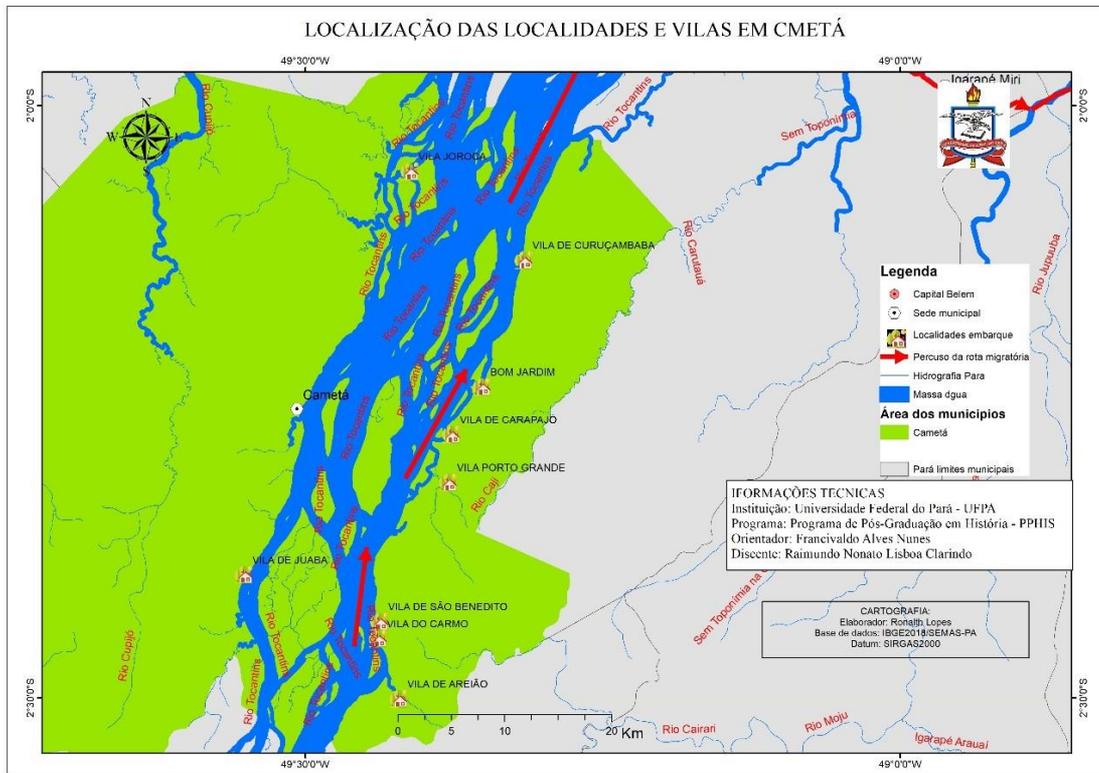
Mapa 01 –Localização da Área de estudo



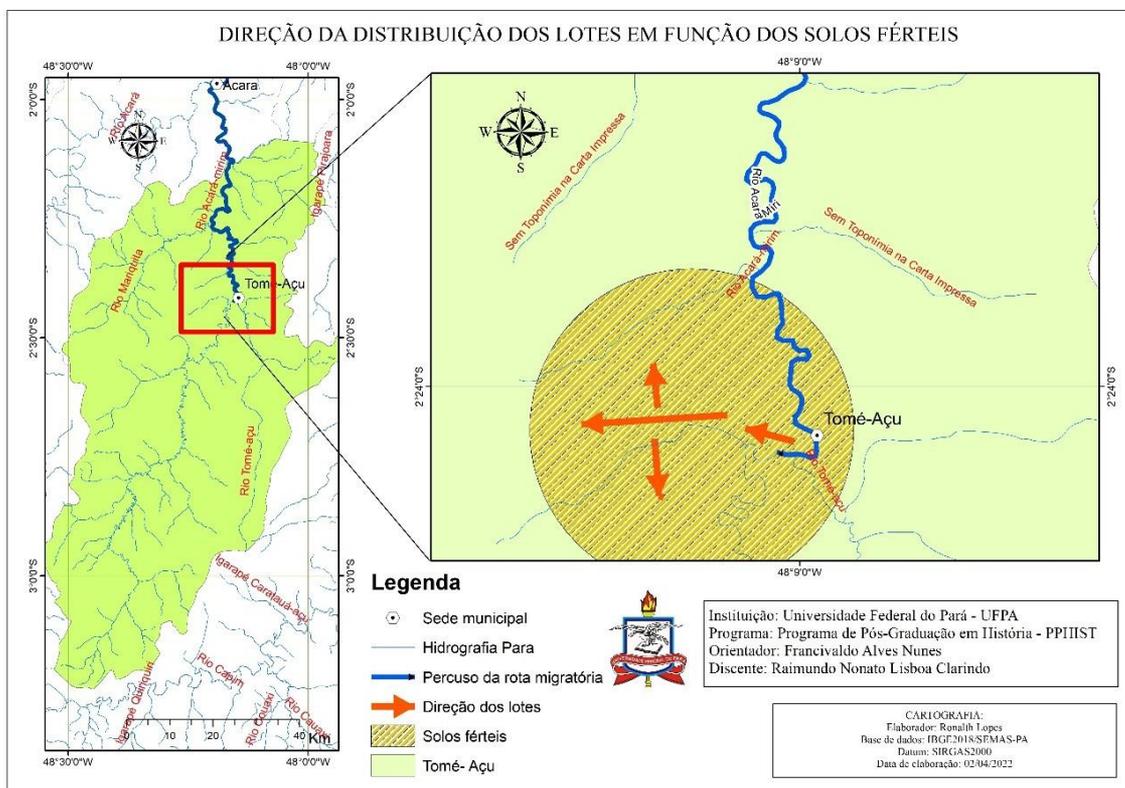
Mapa 02- Mapa da rota migratório hidroviária



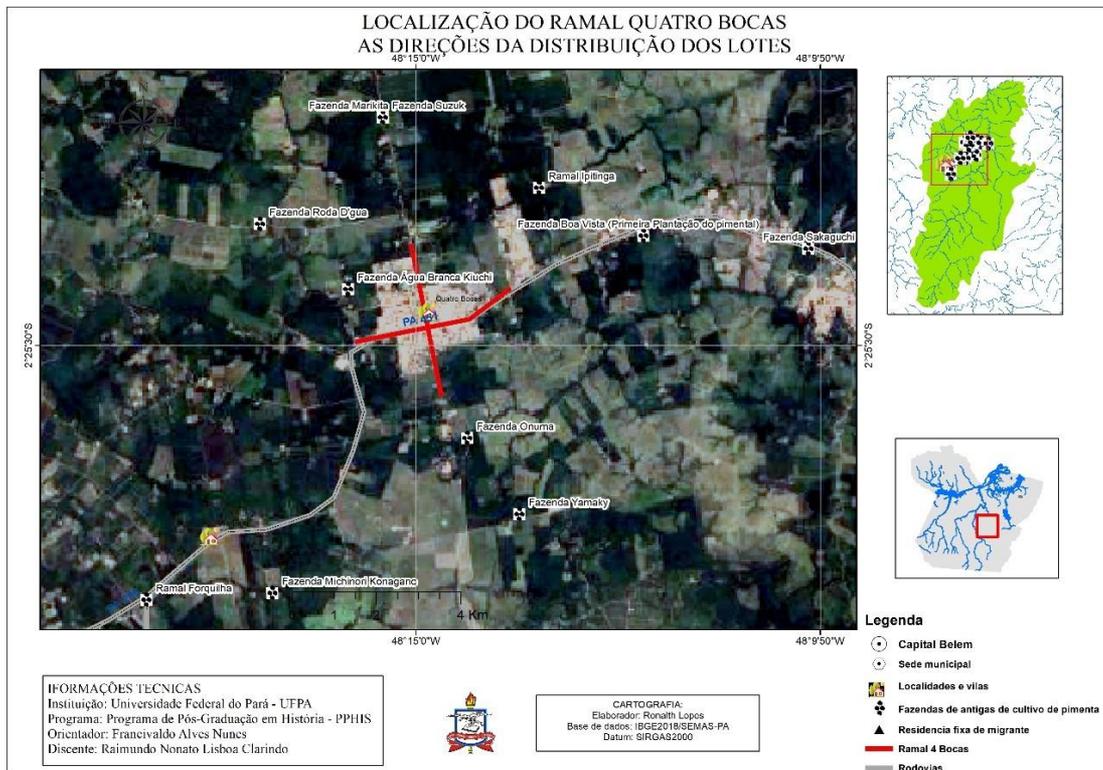
Mapa 03- Mapa geral das principais localidades de embarque



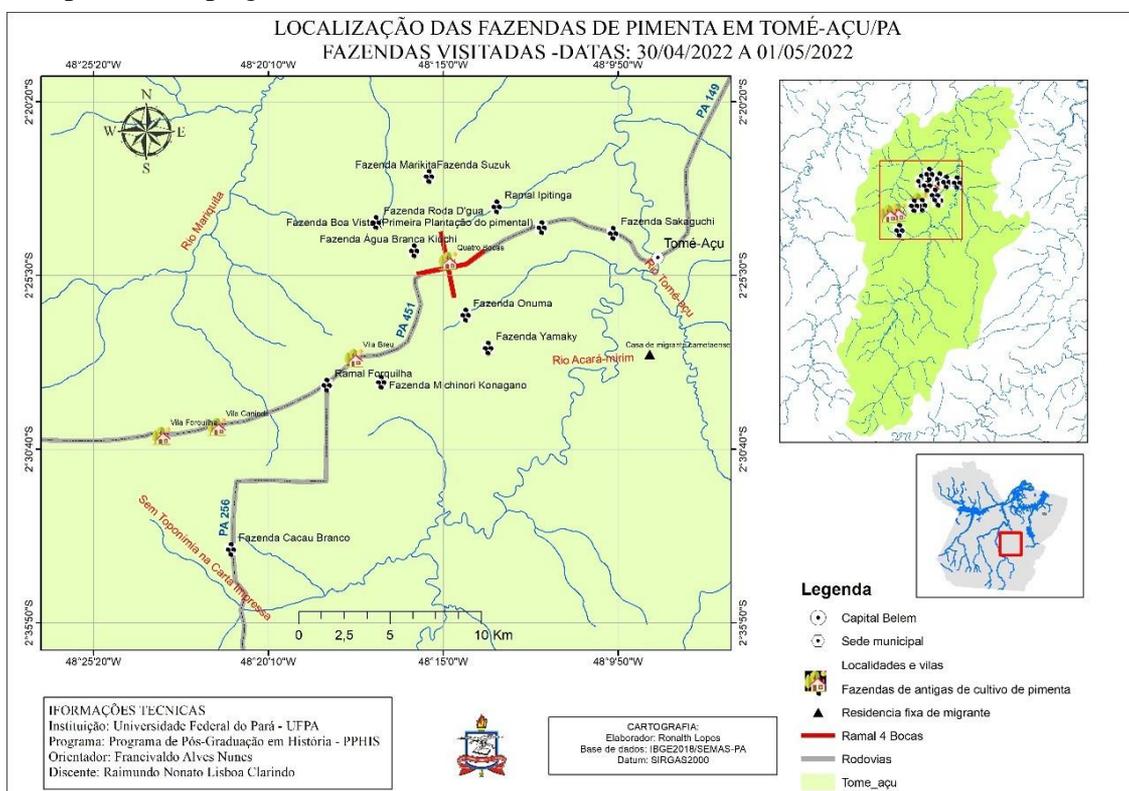
Mapa 04 - Mapa do direcionamento da distribuição dos lotes em função da escolha dos solos férteis e da logística do escoamento da produção



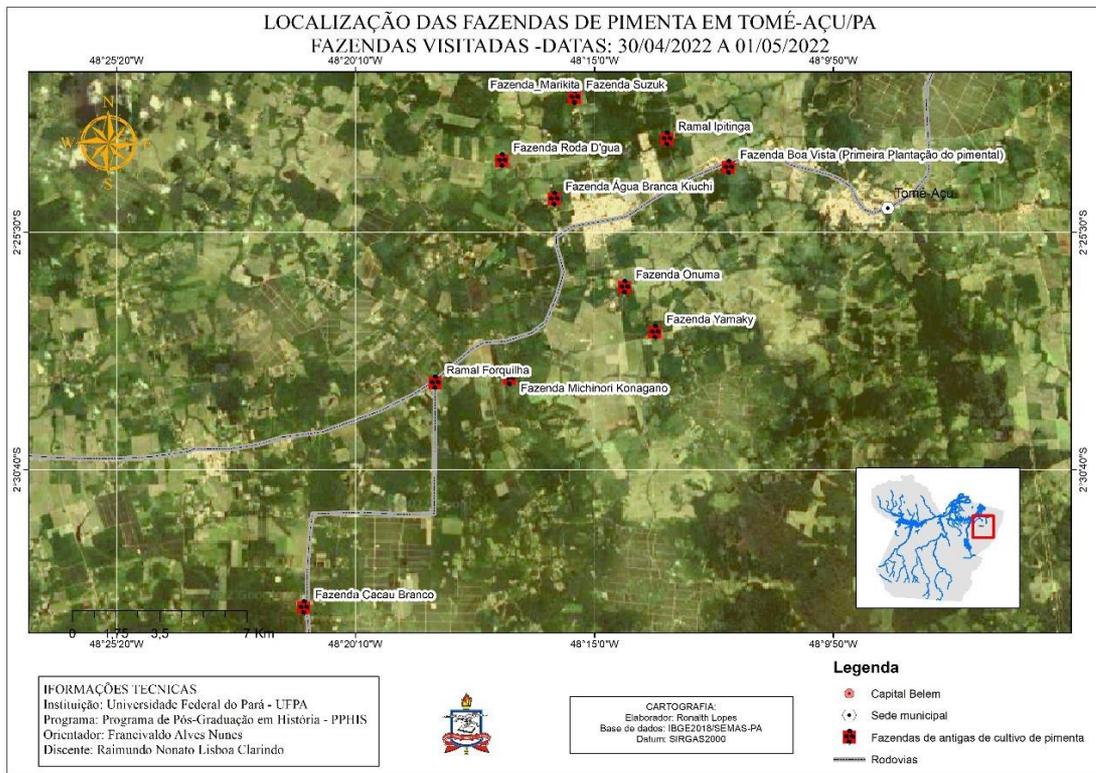
Mapa 05 - Mapa do ramal quatro bocas e sua importância no desenvolvimento dos lotes



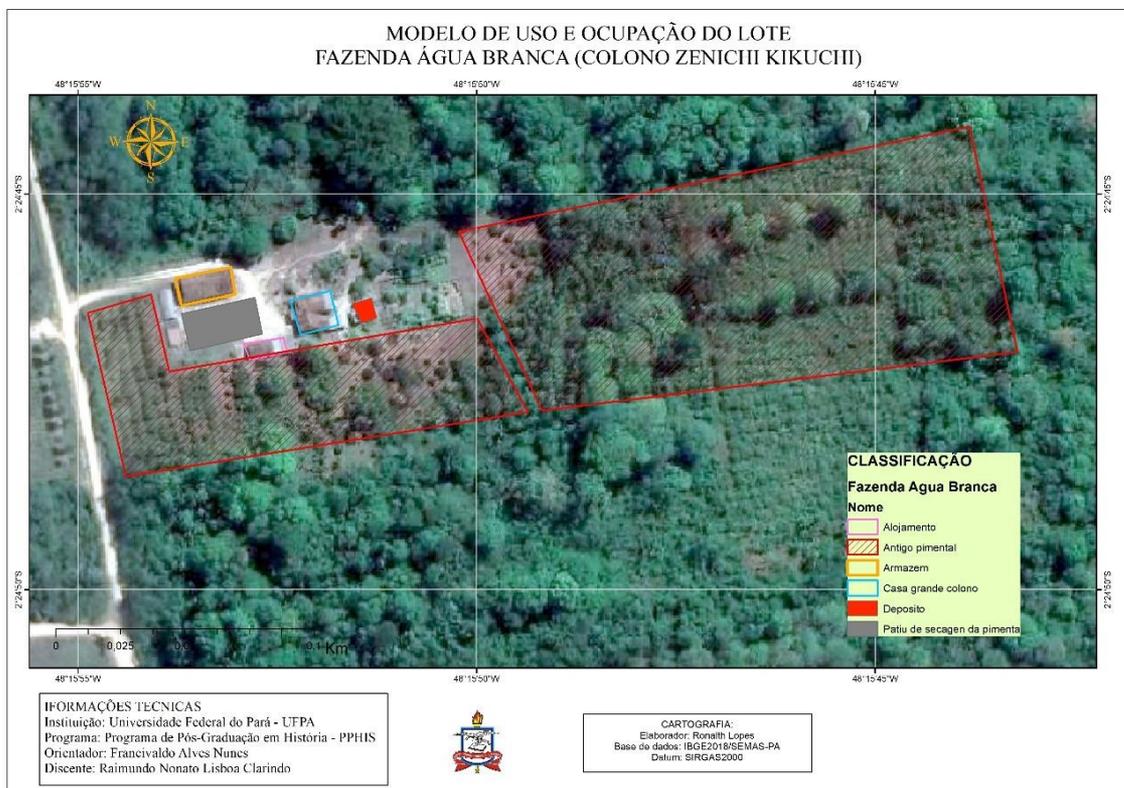
Mapa 06 - Mapa geral da área visitada



Mapa 07 - Mapa com ênfase nas fazendas visitadas



Mapa 08 - Mapa de um modelo de uso de solo da fazenda de pimenta antiga



Mapa 09 - Modelo de construção da infraestrutura da fazenda



ANEXO B - LEI Nº 2.746 DE 13 DE NOVEMBRO DE 1928



ESTADOS UNIDOS DO BRASIL

Diario Oficial

DO ESTADO DO PARA

ANNO XXXVIII—33º da Republica—N. 10.683

BELEM

ORDEN e PROGRESSO
Domingo, 25 de Novembro de 1928

SUMMARIO

PODER LEGISLATIVO.—Lei n. 2.746, de 13 de novembro de 1928, que autoriza a contractar com Hachiro Fukuhara, empresa ou companhia que venha a organizar, a installação e exploração de nucleos agricolas em terras devolutas deste Estado.

SECRETARIA GERAL DO ESTADO—Especidante.

RECEPCIA DE RENDAS—Especidante.

FORÇA PUBLICA MILITAR—Boletim Geral n. 1.523.

INTENDENCIA DE BELEM—Despachos proferidos pelos srs. Intendente e Secretario.

INTENDENCIAS DO INTERIO—Município de Obidos—Lei n. 150 e Resoluções n. 2 e 3 de 17 de novembro de 1928.

NOTARIATO.

EDITAIS.—Administrativos e Judiciaes.

Governo do Estado

Administração do Exm. Sr. Dr. Dionysio Auster Bentes

ACTOS DO PODER LEGISLATIVO

EXPEDIENTE DO DIA 13 DE NOVEMBRO DE 1928

LEI N. 2.746—DE 13 DE NOVEMBRO DE 1928

Autoriza a contractar com Hachiro Fukuhara, empresa ou companhia que venha a organizar, a installação e exploração de nucleos agricolas em terras devolutas deste Estado.

O Congresso Legislativo do Estado do Pará decretou e eu sanciono a seguinte lei:

Art. 1.º—Fica o Governador do Estado autorizado a contractar com Hachiro Fukuhara, empresa ou companhia que venha a organizar, a installação e exploração de nucleos agricolas em terras devolutas deste Estado, mediante as condições seguintes:

a) Concessão a titulo de opção por dois annos, a contar da data do termo de concessão, de um milhão e trinta mil (1.030.000) hectares de terras devolutas do Estado, assim distribuidas:

1.º—Um lote, com quatrocentos mil (400.000) hectares no município de Monte-Alegre, limitando a Leste pela divisória do município de Prainha, seguindo por este limite até o igarapé Murua, affluente do igarapé Tucuruá que desagua no rio Pará; dahi, seguindo ao Norte pela recta do paralelo nº 50, até encontrar os limites do município de Alemquer, com terras do qual confinará a Oeste; ao Sul, onde terminarem as terras occupadas por posses registadas ou possuidas por titulos legitimos. Este lote está situado nas terras do referido município de Monte-Alegre á margem esquerda do rio Amazonas.

2.º—Um lote, com seiscentos mil (600.000) hectares no município do Acará, comprehendendo os terrenos situados

entre o município de S. Domingos da Boa-Vista, pelo lado oriental e o município do Moju pelo lado occidental, conforme as divisórias inter-municipaes e limitado ao Sul pelo paralelo nº 30; e ao Norte pelo paralelo da embocadura do igarapé Thomé-assu, affluente da margem direita do rio Acará-pequeno, seguindo pela margem esquerda do igarapé Thomé-assu, até ás suas cabeceiras no divisor do município de S. Domingos da Boa-Vista, e por este divisor para o Sul, de modo a abranger todos os tributarios superiores do rio Acará-pequeno, assim como os formadores do rio Acará, entre os paralelos descriptos ao Norte e ao Sul do lote.

3.º—Um lote de 10.000 hectares no município de Marabá;

4.º—Um lote de 10.000 hectares no município de Conceição de Araguaia;

5.º—Um lote de 10.000 hectares na zona da Estrada de Ferro de Bragança. O concessionario terá o prazo de dois annos para determinar a escolha das terras indicadas nas alíneas 3.ª, 4.ª e 5.ª, obrigando-se a fazer pesquisas scientificas nas mesmas.

§ 1.º No caso de não chegarem as terras especificadas no art. 1.º a completar a área concedida, fica o governo obrigado a fazê-lo em outro local, sem prejuizo para o concessionario e á sua escolha.

§ 2.º Na concessão dos lotes pedidos ficam resalvadas e excluidas as terras possuidas por titulo legitimo de particulares.

Art. 2.º—O concessionario tem direito mais aos seguintes favores:

a) de construir estradas de ferro e de rodagem entre as colonias que installar no rio Acará e o rio Tocantins, gosando do privilegio de zona de dez kilometros de terras devolutas de cada lado das estradas que fizer para esse fim.

b) Fundar e manter estações experimentaes agricolas e fazendas agro-pecuarias sob a direcção de technicos de sua escolha e administração.

c) Utilizar as quedas d'agua para producção da energia electrica, construindo e custeando as installações necessarias para esse fim, inclusive represas e açudes, de toda especie de estrutura e meio de transmissão destinados a fazer girar e transportar a energia de corrente a quesquer fabricas, armazens, depositos ou edificios de toda a natureza pertencentes ao concessionario.

Se for indispensavel ao concessionario utilizar-se da força hydraulica existente fora das terras da concessão e pertencentes a terceiros, terá o concessionario o direito de pedir a desapropriação das mesmas de accordo com a legislação respectiva.

d) Construcção de estradas de ferro e de rodagem, campos de aviação e quaisquer outras vias de communicacão terrestres, fluviaes e aereas, no interior das terras concedidas e tambem para communicar sua concessão com as margens dos rios que forem julgados convenientes para o effeito do trafego agricola, industrial e commercial das mesmas terras.

e) Fazer, por sua conta, a navegacão dos rios Acará, Tocantins e Amazonas e outros que lhe convier e construir armazens, docas e melhoramentos em portos nas terras concedidas, como tambem nos rios Acará, Tocantins e Amazonas.